Em defesa do patrimonio nacional [Ler na pág. 4]



TRIBUNA DA IMPRENSA

ANO 3 — N.º 600 Diretor: CARLOS LACERDA Rio de Janeiro, 6 de dezembro de 1951 QUINTA-FEIRA

A crise brasileira é de extrema gravidade — mostrou Israel Pinheiro na Câmara

CONSPIRAÇÃO DENTRO DO CATETE CONTRA O CONGRESSO NACIONAL

Novo 10 de novembro por meio de agitação operária — Telegrama insultuoso à Câmara, assinado por "pelegos" gaúchos, por ordem de D. Dorneles, sobrinho de Vargas

Pôrto Alegre (Do Correspondente) — Dezenas de presidentes de Sindicatos operários endereçaram ao sr. Nereu Ramos, presidente da Câmara, um telegrama altamente insultuoso ao Congresso, acusando-o de sabotar a obra administrativa do sr. Getúlio Vargas, e repetindo, em palavras veementes, as acusações recentemente formuladas pelo sr. Dinarte Dorneles, presidente do P. T. B.

Percorrem, ainda, o interior do Estado vários emissários que angariam assinaturas de diretores de sindicatos do interior para novos telegramas, cujo objetivo é preparar ambiente para uma grande articulação das massas operárias de todo o país contra o Congresso, responsabilizando-o pela elevação do custo de vida e tôdas as dificuldades econômicas e sociais que atravessa o país, a fim de:

1. deslocar do sr. Vargas as consequências do desencanto popular, atribuindo tudo à inação do Senado e da Câmara;

2. acuar o Congresso para a votação de projetos de interêsse político do Govêrno, abrindo caminho para uma reforma da Constituição.

DORNELES LIDERA

Ao sr. Dinarte Dorneles, que, na última semana, acusou diretamente o Congresso de estar sabotando as medidas governamentais, foi enviada cópia do telegrama, bem como a informação de que novos telegramas serão endereçados deste Estado, convindo que o movimento seja secundado pelos sindicatos de tôdas as unidades federativas. Há também a idéia de uma grande concentração operária nas escadarias da Câmara e do Senado, na qual "líderes operários" discursariam pedindo a imediata votação de projetos governamentais e a cassação dos mandatos dos deputados que "sabotam o Govêrno".

Antecedentes

De posse dêste telegrama apuramos que ao mesmo tempo em que o presidente do PTB acusava o Congresso, uma delegação de operários do Rio Grande do Sul, em discurso no Catete, criticava fortemente o Congresso, dizendo que o presidente da República devia deixar de lado os politiqueiros e "vir ao encontro das aspirações da mesma operária". Vários dos orientadores dêsse movimento, que se está articulando, estiveram ultimamente em Buenos Aires, em contato com a Confederação Peronista de Trabalhadores.

Reação

O sr. Nereu Ramos não deu conhecimento à Câmara do telegrama recebido. Fará uma comunicação à Mesa, na reunião já convocada para hoje.

Vários parlamentares ouvidos, ontem, declararam que, se confirmada a notícia do telegrama, a Mesa da Câmara estava no dever de convocar os líderes de Partido e tomar uma atitude energica, a fim de desarticular o plano de desmoralização das instituições democráticas. Admitiram a possibilidade das Mesas da Câmara e do Senado, dos líderes de bancadas e direções partidárias promoverem, ao encerramento da atual sessão legislativa, ou, no máximo, a 15 de janeiro, uma espetacular manifestação de desagravo ao Congresso.

Interpelação ao Govêrno

Admitiram ainda outros parlamentares a possibilidade de ser feita uma interpelação ao Govêrno, em virtude da imprensa governamental vir secundando todo o movimento de desprestígio do Congresso, e serem alguns dos autores do telegrama ao sr. Nereu Ramos os mesmos que, perante o presidente da República, assacaram injúrias contra o Parlamento, tacitamente apoiadas no discurso de resposta ao sr. Vargas.

A Mesa da Câmara toma conhecimento de provocações contra o Legislativo, pelos agitadores ditatoriais — "Outro 10 de novembro não encontrará o país desprevenido", afirma Adroaldo Mesquita da Costa — Reagem os parlamentares

Fala o vice-presidente da Câmara

"Tive conhecimento, realmente, de telegramas que os sindicatos gaúchos passaram ao sr. Nereu Ramos, em solidariedade ao discurso de um chefe sindical recentemente pronunciado no Catete". — declarou o deputado Adroaldo Costa, vice-presidente da Câmara.

"Mas não vamos dar palha ao burro. Estamos diante de paus mandados, que dão a impressão de agir sob um clima de planificação geral.

Oficialmente, sou de opinião de que não se deve dar importância ao assunto, embora cada um de nós, no seu fôro íntimo, deva ficar atento".

A reação

E se o movimento avolumar-se? — indagamos.

O sr. Adroaldo Mesquita responde:

— "Aí então reagiremos na medida do necessário. Pode ser que aconteça outro 10 de novembro, mas não encontrará êle o país desprevenido".

COINCIDÊNCIA

Vale assinalar esta coincidência: o atual Ministro do Trabalho, sr. Segadas Viana, foi quem articulou e ordenou a greve geral na tarde de 29 de outubro de 1945, contra o movimento militar que depôs o sr. Getúlio Vargas.

— "E' evidente que o Congresso deve colocar-se à altura de suas responsabilidades na repulsa a essas ameaças".

Até que ponto?

O deputado Daniel Faraco também acha que não se deve dar maior ressonância a essas ousadias.

"Vamos ver até que ponto vai tôda essa agitação. Queremos pagar para ver o jôgo. Não podemos embarcar no "bluff".

A vigilância não deve diminuir

O sr. Rui Santos (UDN-Bahia), 2.º secretário da Câmara, declarou-nos, pela manhã, não ter ainda conhecimento do telegrama. Mas, adiantou-nos:

"Nos dias atuais, não há clima para subversão da ordem democrática. Isto, entretanto, não deve diminuir a nossa vigilância na defesa das instituições, a começar pelo Congresso, que está cumprindo o seu dever".

A posição da UDN

Do sr. Soares Filho, líder da UDN, ouvimos o seguinte:

— "Se o presidente convocou a reunião da Mesa, com o fim de saber qual a providência a adotar em face dos telegramas a êle endereçados, devemos aguardar o seu pronunciamento.

Desde logo, entretanto, quero dizer que os udenistas estão ao lado do sr. Nereu Ramos na atitude que êle assumir neste caso.

Os telegramas existem

O sr. Soares Filho confirmou a existência dos telegramas, "sôbre os quais ontem me falaram alguma coisa".

E conclui:

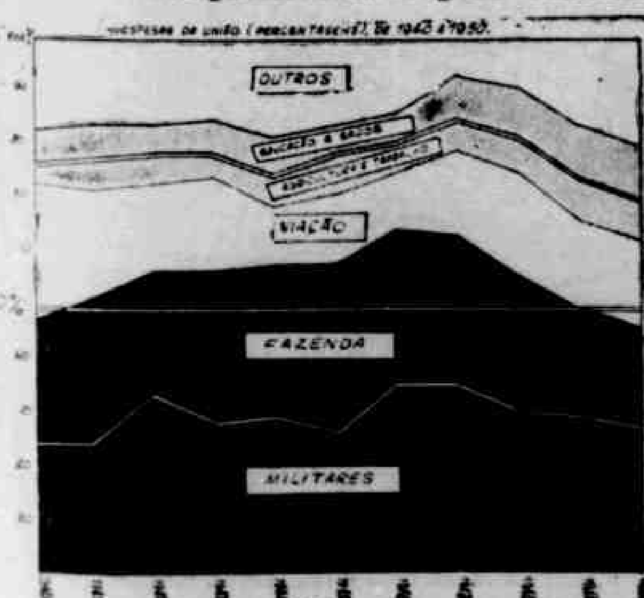


*Eis alguns dos participantes do debate sôbre Reforma Agrária, na redação da **TRIBUNA DA IMPRENSA**. Da esquerda para a direita: de mão no rosto, **Waldiki Moura**, técnico cooperativista. **Prof. Nelson Romero** diretor do **Departamento Nacional de Educação**. **Desembargador Seabra Fagundes**. **Deputado Nestor Duarte**, que propôs uma definição de Reforma Agrária, aceitando modificação proposta pelo bispo de Jacarèzinho. **General Juarez Távora**, autor do projeto de reforma para a organização da produção agrícola em bases sindicalistas, quando ministro da Agricultura. **Economista Rômulo de Almeida**, do gabinete da Presidência da República. **José Arthur Rios**, das Missões Rurais do Ministério da Educação. **J. Fernando Carneiro**, autor de um recente estudo sôbre imigração. **Dom Geraldo de Proença Sigaud**, bispo de Jacarèzinho, no Paraná. **VER A INTEGRA DOS DEBATES NO 2.º CADERNO DESTA EDIÇÃO**.*

REFORMA AGRARIA

Quatro impostos sustentam a União

Despesas: Pessoal, um têrço. Presidência da República, 8 por cento. Agricultura, 5 por cento



Quatro impostos — **importação e afins, consumo, renda, selo e afins** — asseguram à União a sua renda tributária. O de importação vem perdendo sua tradicional importância na distribuição percentual na receita dos tributos. Em 1940, representava 36% e, hoje, mais ou menos 11%. Eis aí um tributo que está a exigir cuidadosa revisão em suas tarifas, em virtude dos vícios gritantes que contém e que se refletem de maneira tão incisiva na economia nacional.

Outro impôsto que está a reclamar exame é o de consumo, que participa da renda da União com 40%. Antieconômico e anti-social — uma vez que pesa por igual sôbre contribuintes de diferentes capacidades — encontra seu principal campo de incidência, entre nós, no fumo, tecidos e malharias, bebidas, aparelhos e máquinas e artefatos de metais, produtos alimentícios industrializados, artefatos de matérias de origem ani-

(Conclui na 10.ª página)

Sendo diferentes as estruturas econômicas dos diversos países, não é possivel estabelecer em fórmula a mais adequada constituição da renda pública, e, mais especificamente, a percentagem da renda tributária sôbre a receita geral. Sugere-se, no entanto, que a renda tributária deve recair entre dois quintos e dois têrços da receita total. Isto, naturalmente, significa uma sugestão, e nunca uma norma. Contudo, não se deve subestimá-la.

No Brasil, temos excedido êsse limite máximo. Na época da Abolição, a renda tributária federal representava cêrca de 60% da arrecadação. Esta mesma fração ocorreria em 1940, passando a crescer, daí para cá, até atingir 84% em 1947.

Hoje, três quartos da receita da União provêm de tributos; essa mesma percentagem se manifesta na receita dos Estados e, ligeiramente decrescida, na dos municípios. A renda patrimonial da União contribui apenas com 1%, enquanto a industrial, que participava com 10% em 1949, não vai além de 4% na atualidade.

VARGAS VAI OPERAR-SE

O chefe do Govêrno vai submeter-se, relutante, a uma operação considerada indispensavel pelos seus médicos. Recusando-se, até agora, a fazer essa operação, conseguiu êle adiá-la até depois da temporada oficial de verão em Petrópolis. Ao descer de Petrópolis, para onde seguirá proximamente, o sr. Getúlio Vargas fará a operação que os seus médicos recomendam.

O único perigo da intervenção resultaria do fato do Presidente sofrer de diabetes. Esta a principal razão pela qual êle teme a operação. Mas os médicos consultados, além de a considerarem inevitavel julgam que não haverá maior complicação.

NINGUEM CONVIDADO

Ninguém foi convidado para ministro, até o momento — eis o que se pode informar com segurança.

Ler na 3.ª página noticiário sôbre a remodelação ministerial.

DEMITE-SE DO IPASE

Choque com o ministro do Trabalho — Antecedentes —

(Leia na 10.ª página)

RATO FIUZA FAZ SONDAGENS

Perfuração misteriosa na praia do Pinto



Procurando água na praia do Pinto

(LER NA DECIMA PAGINA)

O MACACO NADA FEZ

MIAMI BEACH, Flórida, 6 — Um macaco fugiu de sua jaula, furtou um cacho de bananas, trepou numa árvore, e quem pagou as consequências foi o casal Ben Grenalds.

A polícia, chamada para ajudar a prender o macaco, atraiu ao local muita gente. Um filho de Grenalds sentou-se no chão para assistir, porém quase foi parar no hospital: o menino se sentou sôbre um formigueiro, e os insetos tomaram conta de seu corpo. Foi preciso metê-lo numa banheira, de môlho.

A sra. Grenalds tinha deixado uma panela no fogo e houve um princípio de incêndio em sua cozinha. Seu espôso, que é farmacêutico procurou sufocar as chamas com sal e os gases de combustão que se desprenderam quase o asfixiam. Em meio ao alvoroço, outro filho do casal abriu a torneira da máquina de lavar roupa e quando deram pela coisa a casa estava inundada.

Quando o casal terminou a tarefa de reparar os estragos, a uma hora da madrugada — nove horas depois de haver o macaco trepado na árvore — alguém perguntou à sra. Grenalds o que havia acontecido ao macaco. A resposta foi: "Não sei nem quero saber".

ADOECERAM OS BRASILEIROS

FILADELFIA, Estados Unidos, 6 (U.P.) — 11 marinheiros brasileiros partiram por via aérea, às primeiras horas de hoje, para o Rio, depois de adoecerem, durante o treinamento para o recebimento do cruzador "Tamandaré", antigo "St. Louis", da marinha norte-americana. Os marinheiros partiram em avião fretado, aos cuidados do tte.-médico Lawrence Charles Taves, da marinha de guerra brasileira, durante as 17 horas de vôo.

Devido ao estado de saúde de um dos marinheiros, que é considerado sério, o avião conduz uma reserva refrigerada de mil centímetros cúbicos de sangue integral, fornecidos pelo Centro de Saúde da Cruz Vermelha de Filadélfia.

Há 45 dias que os homens estão recolhidos ao hospital da base naval de Filadélfia e estão sendo conduzidos para a Ilha das Cobras. Enquanto estiveram aqui permaneceram aos cuidados do tte. Murilo Campelo, oficial médico do "Tamandaré".

350 membros da tripulação do "Tamandaré" doaram aproximadamente 84,5 litros de sangue aos seus camaradas enfermos, durante seu período de hospitalização, aqui.

Prezado leitor

Pessoas de responsabilidade nos avisam de que um moço magro, moreno, de bigodinho, dando o nome de Geraldo, anda na cidade "extorquindo dinheiro em nome da TRIBUNA DA IMPRENSA".

Se êle lhe aparecer, prezado leitor, chame a Radio Patrulha que muito lhe agradeceremos.

O REDATOR DE PLANTÃO

UM DIA NO MUNDO

12 nações discutirão o desarmamento

PARIS, 6 — Leste e Oéste negaram-se a ceder no caso do desarmamento, e parece que terão de informar às Nações Unidas, na segunda-feira próxima, que concordaram, em princípio, em transferir todo o problema a uma nova Comissão de Desarmamento, formada de doze nações.

Os Estados Unidos, a Grã-Bretanha, a França e a Rússia haviam concordado desde anteontem em formar uma nova Comissão de Desarmamento integrada pelos onze membros do Conselho de Segurança e mais o Canadá, mas ontem não puderam chegar a um acôrdo sôbre os poderes a serem dados a essa Comissão. (U.P.)

Bomba em Buenos Aires

BUENOS AIRES, 6 — Um engenho explodiu ontem numa das janelas do prédio do Centro Naval, situado no coração desta capital.

A deflagração causou danos materiais importantes ao prédio e pulverizou os vidros das casas vizinhas.

Nenhum comunicado oficial foi até agora publicado a respeito. (F.P.)

Eugene O'Neill em estado grave

BOSTON, 6 — Eugene O'Neill, o dramaturgo, encontra-se recolhido ao hospital da Faculdade Faulkner, onde ingressou há seis dias, ao que parece por ter sofrido uma recaída do mal de Parkinson. Segundo se soube hoje, o dramaturgo, que conta 63 anos de idade, acha-se em estado bastante grave. (U.P.)

Cessou a busca do "São Paulo"

LONDRES, 6 — Tôdas as pesquisas efetuadas para encontrar o ex-couraçado brasileiro "São Paulo" foram abandonadas, anunciou a Corporação do Ferro e Aço britânica. (F.P.)

Adenauer não quer neutralidade

LONDRES, 6 — O chanceler Konrad Adenauer, opôs-se à idéia de tornar a Alemanha neutra e afirmou que uma nova guerra só poderá ser evitada se o leste e oeste iniciarem negociações com o propósito de obter uma paz verdadeira. (U.P.)

117 egípcios morreram

CAIRO, 6 — Segundo informação oficial, o total de vítimas egípcias desde o dia 16 de outubro último, quando tiveram início os choques entre egípcios e britânicos na zona do Canal de Suez, é de 117 mortos e 438 feridos. (U.P.)

Tito continua excomungado

VATICANO, 6 — Esferas do Vaticano declararam que, apesar do arcebispo Alois Stepinac ter sido pôsto em liberdade, a Santa Sé não levantará a excomunhão decretada contra o marechal Tito enquanto não se chegar a uma solução satisfatória de todo o caso.

A Santa Sé decretou a ex-comunhão pouco depois de haver terminado o julgamento de Stepinac, em outubro de 1946.

A excomunhão sòmente pode ser levantada pela Congregação do Santo Ofício, presidida pelo próprio Papa. (U.P.)

Retirados 500 cadáveres

MANILHA, Filipinas, 6 — O vulcão Hibokhibok, que anteontem entrou em erupção na ilha de Camiguin, voltou a agitar-se, ouvindo-se fortes ruídos subterrâneos.

Receia-se uma nova erupção de proporções imprevisíveis, tendo sido acelerada a evacuação de tôdas as pessoas residentes dentro de um raio de 10 quilômetros em tôrno do vulcão.

Informou-se, ao mesmo tempo, que mais de 500 cadáveres já foram retirados de sob as cinzas e rochas lançadas pelo vulcão. (U.P.)

Stepinac libertado

ZAGREB, 6 — Monsenhor Stepinac foi pôsto em liberdade sob condição. Essa decisão foi tomada ontem pelo ministro do Interior da Coréia, sr. Krajacitch. Stepinac foi autorizado a residir na sua aldeia natal de Krachich, na Croacia. Escolheu como residência a casa do cura dessa paróquia.

Não se sabe até agora se medidas especiais de vigilância foram ou serão tomadas a respeito do antigo arcebispo, nem se essa residência será definitiva. (F.P.)

O Brasil apóia a Rússia

PARIS, 6 — Fontes bem informadas dizem que a maioria dos países latino-americanos — inclusive o Brasil — votará a favor da Rússia Branca para o Conselho de Segurança da ONU, hoje.

Os países latino-americanos não darão seu apoio à Grécia, cuja candidatura é apoiada pelos Estados Unidos.

Por outro lado, informa-se que o bloco soviético dará seu apoio ao delegado latino-americano Armando Ugon, do Uruguai, candidato à Côrte Internacional de Justiça. (U.P.)

DERROTADO O JOGO NO CONGRESSO POLICIAL

Destruição das plantações de maconha e uma Delegacia Especializada de Tóxicos — Importante tese aprovada na 1.ª Conferência Nacional de Polícia

As teses que defendem, direta ou indiretamente, a regulamentação do jôgo foram derrotadas na Primeira Conferência dos Chefes de Polícia.

A comissão selecionadora das teses e proposições rejeitou-as "in-limine", antes de qualquer exame, "por estarem fora do temário e serem até inconvenientes".

LEMBRAI-VOS DE 1935

Aos chefes das delegações dos Estados e dos Territórios foram dados exemplares do Adendo à tese que versa sôbre atividades subversivas.

Êsse Adendo, de natureza secreta, tem o seguinte título: "Lembrai-vos de 1935".

O maconheiro prêso instantes antes respondia, com lentidão, às perguntas que os delegados lhe faziam, no plenário da Conferência

NO CATETE NÃO ENTRA REPORTER

Os delegados à Conferência foram ao Palácio do Catete.

O redator da TRIBUNA DA IMPRENSA que acompanha os trabalhos da Primeira Conferência Nacional de Polícia foi intimado, pelo "tenente" Gregório, pouco antes da audiência do chefe do Govêrno aos chefes de Polícia e secretários de Segurança dos Estados, a abandonar a sala de audiências.

O "tenente" Gregório, que controlava a porta de entrada e saída dos delegados, viu o repórter da TRIBUNA DA IMPRENSA, que tinha um exemplar deste jornal às mãos. Mandou chamá-lo e, sem qualquer explicação, disse-lhe que não podia continuar ali, convidando-o a "esperar lá fora".

O jornalista retirou-se do Palácio, passando a esperar os delegados, em cuja companhia chegara ao edifício, na calçada fronteira ao Palácio.

Antes de deixar o "hall" do prédio, foi interpelado por um dos dois guarda-costas que guardavam a porta externa da sala de audiências, que lhe perguntaram o que fazia ali.

Três funcionários da televisão Tupi, inclusive o cinegrafista, também foram impedidos de chegar à sala de audiências pelos guarda-costas do sr. Getulio Vargas.

Fato inteiramente diverso aconteceu, antes, no Ministério da Justiça.

O sr. Negrão de Lima ao defrontar-se com o redator de TRIBUNA DA IMPRENSA cumprimentou-o sorridente, perguntando-lhe "como iam as coisas e o que achava do conclave".

O MINISTRO

Os delegados à 1a. Conferência de Polícia haviam sido admitidos no gabinete do ministro para uma audiência de apresentação oficial. Apresentou os policiais dos Estados e Territórios o general Ciro de Rezende, respondendo o ministro Negrão de Lima em breves palavras em que disse da necessidade de estarem sempre alertas as Polícias em face da "séria situação que atravessa o mundo", congratulando-se com os delegados e lhes augurando sucesso e estada agradável na Capital da República.

No Palácio do Catete, depois de 40 minutos de espera, e após assinarem os Secretários de Segurança e Chefes de Polícia dos Estados uma lista de identificação, foram admitidos, sob as vistas atentas e ágeis do "tenente" Gregório e sua guarda, na sala de audiências, donde foi retirado, logo depois, discretamente, o redator da TRIBUNA DA IMPRENSA.

O sr. Getúlio Vargas, recebido sob uma salva de palmas, congratulou-se com os delegados, apresentados em ordem alfabética de Estado e Territórios, dizendo algumas palavras de estímulo.

TESES APROVADAS

A noite foi a primeira sessão plenária, sendo discutidas diversas teses, sendo aprovadas as seguintes: "Dos atos ilícitos perante os direitos de reunião e associação"; "Da propaganda subversiva falada e escrita. Sua caracterização em presença da lei brasileira", "Medidas preventivas e repressão legal, em suas modalidades distintas, notadamente quando de orientação internacional".

Mas, a sensação da sessão plenária foi a discussão da tese apresentada, extraordinàriamente, pelo seu autor, professor Décio Parreiras, membros da Comissão Nacional de Fiscalização de Entorpecentes, que estava acompanhado do professor Pernambuco Filho, da mesma Comissão.

MACONHA

Foi aprovada a tese do professor, constante dos seguintes itens, em resumo: trabalho conjunto e sem interrupção das autoridades policiais e sanitárias nas Comissões Estaduais de Entorpecentes; destruição das plantações de maconha, feitas pelas autoridades policiais sob a orientação técnica dos representantes do Ministério da Agricultura ou de autoridade sanitária; campanha sistemática contra os traficantes de maconha e julgamento sumário dos contraventores, na forma do decreto 891, de 2-11-1938; internação dos toxicomanos; criação de uma Delegacia de Tóxicos e Entorpecentes; instrução técnica aos elementos policiais sôbre maconha, em geral.

O professor Décio Parreiras apresentou um exemplo vivo dos efeitos da maconha. O comissário Façanha conduziu ao plenário Manuel Felipe dos Santos, de 23 anos, prêso momentos antes, pelo detetive Bezerra, quando fumava maconha.

Interrogado pelo professor Pernambuco Filho, disse Manuel que desde pequeno fumava maconha, em Garanhuns, Pernambuco. Era viciado e adquirira a última partida no Arsenal de Marinha. A maconha, disse, lhe produzia um estado especial de excitação, notando que a noite passava depressa.

Notaram os delegados que o maconheiro não parecia um homem normal, dando impressão de estado letárgico.

Depois do interrogatório e do exame feito pelos conferencistas, o toxicomano foi encaminhado a um estabelecimento psiquiátrico.

Os debates foram quase até meia-noite.

Hoje continuará o trabalho das subcomissões, e, às 20 horas, haverá nova sessão plenária.

O chefe de Polícia, num intervalo, tomando mate com os chefes de Polícia do Rio Grande do Sul, à esquerda, e de Minas Gerais, à direita

FATOS POLICIAIS

Esperou 19 anos para queixar-se

Embora (segundo disse ao comissário José de Sá do 3.º distrito), viesse sendo furtado há 19 anos, só ontem o alfaiate Estevão Panzoldo, da rua do Ouvidor 182 - 3.º andar, salas 30 e 32, se lembrou de queixar-se e pedir providências à polícia.

Ao que declarou àquela autoridade, seus prejuízos vão de 25 a 30.000 cruzeiros, valor dos cortes de tecidos furtados pelos meliantes.

Suicídio

Ontem, em sua moradia à rua Correia Dias 546, em Vigário Geral, se matou o biscateiro Osvaldo de Souza Fernandes, de 39 anos.

O corpo do suicida foi removido para o Necrotério, com guia do comissário Pinto Amando, do 21.º D.P.

Por causa da despesa

Por motivo da despesa brigaram, ontem à noite, no restaurante da rua Barão de S. Felix, 28, o garção José de tal e o estivador João de Siqueira Campos, de 27 anos, da estrada da Ponte, 45, em Santíssimo.

José pegou de uma garrafa, varejando-a contra a cabeça do estivador. Depois do rôlo, fugiu ràpidamente.

João, com a cabeça ferida, foi ao 11.º distrito e lá se queixou ao comissário Chicalban.

Feriu-se com a garrucha

Sentando-se à mesa de B. Taveira, José Xavier da Silva, de 23 anos, operário, solteiro, residente em Iguaçu Velho, tirou do coldre uma garrucha 380 e depositou-a sôbre o colo. A arma caiu e disparou, ferindo-o ligeiramente no queixo, sendo medicado no Hospital de Nova Iguaçu.

Anavalhado

Após uma simples discussão, esta manhã na praça da República, defronte do edifício Aclamação, José Mayrink, anavalhou na coxa direita o motorista José Alves, de 24 anos, solteiro, da rua do Senado, 184, casa 2.

A vítima foi medicada no Pronto Socorro, enquanto que o agressor foi preso e autuado em flagrante no 10º D.P.

ESCAPOU DO AUTO MAS NÃO DO BONDE

Depois de ter escapado de um auto, o centenário Militão Cipriano, da rua Turf Club 17-fundos, acabou por ser colhido, defronte do 457 da rua S. Francisco Xavier, por um bonde de 2.ª classe da linha 78, "Engenho de Dentro".

O ancião, que conta precisamente 108 anos de idade e que vive de vender cocadas por êle mesmo feitas, sofreu escoriações. Após ter sido pensado no Pronto Socorro, retirou-se para sua residência.

O motorneiro culpado, Manoel Arminio Rodrigues da Costa, da rua Mário Carpenter 878, casa 2, foi preso em flagrante e autuado no 15.º D. P. pelo comissário Roussolières.

Agrediu o sogro a cano de ferro

Desentendendo-se, ontem à noite, com o sogro em cuja companhia reside no prolongamento da rua Barão de S. Felix, no barracão 3, Francisco Nunes de Lima, de 30 anos, agrediu o velho a cano de ferro no cruzamento daquela rua com a dos Cajueiros.

E quando estava a desancar a vítima, João Medrado Pascoal, de 52 anos, foi preso em flagrante pelo detetive 173, da RP 15, que o levou ao 11.º Distrito, onde o comissário Chicalban o autuou.

João Medrado, com contusões na cabeça e no corpo, foi medicado no Pronto Socorro.

Caiu do trem

Quando viajava como pingente num trem da Rio D'Ouro, esta manhã, na rua Sotero dos Reis, o menor José Manoel, de 15 anos presumíveis, desequilibrou-se caíndo, defronte da OCPL.

Com fratura do crânio e em estado de choque foi internado no Pronto Socorro.

Old Parr O WHISKY DE ALTA CLASSE

O major quer brigar com os vizinhos

Um major, reformado, da Aeronáutica, chamado Assunção, insulta, ameaça e, recentemente, passou a agredir seus vizinhos de apartamento, no 4.º andar do n. 259, na rua Humaitá.

Passou principalmente, a provocar o comissário da Panair, Moacyr de Castro Esteves, que mora, com duas irmãs, no apartamento ao lado do seu.

AGREDIU DE SURPRESA

Desde o princípio do ano, o major tudo faz para que o rapaz brigue com êle. Ante-ontem, tomou uma decisão: quando Moacyr ia tomar o elevador em companhia da sua irmã, Nehyta Esteves, às 13.20, o major, que estava escondido atrás da porta, agrediu-o a socos.

O rapaz, porém, conseguiu dominá-lo enquanto sua irmã chamava a Rádio Patrulha. O caso foi levado ao 2.º D.P. O próprio delegado Zildo Jorge atendeu-o. Não lhe deu, no entanto, maior importância, classificando-o de "briga de vizinhos" e mandou-os para casa.

GARANTIAS DE VIDA

Ontem, porém, o major voltou a ameaçar o comissário Moacyr que decidiu, então, pedir garantias de vida à polícia. Ao mesmo tempo, sua irmã e outros vizinhos comunicaram o caso ao gabinete do ministro da Aeronáutica.

O curioso da história é que o major não tem motivos para brigar com ninguém. Todos os vizinhos são muito quietos, deitam cêdo e não ligam o rádio alto.

Julgamento, hoje, de outro passional

O Tribunal do Juri julgará hoje Jorge Ferreira Garcia, acusado de assassinio de sua espôsa, Creusa Rodrigues Garcia, no dia 24 de março de 1950.

Jorge, de acôrdo com a opinião do seu advogado Américo Araujo, é um passional, pois "o fato criminoso ocorrido foi fruto exclusivo de um impulso amoroso de um jovem inexperiente". Sustentará ainda o advogado, perante o Juri, que Jorge é um semi-irresponsavel e, ao tempo do crime, menor.

Deverá sustentar a acusação o promotor Atila Sayol de Sá Peixoto, que estreará no Tribunal do Juri, que enquadrou o criminoso no art. 121 do Código Penal (homicídio simples), cuja pena é de 6 a 20 anos de reclusão.

VOZES DA CIDADE

O sr. Lourival Fontes ainda não sabe se lançará o vespertino "Todo Dia", sob a direção dos srs. Joel Silveira, Flávio Maranhão e Aloisio Acioly, ou se promoverá uma intervenção na "Vanguarda", pertencente hoje ao Banco da Prefeitura, entregando-a a êsse novo grupo.

Um amigo do general Estillac Leal perguntou-lhe sôbre a reforma ministerial que está sendo anunciada pelos íntimos do Catete. Resposta do general:

— Até agora, não pediram para eu pedir demissão.

O general Mendes de Morais, que anda agarrado com vários próceres do Govêrno, diz-se convidado para ministro da Viação, na nova reforma ministerial. A revelação foi feita por êle próprio no apartamento do jornalista J. E. Macedo Soares, que se manteve silencioso.

A Central do Brasil assinou, afinal, o contrato de 120 locomotivas Diesel. Inicialmente, as firmas fornecedoras eram a American Locomotive e a General Electric. A encomenda atingia o total de dezesseis milhões de dólares, sendo oito para cada. Na véspera de ser firmado o contrato, apareceu a Baldwin Locomotive e conseguiu a encomenda de 6 milhões de dólares. O padrinho da Baldwin foi o sr. Ari Torres, presidente da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos.

JOSE' DO RIO

Whisky King George IV

BOLETIM DAS TREVAS

O nivel do reservatório de Lajes, hoje às 7 horas, era de 391,88 metros acima do mar, correspondente ao volume de 33.574.040 metros cúbicos de água disponivel.

Foi registrada uma diminuição de 285.990 metros cúbicos, nas últimas 24 horas, caindo o nivel em 3 centímetros.

Em 1950, no mesmo dia, às 7 horas, o nivel acima do mar era de 400,94, ou seja, um volume de 131.285.060 metros cúbicos disponiveis.

O tempo continua bom em Ribeirão das Lajes.

Um tradicional banco de Minas Gerais agora também a serviço do Rio de Janeiro:

Banco Belo-Horizonte, S.A.

RUA DO ROSARIO, 114

FONE: 42-1866

Operações bancárias — Venda de apólices a prestações, pagamento de coupons, etc.

Hora de definição

Discurso do chefe do gabinete do Chefe de Polícia no almôço de confraternização

Delegações policiais dos Estados, a alta administração do D. F. S. P. e jornalistas acreditados junto à chefia de Polícia confraternizaram-se, hoje, num almôço no restaurante do aeroporto Santos Dumont.

Em nome da Polícia federal discursou o coronel Hélio Braga, chefe do Gabinete do general Ciro de Resende, dizendo das esperanças que todos tinham em que a 1.ª Conferência dos chefes de Polícia apresentasse soluções para tantos problemas que assoberbam as organizações policiais e a ordem pública.

Disse o coronel Hélio Braga que, sem dúvidas, sobrelevam no congresso as teses consideradas vitais para o nosso regime de vida: as de Segurança Política, e Social, acentuando que "não passa despercebido o sentido grave da luta em que se debate a humanidade, dividida entre duas filosofias irreconciliáveis. — uma da cruz, inspirada por Deus, cuja expressão máxima é a Democracia; outra, a da foice e do martelo, pregada por Lenine e executada por Stalin, — o comunismo internacional.

Em seguida o coronel Hélio Braga disse que "a luta está travada. Não há lugar para comodistas e indiferentes. E' indispensável que se definam atitudes — ou se está com a Pátria, ou se é traidor".

O chefe do gabinete do chefe de Polícia finaliza saudando "esta terra de liberdade e de Justiça" e o "Brasil, Glorioso e Eterno".

DESCOBERTA A IDENTIDADE DA SUICIDA DO AVIÃO

Sandra Maria Helena Franco, a suicida do avião Douglas DC-3, da Cruzeiro do Sul, foi agora reconhecida por seus antigos companheiros de trabalho, como Maria José de Lima, ex-manicure do Salão Universal, à rua do Catete, 187. Segundo depoimento de cabeleireiros e manicures do salão, a moça era casada, tinha um filho de 5 anos, Paulo Roberto, e ali trabalhara após o rompimento de suas relações com o capitão do Exército Guilherme Franco.

Posteriormente, ela tentou recomeçar o romance com o capitão Guilherme, não sendo bem sucedida por imposição do mesmo. Daí, a sua intenção de suicidar-se, não sem antes vingar-se daquele que fôra tudo para ela — asseguraram os empregados do salão.

Seu entêrro, que ser' às expensas do jornalista Luis Guimarães, espera apenas o reconhecimento oficial do cadáver por parte da família.

DIA DA JUSTIÇA

Segue amanhã para Florianópolis, em avião militar, a representação da Associação dos Magistrados Brasileiros, para a comemoração, naquela cidade, do "Dia da Justiça".

A delegação será chefiada pelo ministro Edgard Costa, presidente da Associação.

ACIDENTES DE TRÁFEGO

1 — Caminhão desconhecido atropelou ontem, na esquina da praia de Botafogo com Marquês de Abrantes, a menina Ana Maria, de 5 anos, filha de Vitorino Teixeira, e Margarida de Almeida, de 48 anos, casada, ambas do apto. 107 da mesma praia n.º 18. Apresentando contusões e escoriações, as duas, depois de medicadas no Pronto Socorro, retiraram-se.

2 — Foi atropelado e morto ontem, na av. Brasil, defronte da Rádio Nacional, o operário Antonio Pereira da Silva, de 55 anos, de residência ignorada, que trabalha nas obra do Ministério da Marinha naquela avenida. O chofer culpado, do caminhão 7-83-58, evadiu-se em seguida. O corpo foi removido para o necrotério.

3 — Na rua Barão de Mesquita, defronte ao 415, foi atropelada na noite de ontem a estudante Laura Santiago e Silva, de 16 anos, filha de Alcides Silva, da rua Clemente Falcão, 41. A moça, com escoriações, foi medicada no Pronto Socorro. Foi colhida pelo auto de passeio n.º 58-87, cujo chofer fugiu sem prestar-lhe socorros.

4 — O corretor de imóveis Jaime Martins, de 60 anos, casado, do Hotel Chile, esta manhã foi atropelado por um automóvel não identificado, na praia do Flamengo, defronte ao 122. A vítima, com fraturas expostas das pernas, foi internada no Pronto Socorro. O motorista evadiu-se.

5 — O motorista do automóvel chapa 12-29-84, Célio de Oliveira, após atropelar Otávio Paulino Dantas, de 57 anos, operário, da av. Presidente Vargas, 1512, conduziu-o ao Pronto Socorro. Otávio foi colhido pelo automóvel no cruzamento das avenidas Presidente Vargas e Rio Branco, recebendo fratura exposta da perna direita.

Porque o Brasil passou de exportador a importador de borracha e algodão

O drama de dois produtos básicos de produção brasileira que se debatem na mais crítica das crises, tornando-se insuficiente ao suprimento da indústria nacional — Estudo completo de Omer Mont'Alegre na edição desta quinzena de PN (revista PUBLICIDADE & NEGÓCIOS), que publica também, em suas 64 páginas:

— ESCOLA DE PROPAGANDA DO MUSEU DE ARTE DE SÃO PAULO — de Genival Rabelo;

— O TREINAMENTO DO COPYWRITER PRINCIPIANTE — Mark Wiseman;

— ORIENTE SUA PUBLICIDADE — Miguel O. Schneider;

— O DINHEIRO AMERICANO VIRA' PARA O BRASIL COMO NEGOCIO — Manoel de Vasconcelos;

— A LUZ NEGRA AUMENTA A EFICIENCIA DOS CARTAZES — excerto de Advertising Age

— VOCE PODE AUMENTAR O VOLUME DE SUAS COMISSOES — excerto de Printer's Ink;

— BRASIL, GRANDE ACIONISTA DO BANCO INTERNACIONAL DE RECONSTRUÇAO E FOMENTO — entrevista com o sr. Eugene Black.

E mais as seções habituais, de grande interesse para homens de propaganda e negócios, como "Copy-clínica do Dr. La Fonte", "Os Reis da Fortuna", Imprensa, Rádio, "Chumbo Miudo", de Sangirardi Jr. e "Girando o Dial", de Eliezer Burlá.

LEIA PN

Em tôdas as bancas de jornais — Cr$ 5,00

O preço de assinatura anual, incluindo 24 exemplares de PN e os anuários de IMPRENSA, RADIO e PUBLICIDADE, é de Cr$ 200,00. Informações pelo telefone 52-4499 — Av. Rio Branco, 117 - 3.º - sala 323 — Rio de Janeiro.

UM MORTO E 18 FERIDOS

Um morto e 18 feridos foi o resultado da colisão na Praça Marco Aurelio, com estrada Vicente de Carvalho, entre o lotação número 5-31-31, da linha Cascadura-Bonsucesso, dirigido por Hermes Rosa Machado, e o bonde n. 300 da linha Penha-Madureira, dirigido por Samuel Dias da Silva, regulamento 9.106, da rua Arupuá, 16.

O morto, um rapaz de côr branca, de 20 presumiveis foi removido para o I. M. L. com guia da policia do 21.º D. P.

Os feridos, todos com contusões e escoriações, são: Virginio Machado, Rute Machado da Silva, Ivone Espindola, José Augusto Pinto; José Gonçalves Tiradentes, José Aldo Ramos, trocador do lotação; Valdemar Cardoso, Edenésio Anselmo, Fidélis Oliveira, Samuel Dias da Silva, motorneiro do bonde; Pedro Costa da Silva, Laura Henrique do Espírito Santo, Dalvo Vieira da Silva, Fernando Peçanha Pinto e sua espôsa Ortélia dos Santos Pinto; José Martins Valverde, Hermes Ramos Machado, motorista do lotação e Armando Amaro.

LEGAÇÃO DA ORDEM DE MALTA

Segundo nota distribuida pelo Itamarati, será criada, no Rio de Janeiro, uma legação da Ordem de Malta, pois se estabeleceram relações diplomáticas entre a Ordem e o govêrno brasileiro, com o reconhecimento, por êle, do estatuto internacional da Ordem Soberana de Malta.

a culpa não é dêle

Garoto que odeia o estudo.
Que vive enfezado, mudo
Sem o frescor juvenil.
É doente: sem demora.
Limpe-lhe o sangue, senhora.
Dê-lhe logo LACTARGYL.

DEPURATIVO INFANTIL LACTARGYL ABRE O APETITE

TRIBUNA PARLAMENTAR

JOÃO DUARTE, filho

MORTE E RESSURREIÇÃO

O que matou, na Câmara, o projeto Segadas Viana contra a socialização do seguro de acidentes não foi propriamente o voto de Aluizio Alves na Comissão de Legislação Social. Foi o seu discurso no plenário, quando se discutia o projeto. Aquêle discurso alertou a Câmara sôbre o projeto Segadas. Abriu os olhos dos deputados. Determinou a ida do projeto à Comissão de Justiça onde Agamemnon deu o seu voto sôbre a inconstitucionalidade do projeto.

O discurso de Aluizio matou o projeto Segadas. E matou-o, como se vai ver da votação que agora se tem de fazer, não sòmente naquela oportunidade, mas em tôdas as oportunidades futuras.

O resultado foi êste: o projeto Segadas, que acabava com a socialização, foi transformado em um outro, que apenas protelava o prazo de execução plena da lei. Se, pela lei de 44, a incorporação paulatina do seguro de acidentes deveria começar em janeiro de 49 e terminar em dezembro de 53, pelo projeto Segadas, afinal aprovado e sancionado pelo govêrno depois da transformação sofrida, êste prazo passou a ter início em janeiro de 52, isto é, no princípio do ano que vem. As emprêsas privadas, que já fazem seguro de acidentes, podem fazê-lo ainda até dezembro de 53.

Êste é o regime que o segundo projeto Segadas, agora de autoria de Atilio Vivacqua, quer revogar mas não revogará.

Acontece que o seguro de acidentes do trabalho é um bom negócio, é o melhor negócio que há em seguros.' Basta ver isto:

Em 1950 a carteira de seguro de acidentes do trabalho do Instituto dos Marítimos teve um saldo de dez milhões e a carteira do IAPETC um saldo de 47 milhões. Só em dois institutos um saldo anual de 57 milhões, apesar dêsses institutos não operarem, ainda, plenamente, no ramo. Daí se pode calcular que o saldo do seguro de acidentes do trabalho poderá ser, no Brasil, em um ano, de cem a cento e cinquenta milhões.

Ora, isto não pode passar em branca nuvem num país onde as companhias de seguro são, tradicionalmente, as mais fortes organizações financeiras e que estão ameaçadas de serem colocadas fora do grande mercado de negócio que esta espécie de seguro representa.

Por isto a morte do projeto Segadas, na Câmara, não representou nada na campanha contra a socialização. Ela ia renascer no Senado.

E vem o projeto Atilio, que é o segundo projeto Segadas.

PROJETO ATILIO

No Senado é mais fácil, porque o Senado é mais tranquilo, menos visado pela imprensa, tem menos senadores moços, inquietos. No Senado é mais fácil.

Derrotado o projeto Segadas na Câmara em 1948 deixou-se passar um ano e pouco para renová-lo, desta vez no Senado.

Em 1950 Atilio Vivacqua o apresentava, com redação diferente mas com a mesma finalidade. Foi aprovado e enviado à Câmara onde agora está, em batalha definitiva, para ser morto outra vez, como vai ser.

O projeto Atilio manda que o seguro de acidentes seja feito em instituições de previdência, sociedades de seguro e cooperativas de empregadores.

Esta "cooperativa de empregadores" tem, na Comissão de Legislação Social, pelo menos um voto. E' o daquele deputado, sincero e honesto, a que já aludimos aqui e que diz que vai votar contra a socialização para defender o interêsse de um amigo. Êsse amigo é presidente de uma cooperativa de seguradores.

A batalha que se está travando é definitiva porque, pela lei vigente, que se quer imediatamente reformar, o prazo de incorporação paulatina começa a vigorar no dia 1 do próximo mês. E como a Câmara fecha no dia 15, há apenas 10 ou 12 dias para derrogar esta lei.

E' muito difícil que os defensores do projeto Segadas façam votá-lo em tão curto prazo. Êle ainda terá que ser discutido e votado na Comissão de Legislação Social, vir para plenário, vencer prazo e discussões, sofrer, talvez, obstruções. E' muito difícil que se consiga fazer tudo isto em 10 dias. Mesmo porque em plenário ainda vão pedir que o projeto vá à Comissão de Justiça para falar sôbre sua constitucionalidade.

E' verdade que os adeptos do projeto estão fazendo fôrça para que êle corra. Êle será derrotado, porém.

De tudo, vai ficar um grande exemplo: uns deputadozinhos sem eira nem beira, como Aluizio Alves, Paulo Sarazate, Nelson Carneiro, uns pobres diabos sem vintém, venceram, na mais longa batalha que já se travou no Parlamento brasileiro, a maior concentração capitalista do Brasil que é a dos seguros.

E isto é muito bonito para os deputados, para o Parlamento, para o Brasil.

ORDEM DO DIA

Valorização econômica do Vale do Rio Doce

O projeto n. 963, de 1951, apresentado pelo deputado Magalhães Pinto, cria a Comissão de Planejamento e Valorização Econômica do Vale do Rio Doce. Constituída pelo presidente da Cia. Vale do Rio Doce e por mais quatro membros nomeados pelo presidente da República, competirá à Comissão realizar os estudos dos recursos econômicos do Vale do Rio Doce e das condições de vida da sua população, elaborando o Plano de Desenvolvimento Econômico, que abrangerá:

Pesquisas geológicas para reconhecimento da natureza e potencial das jazidas e depósitos minerais; estudo agrológico, objetivando a racionalização das culturas agrícolas existentes e a introdução de novas espécies; pesquisas visando o conhecimento e o aproveitamento dos recursos energéticos; reflorestamento, conservação do solo e irrigação; industrialização do Vale, tendo em vista, principalmente, a montagem da grande siderurgia e metalurgia; industrialização dos recursos florestais; estudo das condições geo-climáticas e sociais, para criação de colônias agrícolas; saneamento e correção do regime fluvial; desenvolvimento e modernização do sistema de transportes.

A Comissão terá o prazo de dois anos para concluir e entregar ao Poder Executivo o Plano Geral de Desenvolvimento Econômico do Vale do Rio Doce. Terminados os estudos será automàticamente transformada em órgão executivo do Plano. Fica aberto o crédito especial de 50 milhões de cruzeiros, no primeiro ano de funcionamento, para atender às despesas com a instalação da Comissão, estudos e elaboração dos planos de que trata o projeto.

Na constituição de sociedades, para exploração de indústrias consideradas fundamentais, poderá ser permitida a participação de capitais privados, desde que fique assegurado o contrôle do Estado.

O autor do projeto diz na justificação que o Vale só tem sido objeto de cogitação do ponto de vista imediato, como produtor de riquezas ferríferas e escoadouro estratégico dessas riquezas. Mas há ainda que considerar o grande potencial hidráulico do Rio Doce e afluentes, a presunção da existência de combustível mineral sólido, etc. Acrescenta que o principal mérito do projeto está na simplicidade de sua estrutura e no alcance prático de seus propósitos.

A Comissão de Justiça da Câmara, aprovando o parecer do deputado Antonio Balbino, já opinou pela constitucionalidade do projeto que vai agora à Comissão de Economia.

O Redator de Debates

MAIS UMA COMISSÃO

Foi constituída pelo ministro da Viação a Comissão de Padronização de Contas nas estradas de ferro.

A comissão será presidida pelo engenheiro Arthur Pereira Braga e terá os seguintes membros: Edmundo Franklin Pirajá, Guaracy do Amarante, Silvio de Alvim Botelho, professor José de Castro, Armando Gomes Pereira, Armando de Cardoso Gomes, Ubaldo Lobo e Rubem Eugênio de Freitas Abreu.

NOVO CHEFE

O engenheiro José Carlos de Chermont Rodrigues foi dispensado da chefia do Serviço de Administração do Departamento Nacional de Portos, Rios e Canais, sendo nomeado para substituí-lo o sr. [illegible] Palhano de Jesus, que já está exercendo o referido cargo.

Segadas e o seguro de acidentes
CARTA DO MINISTRO À TRIBUNA PARLAMENTAR



SEGADAS VIANA

O ministro Segadas Viana enviou a seguinte carta ao redator da "Tribuna Parlamentar":

"Meu caro João Duarte. Cordial abraço. — Sou teu constante leitor e vi na TRIBUNA DA IMPRENSA o comentário de ontem sob o título "História do projeto Segadas".

Não me arrependo de ter apresentado o projeto a que te referes. Continuo entendendo que a solução ideal para o seguro de acidentes é a sua estatização, mas reconheço que ainda não atingimos a uma organização no seguro social que permita ao Estado assumir todo êsse risco.

Melhor será que os institutos se organizem e se preparem para, na época oportuna, cobrir o risco de acidentes em todo o país. O IAPC já está operando e a carteira do IAPB está se desenvolvendo; quanto ao IAPI deverá iniciar a cobertura dêsse tipo de seguro em 1952.

A verdade é que se a exploração do seguro de acidentes por emprêsas privadas representa a comercialização do infortúnio, nenhum benefício real teria o trabalhador com a transferência do seguro para instituições estatais que não se encontrem preparadas.

Esse ponto de vista foi por mim sempre defendido, com a experiência que tenho da minha vida de advogado militando em causas de interêsse dos trabalhadores. Esse é, também, o modo de pensar do nobre deputado Bisaglia, que tem sido um intransigente defensor do proletariado em Juiz de Fora.

Defender a tese esquecido da realidade brasileira é muito agradável e fácil. Opor-se à tese, pela sua inoportunidade, é realmente menos agradável tanto mais que êsse ponto de vista coincide com a existência de grandes interêsses econômicos.

Sinto-me, entretanto, a cavaleiro das críticas injustas que vêm sendo feitas. Meu passado e minha vida escudam-me contra maldades dos que julgam apressadamente ou influenciados pela paixão ou por motivos políticos.

Venho trazer-te estas explicações, meu caro Duarte, porque somos velhos colegas de imprensa e temos um patrimônio moral a zelar. Estou pronto a te prestar quaisquer informações inclusive sôbre minhas condições de vida, pois não desejo que um colega, a quem prezo, possa vir a duvidar da linha de conduta de quem não teve nem tem outros objetivos senão os de servir ao seu povo e especialmente aos trabalhadores.

Um abraço do colega amigo — *Segadas*".

RESENHA LEGISLATIVA

A Câmara dos Deputados realizou, durante o mês de novembro último, 25 sessões, sendo 18 ordinárias e 7 extraordinárias. Aprovou, em último turno, um total de 71 projetos de leis, dos quais foram encaminhados ao Senado, entre os mais importantes, os seguintes:

Projeto 115-B-1951 — que concede anistia aos condenados por crime de injúria ao poder público ou aos agentes que o exercem;

1.223-B-1951 — suspende o pagamento de importâncias relativas à consignação em fôlha de pagamento nos meses de novembro e dezembro do corrente;

400-C-1951 — dispõe sôbre o penhor dos produtos agrícolas;

1.045-C-1951 — aprova o Plano do Carvão Nacional e dispõe sôbre sua execução;

1.057-C-1951 — estabelece preços mínimos para o financiamento ou aquisição de cereais e outros gêneros de produção nacional;

121-C-1950 — dispõe sôbre o pagamento de auxílios e subvenções;

593-C-1950 — torna aplicável aos servidores das autarquias o disposto no art. 192, da Constituição Federal;

1.013-A-1951 — fixa normas para aproveitamento dos diplomados pelo Instituto de Óleos;

1.306-B-1950 — regula a quebra natural de sal estocado nas salinas;

1.285-B-1951 — amplia o prazo de execução da lei 1.003, de 24 de dezembro de 1949, relativo ao financiamento da lavoura do café.

A CRISE BRASILEIRA E' DE EXTREMA GRAVIDADE
Reconhece o presidente da Comissão de Finanças no seu relatório sôbre o orçamento



ISRAEL PINHEIRO

A criação do Ministério da Economia foi sugerida pelo deputado Israel Pinheiro no relatório que apresentou na qualidade de presidente da Comissão de Finanças da Câmara.

O ministério congregaria todos os órgãos destinados à coordenação dos assuntos econômicos, fomentando os diversos setores da produção nacional e imprimindo-lhe uma unidade de ação.

Sugeriu, ainda, a criação do Banco Rural.

A CRISE

Disse, a seguir, o sr. Israel Pinheiro que a crise se desenvolve em progressão geométrica e estamos chegando a uma situação de extrema gravidade.

Decresce de forma alarmante a produção dos gêneros alimentícios. E as causas da nossa situação são idênticas às que Ruy assinalava no Senado, há muitos anos: enorme crescimento da população e enorme aumento do consumo.

A EXCEÇÃO DO TRIGO

Salientou que o único produto a aumentar sua produção foi o trigo, que num decênio passou de 100 mil para 450 mil toneladas.

A situação da produção de carne é a pior possível: exportamos 140 mil toneladas em 1940 e, dez anos depois, 20 mil toneladas.

Disse que a produção de combustíveis e lubrificantes não se mostrava muito animadora. A importação desses produtos aumentava mensalmente e já no primeiro semestre deste ano acusava um acréscimo de 651 milhões de cruzeiros.

A IMPORTAÇÃO DE GÊNEROS

Também aumentou muito a importação de gêneros alimentícios, com um acréscimo de 696 milhões de cruzeiros no decurso dos seis primeiros meses do ano.

Enquanto isto, aumenta a população, que, em dez anos, acusou um aumento de 11 milhões de almas, isto é, um acréscimo de 27%.

Mesmo com as leis trabalhistas, o salário mínimo, o repouso remunerado, os auxílios dos Institutos de Previdência, — e, portanto, com o aumento do poder aquisitivo das massas

(Conclui na 10.ª página)

Escala móvel de salários e alta dos preços
Um Govêrno sem planos procura fugir à responsabilidade do fracasso — O salário móvel detém a elevação do custo da vida



BILAC PINTO

Justificando o projeto que acaba de apresentar à Câmara, instituindo a escala móvel dos salários, declarou-nos o deputado Bilac Pinto:

"Os assalariados brasileiros, já estão desenganados das promessas eleitorais do sr. Getulio Vargas e dos líderes trabalhistas, que lhes acenaram com a redução do custo de vida e o aumento dos salários, para captar-lhes o apôio e o voto.

Logo que assumiu o govêrno o sr. Getulio Vargas, que se havia comprometido a realizar um vultoso programa de obras e melhoramentos públicos, mandou parar quase todos os empreendimentos iniciados na administração anterior, lançando ao desemprêgo muitas dezenas de milhares de trabalhadores.

"A errônea política financeira do govêrno — continua o sr. Bilac Pinto — e a ausência de um plano governamental, vêm sendo responsáveis pelo crescimento constante dos preços das utilidades essenciais e dos gêneros alimentícios. O Plano Salte, que constituía um eficiente instrumento para remediar êsses males, foi ostensivamente abandonado pelo sr. Getulio Vargas.

TRANSFERENCIA DE CULPA

Refere-se em seguida o deputado Bilac Pinto à manobra demagógica do presidente da República, que procura desviar de si as responsabilidades pelo espectacular insucesso do seu govêrno. Primeiro acusou o govêrno Dutra de tôda a culpa pela situação angustiosa dos assalariados, depois apontou como sabotadores os comerciantes, incitando contra êles as massas e pedindo ao Congresso júris populares para castigar vendeiros e agora prestigia as acusações dos seus líderes e porta-vozes ao Congresso, como responsável por todos os males que afligem o país.

Terminará acusando os próprios ministros.

"Mas o povo sabe que o único responsável por essa situação é o sr. Getulio Vargas, que, além de não ter um programa ou um plano para atacar de frente êsses problemas que interessam ao povo, alimenta discórdias, conflitos e dissidências dentro do govêrno e dos partidos que o apoiam, obrigando os seus auxiliares imediatos e líderes partidários a se desgatarem na composição dos inci-

(Conclui n. 10.ª página)

ARTIGOS PARA PRESENTES
CASA BAZIN
Av. Rio Branco, 134 - Tel. 22-2938

LIGHT

A SITUAÇÃO NO RESERVATÓRIO DE LAJES

A precipitação de chuvas nos vales dos rios Piraí e Paraíba não tem sido suficiente para evitar o decréscimo do volume d'água no Reservatório de Lajes, continuando, portanto, a ameaça de quase completa paralisação da Usina de Fontes.

Para enfrentar a atual crise, é necessária a máxima economia no consumo de eletricidade.

CIFRAS REGISTRADAS ÀS 15 HORAS DE ONTEM:

Nível do Reservatório	391,91 metros
Reserva atual aproveitável ..	32.505.530.000 litros
Reserva aproveitável na mesma data do ano passado ..	130.528.190.000 litros
Diminuição durante as últimas 24 horas	550.260.000 litros

CONSUMAM MENOS ELETRICIDADE !

Crescem os boatos sôbre a reforma ministerial
Os nomes mais visados — Juraci desmente

As notícias sôbre a propalada reforma ministerial vêm ganhando maior consistência nestes últimos dias. Os boatos sôbre os novos ministros prováveis surgem em tôdas as rodas políticas e do próprio Catete que, através dos seus porta-vozes, se encarrega de tornar maior a confusão.

Entre os mais citados para substituir os "ministros de experiência" aparecem os srs. Juraci Magalhães (Viação ou Trabalho), Góis Monteiro e Zenóbio da Costa (Guerra), Osvaldo Aranha e Manhães Barreto (Fazenda), João Alberto (Polícia), Cirilo Júnior (Justiça), Gurgel do Amaral (Trabalho), Artur Bernardes, Mendes de Morais e outros.

Sabe-se que o sr. Danton Coelho, coordenador da reforma ministerial, já deu por terminado o seu trabalho, do qual já fez ciente o sr. Getulio Vargas. Faltaria, apenas, um último entendimento com o sr. Ademar de Barros, que é esperado nesta capital a chamado do Catete. Há quem preveja, também, para hoje, o início da reforma da administração, a começar pelo sr. Otacílio Gualberto, presidente do IPASE.

BOATO E MA' FE'

Procuramos ouvir o cel. Juraci Magalhães, um dos citados entre os futuros ministros, que nos declarou:

"De reforma ministerial não sei absolutamente nada. Estou de férias políticas, inteiramente absorvido com os problemas da minha administração, na Companhia Vale do Rio Doce, e muito satisfeito com isso. Não tenho conhecimento de qualquer démarche visando o meu nome e quem quer que me atribua esta ou aquela atividade política ou a participação em qualquer entendimento, estará agindo de inteira má-fé. A minha inclusão em assuntos de reforma ministerial é um mero boato".

SEGADAS DESMENTE

O sr. Segadas Viana, ministro do Trabalho, que já aparecia como demissionário em alguns jornais, declarou-nos nada saber acêrca da reforma ministerial e desmentiu as versões a seu respeito, como fruto de algum ressentimento pessoal e do desejo de intriga. Disse que um ministro, como delegado da confiança pessoal do presidente da República, sabe muito bem quando já não merece essa confiança".

Negocios de Lupion
na Comissão de Tomada de Contas

A Comissão de Tomada de Contas da Câmara examinou em sua reunião de ontem o caso de venda, realizada no govêrno passado feita ao sr. Moisés Lupion pelas Emprêsas Incorporadas ao Patrimônio Nacional das Indústrias Brasileiras de Papel Ltda. no Paraná.

ACUSAÇÕES A VIEIRA DE MELO

O Tribunal de Contas da União negou registro para essa transação e, por isto, a Comissão da Câmara resolveu ouvir o procurador Cunha Melo.

Na sessão de ontem, o senhor Cunha Melo fez um longo histórico da venda, dizendo que o Tribunal negara a validade do contrato porque êle não estava revestido das formalidades legais.

E atribuiu a responsabilidade do negócio ao sr. Vieira de Melo, então diretor das Emprêsas Incorporadas.

DOIS DEPOIMENTOS

Os srs. André Carrazoni e Rocha Moreira depuseram também sôbre a transação, tendo o segundo afirmado que ela representava um conluio contra o país, com prejuízos enormes para a Fazenda Nacional.

A AÇAO DO CONGRESSO

Sôbre a ação do Congresso — e, em particular da Comissão de Tomada de Contas — falou o deputado Guilherme Machado, que aludiu ao fato de não poder o Parlamento ficar inerme diante das acusações contra a aquisição do papel.

A DEFESA DAS EMPRESAS

Na próxima reunião da Comissão, deverão ser ouvidos os depoimentos dos srs. Vieira de Melo e Justo de Morais, das Emprêsas Incorporadas.

Presentes para o "NATAL"

COMPRE JÁ!

Tudo da melhor qualidade... na Maior variedade... pelo Menor preço!...

Sombrinha tamanho 48. Rayon de 1.ª qualidade. Vários cabos modernos.
CR$ 190,00

MODELO N.º 17. Bolsa de Verniz. Côres: preto, amarelo, marron, branco, encarnado, havana. Forro de couro.
CR$ 255,00

Blusa com bordados da Ilha da Madeira. Lindas côres.
CR$ 265,00

MODELO N.º 60. Bolsa de couro, nas côres: preto, amarelo, marron, encarnado, branca, havana.
CR$ 280,00

Blusa de Rayon. Tecido listrado nas côres: vermelho, verde, azul e preto.
CR$ 135,00

Jôgo em lingerie com bordados e renda aplicada. Combinação e calça.
CR$ 189,00

MODELO N.º 46. Bolsa de crocodilo. Nas côres: encarnado, marron, amarelo, preto, verde e beije.
CR$ 330,00

Pijama para senhora. Em lingerie. Lindas côres modernas.
CR$ 190,00

Vendas à crédito pelo CRÉDITO PROGRESSO e A COMPENSADORA

Camisaria PROGRESSO
Rua Independência

EM DEFESA DO PATRIMONIO NACIONAL

Desprezando as avaliações anteriores, dos bens que Henrique Lage entregou à União em pagamento de suas dívidas, o Juízo Arbitral instaurado no govêrno passado, por decreto-lei, às vésperas da reimplantação de uma Constituição no país, organizou quatro comissões de peritos para nova avaliação.

Essas comissões concluiram pela espantosa declaração de que a União devia, pelo que Henrique Lage lhe havia entregue em pagamento de dívidas, à herdeira do mesmo Lage, a importância de Cr$ 689 milhões, ou, mais precisamente, 688.871.420,10.

O processo foi simples. Tudo o que Lage tomara como empréstimo, antes de sua morte, portanto antes da incorporação, foi levado à conta do espólio. Tudo o que, desde então, a União inverteu para recuperar aquêle acervo de dívidas, todo o dinheiro, em suma, que o país gastou para salvar o monte de emprêsas em decomposição, foi pôsto na conta da União, ou melhor, contra ela.

Lage escrevera, na sua carta ao chefe do Govêrno:

"Retirando da relação dos meus navios os necessários para as linhas de carvão e da minha Organização, estão os demais à disposição de V. Ex., PARA SEREM INCORPORADOS À GRANDE COMPANHIA UNIFICADA, que sei é seu pensamento fazer. Do produto apurado, FICA O GOVÊRNO DE V. EX. AUTORIZADO A FAZER A LIQUIDAÇÃO DOS MEUS DÉBITOS COM O BANCO DO BRASIL, TESOURO E DEMAIS CREDORES, PONDO ASSIM O MEU NOME A SALVO DE EVENTUAIS POSSÍVEIS".

Mas, por ter atendido ao desejo expresso, insofismável, de Lage, eis que o Govêrno ficava obrigado a pagar aos seus herdeiros o que de outro modo deveria não pagar, mas cobrar. Credor que era, do espólio, passava a devedor, mercê de um Juizo Arbitral realmente menos do arbitral do que arbitrário.

Se d. Gabriela Besanzoni Lage ficasse com os bens que agora disputava, teria de pagar à União cêrca de 300 milhões. Não ficou, porque a isto se opôs o próprio Lage. As emprêsas foram salvas e prosperaram com dinheiro público, com crédito oficial. Eis que agora a herdeira vinha reclamar o pagamento de indenização pelo que lhe não pertence.

"A rigor, diz agora o procurador geral da Fazenda em seu memorável parecer, as dívidas de Henrique Lage deveriam, de há muito, ter sido executadas e, na fase em que êle expirou, diante das perspectivas que se abriram em pról do seu principal credor, a medida mais ainda se impunha. Fácil é imaginar-se o que resultaria da venda em hasta pública de tão extenso e multiforme patrimônio, máxime no momento assinalado. A retração do crédito, a situação deficitária, para não dizer calamitosa, das emprêsas, o alto valor dos acervos e o pêso do dinheiro que se teria de despender para organizar, administrar e pôr em funcionamento adequado o conjunto industrial, a disparidade dos fins sociais, o estado de guerra, eis alguns fatores que, sem dúvida, impediriam passasse êle a outrem que não fôsse a Fazenda Nacional. Tal, porém, não se fêz, e não o fazendo nem por isso deixou o Govêrno de praticar outra solução cabível e conforme aos interêsses em jôgo. Ante o apêlo desesperado do devedor, que, como acentuamos, temia a execução dos seus débitos, houve por bem determinar o mais alto magistrado, sr. G. V., o estudo do assunto por especialistas".

Foi em face dessa situação que o Govêrno encampou os bens que Lage lhe entregava em pagamento de dívida.

Mas, com a mudança de govêrno, muda também a situação, não de direito, mas de fato. São estas as corajosas e veementes palavras do procurador Ascoli:

"Célere avançou a cupidez e era de ver a sanha e a cupidez com que agiam os abutres em face das carniças esparsas de um morto ilustre, na mais integral indiferença para com o Tesouro, pôsto à margem, como se houvera cometido falta grave e precisasse de castigo exemplar".

O art. 16 do decreto-lei que criou o Juízo Arbitral diz que "da sentença (do juízo arbitral) nenhum recurso será admissível, constituindo decisão final e definitiva, que será executada independentemente de homologação". Pergunta agora o Procurador Geral, no parecer que está apenso ao projeto, no Senado: "Aqueles que conhecerem o conteúdo dêsse artigo terão notícia de algo semelhante nas tradições jurídicas do Brasil? E' concebível que se revogue uma legislação garantidora dos direitos do Estado, a fim de atender a pretensões personalísticas de quem quer que seja?" "...Por que subtrair o julgamento à homologação da Justiça?"

Et j'en passe des meilleurs...

Por exemplo, consta do parecer do Procurador Geral:

"E' porventura, aceitável que uma questão resolvida, definitivamente, por fôrça de lei e com os antecedentes conhecidos possa modificar-se, e, ainda, mais, por influência da parte desobediente, que timbrou em desprezar aquilo a que estava obrigada, para, afinal, conseguir o despacho que a ela, só a ela, convinha? Que defesa encontram autoridades que se põem à plenária disposição dos que investem contra a lei e os interêsses que lhes cumpre zelar? Por que, em se tratando de indenização tão elevada, já que eram desprovidos de energia bastante para aplicar as penas devidas, não deixaram que surgisse a nova fase constitucional? Por que tanto anseio e presteza em alterar a legislação, quando a nova carta política (a espera seria inferior a dois meses) estava prestes a ser promulgada? Deploràvelmente, de tudo transparece a preponderância de influências e prestígios estranhos".

O depoimento do cel. Ulhoa Cintra, enteado do presidente Dutra, superintendente, então, do acervo de Lage incorporado à União, é bem expressivo:

"A encampação governamental, escrevia êle, veio encontrar a Costeira em difícil situação econômica. A êsse tempo, teve o Govêrno de efetuar a liquidação de um passivo que orçava pela casa dos 216 milhões a fim de propiciar à emprêsa condições de organização e trabalho para o início de nova fase de atividades, isenta de quaisquer obrigações anteriores".

Apesar disto, com tudo isto, diante disto, foi a União condenada, pelo iníquo "Juízo Arbitral", a "pagar, como indenização, ao Espólio Lage, reduzido, apenas, à herdeira e a uma legatária, a importância de Cr$ 288 milhões, equivalente à diferença entre o crédito de Cr$ 688 milhões e o débito de Cr$ 400 milhões".

"Não há conhecimento de tamanha parcialidade, de engano tão clamoroso", escreve o Procurador Geral da Fazenda, cujo parecer o Senado ainda não conhece, às vésperas da votação do projeto Besanzoni Lage.

"O exagêro das avaliações é de estremecer — esclarece êle.

A Comissão do Ministério da Viação avaliou em Cr$ 326 milhões. A comissão presidida pelo Procurador Geral da Fazenda, então, em Cr$ 316 milhões. O Juízo Arbitral do decreto-lei feito às pressas, avaliou os mesmos bens em Cr$ 688 milhões.

Muito mais do dôbro.

O sr. José Vieira Machado, então gerente do Banco do Brasil, escreveu: "O Grupo Lage viveu, sempre, e só resistiu até a morte de seu chefe, em virtude de auxílios do Govêrno, diretamente e por intermédio do Banco do Brasil. Não fossem a tolerância e a benevolência do Govêrno, não haveria, agora, nada a distribuir entre os herdeiros".

Eis alguns fatos e depoimentos autorizados, que o Senado e a Nação precisam conhecer, às vésperas da votação, pelo Senado do projeto Besanzoni Lage.

Deixo de parte o aspecto constitucional, que também — ou principalmente — é examinado no Parecer do Procurador Geral da Fazenda, sr. Ascoli, porque é da elementar obrigação dos senadores tomar conhecimento dêle antes de se abalançarem a aprovar um projeto que condenará a União a pagar primeiro uma parte, depois o todo de uma indenização iníqua e escorchante.

O grupo Lage tem muito quem o defenda. Acordos de publicidade foram feitos, para justificar êsse assalto mediante pagamento de uma parte, agora, em dinheiro, e a mais grossa maquia quando o Congresso houver aprovado o projeto Besanzoni Lage.

Muito poucos são aquêles que ousam levantar a voz para defender a Nação contra êsse assalto, porque a Nação paga sempre menos aos encarregados de defendê-la, a Nação não distribui propinas nem percentagens.

Por isto mesmo a TRIBUNA DA IMPRENSA tem o orgulho de defender a Nação contra o Espólio Henrique Lage, reclamando do Senado a derrota do projeto submetido à sua consideração nestes dias. Defendam os senadores o patrimônio nacional, quaisquer que sejam os sofismas armados no seu caminho. Aqui estamos para aplaudi-los, assim como temos estado para criticá-los. Não é possível que o Brasil esteja tão despojado de amigos que haja tantos amigos de um espólio espúrio e tão poucos da verdade e da justiça.

CARLOS LACERDA

Lia da Bahia

Desenho de J. T.



MEMORANDUM

Salários e custo da vida

Sugere o deputado Bilac Pinto em seu projeto criando escala de salário segundo o custo da vida, agora apresentado à Câmara, que seja adotado como base de cálculo o índice do custo da vida, apurado pelo Serviço de Estatística de Previdência e Trabalho, bem assim que êsse órgão passe a subordinar-se diretamente à Presidência da República. Dois aspectos, aí, merecem comentário.

O primeiro concerne à projetada subordinação. Não se justifica a idéia — que se vai generalizando — de pespegar ao Catete tudo quanto é órgão, ou autarquia, ou Comissão existente no Brasil. O sr. Bilac Pinto incorre, aí, num êrro tipicamente totalitário. Isto servirá, e tão só, para aumentar ainda mais a inorganização nacional, que se converte em incrível pandemônio, à falta da indispensável articulação.

Não param aí, todavia, as contra-indicações à subordinação. O Serviço de Estatística de Previdência e Trabalho existe porque, em 1936, houve uma convenção entre a União e os Estados — convenção que seria solenemente ratificada pelo Congresso Nacional e pelas Assembléias Legislativas dos Estados — com o fim de organizar o sistema estatístico brasileiro, tendo em vista a descentralização administrativa e a coordenação técnica. Sem o apôio e a cooperação dos demais órgãos estatísticos — federais, estaduais e municipais — o do Ministério do Trabalho não poderá funcionar, e o simples fato duma subordinação à Presidência da República não irá doar-lhe capacidade técnica, nem aumentar-lhe a eficiência. Além disso, os Estados teriam de ser ouvidos para a efetivação da transferência sugerida pelo sr. Bilac Pinto.

O segundo aspecto é o índice, em si, elaborado pelo SEPT. De acôrdo com a opinião de especialistas, êsse índice está muito longe de atender às condições mínimas de segurança e representatividade. Reveste-se de acentuada precariedade o método de investigação dos gastos domésticos que servem de fundamento à calculação mensal do mesmo índice.

Constituirá, pois, perigosa providência construir uma escala móvel de salários com base num índice viciado e não representativo das flutuações dos preços.

Se é que se pretende promover a adoção, no Brasil, da escala móvel de salários, manda a prudência se evite qualquer improvisação, o que viria agravar ainda mais a situação presente. O caminho mais acertado consiste em ouvir a opinião de pessoas experimentadas na matéria, as quais podem ser convocadas pela própria Câmara.

Intensificação da triticultura

Algumas providências vêm sendo adotadas ultimamente, pelo govêrno federal e pelos governos estaduais, no sentido do desenvolvimento da triticultura brasileira. O Serviço Nacional de Expansão do Trigo e principalmente os governos do Paraná e do Rio Grande do Sul têm procurado solucionar diversos problemas ligados a essa lavoura, tais como transportes, colocação, moagens, etc. Constroem-se, por exemplo, no Rio Grande, armazens metálicos com grande capacidade de armazenamento de trigo e agora se cogita de construir uma rêde de silos aéreos para servir a tôda região tritícola.

Na Câmara dos Deputados o sr. Luís Compagnoni apresentou, recentemente, um projeto que dispõe sôbre experiências gratuitas da adubação de trigo e cria um Plano de Intensificação da Triticultura. Na justificação diz o autor que pretende alcançar o aumento da produção de trigo empregando o método racional de adubação e assegura estar convencido de que a nossa produção tritícola duplicará e, até triplicará, se fôr, convenientemente, executado tudo o que preconiza o Plano.

A publicação especializada "Orientação Econômica e Financeira", examinando o projeto Compagnoni, diz que o Plano "poderá proporcionar o desejado e indispensável aumento da produção de trigo no Brasil, concorrendo, desta forma, decisivamente, na solução de um dos mais sérios problemas da economia nacional, onerada, diàriamente, com a evasão de muitos milhões de cruzeiros, nas fabulosas somas que dispendemos com a aquisição do trigo e da farinha no exterior". Acrescenta tratar-se de "providência racional, prática, de resultados comprováveis, tecnicamente certos". O Congresso, portanto, deve tratar do assunto com a seriedade e a urgência que êle merece.

CARTAS dos LEITORES

TABELAS ÚNICAS

Escreve-nos o leitor Florian:

— A TRIBUNA DA IMPRENSA está tendo grande aceitação aqui em Teresina. Podemos dizer que é um jornal querido, que defende os interêsses do povo, esclarecendo-o e dando-lhe conta do que se passa na alta administração do país.

— Falta-lhe, no entanto, uma seção que esclareça, a miúde, aos servidores públicos, o que se passa atrás da cortina de ferro do DASP. Há muita matéria de interêsse geral que devia ser divulgada.

— Entre outros, temos o caso das famosas tabelas únicas. O govêrno, a pretexto de uma falada revisão que nunca foi concluída, vem prejudicando, extraordinariamente, inúmeros antigos servidores.

— E' que por decreto de fevereiro ou março dêste ano, suspendeu as melhorias de salário, após haver melhorado alguns funcionários protegidos, de maneira verdadeiramente espetacular.

— Suspensas as melhorias, os mensalistas estão sem direitos e tendo prejuízos. No govêrno anterior, os extranumerários tiveram tratamento semelhante. Até quando a coisa vai ficar assim?

RESPOSTA — Não sabemos até quando. A TRIBUNA DA IMPRENSA tem tratado do caso das tabelas únicas da melhor maneira possível e continuará a tratar. E, obrigado pelas boas notícias.

PREJUDICADO O PÚBLICO

Os moradores da Praia do Russell — escreve-nos o sr. A. Mesquita, da rua do Russell 162, 1.º andar — onde existe um "play-ground", bastante concorrido, sentem-se grandemente prejudicados com a retirada das paradas de ônibus, anteriormente localizadas em frente ao mesmo e agora distanciadas, — a de ida — em frente quase à rua Silveira Martins, — e a de volta — na base da Praça Paris.

Por ironia, em vez da placa indicadora da parada, colocaram uma da velocidade permitida (60), sempre excedida! Com tal velocidade e sendo necessário atravessarem duas pistas assim, ficaram expostas as crianças que procuram os vários entretenimentos daquêle "play-ground"... Os moradores, ou ficam à espera enervante de um bonde, e poucos por ali passam, ou têm que arriscar a procura problemática de um taxi no Hotel Glória ou caminharem até à Glória para êsse fim.

Em pressuposto benefício do trânsito, foi sacrificado numeroso público. Com êsse modo de pensar, a Inspetoria ou Diretoria do Trânsito, futuramente, só permitirá duas paradas para os ônibus: o embarque dos passageiros no início da linha e o desembarque no fim da mesma.

Em nome de vários moradores, os quais antes de tentarem um "memorial" pedem, por meu intermédio, à querida TRIBUNA DA IMPRENSA a valiosa cooperação, a fim de conseguir a volta das paradas de ônibus em frente ao Parque do Russell, tal onde se achavam anteriormente".

Vishinsky e os comunistas alemães

Richard Lowenthal

(Do "Observer", de Londres para a TRIBUNA DA IMPRENSA)

O govêrno da Alemanha Oriental não espera que a Rússia se oponha à discussão do problema da unidade alemã na assembléia geral da ONU. O jornal "Berliner Zeitung", de Berlim oriental saudou a proposta ocidental para uma discussão das eleições em tôda a Alemanha como uma prova de que o Ocidente foi "forçado a aceitar a questão sob a pressão do campo da paz".

A campanha continua na Alemanha Oriental seguindo duas linhas — a dos oferecimentos e a das ameaças, a da cenoura ou a do porrête. A das ofertas chegou ao ponto em que o princípio do contrôle internacional é admitido, não feito por uma comissão da ONU, mas por uma comissão dos Quatro Grandes, sôbre as duas Alemanhas.

Esse propósito está contido numa carta de Wilhelm Pieck ao seu adversário na Alemanha Ocidental, professor Heuss. E, apesar de Heuss haver argumentado, em resposta, que qualquer forma de revivescencia da Comissão de Contrôle Aliado seria um retrocesso, é curioso notar que, pela primeira vez, os alemães orientais admitem que um dos órgãos quadripartites pode ter papel decisivo na re-unificação da Alemanha.

Pode-se esperar até que isso se repita no esbôço de lei eleitoral que um comitê sob a liderança de Herr Ulbricht está preparando, às pressas, para responder ao esbôço sugerido pelos alemães ocidentais.

Enquanto a cenoura assim é apresentada para parecer mais suculenta, o porrête já está sendo preparado para levantar uma "consulta geral aos alemães", se necessário, sem os representantes oficiais da República Federal.

Quando uma personalidade da Alemanha Ocidental faz um discurso mostrando genuino interesse pela unidade nacional, é cuidadosamente sondada com a intenção de receber um convite. O convite de participar dessa "consulta geral", sem mandato oficial, caso as consultas falhem.

Por tôda a zona oriental, a propaganda aponta o govêrno de Adenauer e seu Parlamento como não representativos do povo da Alemanha Ocidental e sugere uma conferência preparatória interna com determinados "contactos" na Alemanha Ocidental para selecionar candidatos para a "consulta geral alemã", preparada com a conveniente antecedência para se realizar em uma quinzena.

O Partido da Unidade Socialista (Comunista) espera que, falhando um acôrdo sôbre a unidade real da Alemanha, os russos possam aceitar essa pseudo-representação do povo alemão para assinarem um tratado de paz em separado, antes da eventual e total integração econômica e política da Alemanha Oriental no bloco soviético.

Essas esperanças dos comunistas alemães e também as esperanças dum substancial auxílio econômico para permitir o lançamento dum Plano Quinquenal, sem interferencia do Ocidente, aumentaram grandemente desde que Wilhelm Pieck visitou Praga, em caráter oficial.

No entanto, Vishinsky, recusando-se a parar para uma conferência quando viajou para Paris, inquietou-os novamente. A cenoura e o porrête parece que estão, de fato, nas mãos dos russos e não dos comunistas da Alemanha Oriental. E êstes não sabem qual dos dois está destinado para os seus opositores ocidentais e qual está destinado para si próprios.

BUZINANDO

E' pena não sermos assim! Em muitos lugares, é assim. Querem ver? O meu amigo Manoel Mota, que viveu vinte anos na América, um dia, precisou falar com o inspetor da Alfândega, de Nova Iorque. Imaginou que fôsse a coisa mais difícil dêste mundo. Pois falou facilmente. Very easily! O meu amigo Nehemias Gueiros comprou em Londres uma cartola. Precisava dela no mesmo dia. O caixeiro lhe disse: "Vou mandá-la pelo Correio." O dr. Nehemias arregalou os olhos: "Pelo Correio? By post? Recebeu!

O meu amigo Fernando Portela, diretor do Banco Boavista, foi falar ao telefone, em Nova Iorque. Ponho 5 centavos, disse-lhe uma voz. Êle colocou 25 centavos. Mal acabou de falar, a voz lhe disse: "O senhor pôs dinheiro de mais" e pediu o nome e o endereço. No dia seguinte, êle recebeu, pelo Correio, no Hotel Pierre, um cheque de vinte centavos que a Companhia lhe enviou!

Um amigo meu, para tirar passaporte, foi obrigado a pedir quitação ao Impôsto de Renda. Obteve-a, depois de alguns dias. Não obstante a prova de quitação, a repartição pediu fiador. Disse que êle estava quites, mas podia ser que não estivesse... Está o brasileiro na América e quer voltar. Vai fazer o mesmo, lá. Chega a um grande salão onde há dez funcionários atendendo. As partes ficam sentadas. Então perguntam: "Fez algum negócio aqui? Ganhou dinheiro na América? Afirma que não?" As respostas (quase sempre) são negativas. Então o americano que nunca viu aquela cara, acredita na sua palavra e carimba o passaporte. Está o brasileiro livre para voltar e ser cacetеado na terra em que nasceu...

Um amigo, de Ipanema, foi roubado em um [illegible]. Deu parte à polícia. Veio o investigador e perguntou: "Desconfia de alguém?" Sim, do cozinheiro, disse uma pessoa de família. O cozinheiro é bom? perguntou o investigador. E'. Então fiquem com êle, que a crise de empregados está muito séria! Não parece anedota?...

FLORESTA DE MIRANDA

VARIEDADES

Uma cigana foi agarrada na fronteira ocidental da Hungria, quando ia cruzá-la.

"Para onde vai?" foi-lhe perguntado.

"Rússia".

"Mas Rússia não é nessa direção, e sim a Áustria!"

"Bem, não é mau um pequeno rodeio".

TRIBUNA DA IMPRENSA

Registro 13.458 do Departamento Nacional de Indústria e Comércio

Propriedade da S. A. Editôra TRIBUNA DA IMPRENSA

Capital: Cr$ 9 Milhões

CARLOS LACERDA — Presidente
WALTER RAMOS POYARES — Diretor-Gerente
ALUIZIO ALVES — Diretor-Secretário

CONSELHO CONSULTIVO
Adauto Lúcio Cardoso, Alceu Amoroso Lima, Gustavo Corção, Luiz Camillo de Oliveira Neto, Dario de Almeida Magalhães e José Vasconcellos Carvalho

Diretor: — CARLOS LACERDA
Diretor-Superintendente: — J. CAMPOS PEREIRA
Redator-chefe: — ALUIZIO ALVES

Telefones

Assinaturas

SUCURSAL DE SÃO PAULO — SÃO PAULO — CAPITAL

SUCURSAL DE BELO HORIZONTE

A DIREÇÃO SE RESPONSABILIZA POR TÔDA A MATÉRIA PUBLICADA NESTE JORNAL

Passatempos

Horizontais: 1 — veste larga usada por colegiais; 5 — também não; 6 — pessoa que não larga outra (fig.); 8 — filtra; 9 — dourada.

Verticais — 1 — barra de ferro para abrir buracos nas pedreiras; 2 — besuntar; 3 — ente; 4 — Território do Brasil; 7 — estou.

Problema n. 522 — Em 6-12-51 (5.ª feira).

Nome: ....

Endereço: ....

Horizontais: 1 — proximidade; 2 — troça, valsa; 3 — ainda — realidade; 4 — achará graça — erres; 5 — fileira — amplo; 6 — cano de moinho — logo que; 7 — efeminado; 8 — espécie de amaranto.

Verticais: 1 — chocalho; 2 — alcunhada; 3 — atmosfera — casa; 4 — partir — outra coisa — funesta; 5 — título abissínio — querer; 6 — justa; 7 — inventário.

PROBLEMA PARA PRINCIPIANTES

Problema n. 256 — Em 6-12-51 (5.ª feira).

CHARADA NOVISSIMA

O casal ocupou, em nosso pequeno quarto de dormir, uma pequena parte junto à lareira — 1-2.

CHARADA CASAL

Chegou com tanta ostentação, deitando valentia que levou tremenda surra e se foi com um bolo na testa — 2.

CHARADA SINCOPADA

Encontraram o cadáver do aldeão boiando no tanque ornamental do jardim público — 3-2.

CARTÃO DO DIA

Só Gostan Par

Qual a sua cidade?

SOLUÇÕES DO DIA 5 (4.ª feira)

Cartões do dia: Marmorário — Rio Pardo — S. F. Xavier.

Principiantes: Hor.: lábaro — as — la — mvi — aurea — outrem. — Vert.: lacaio — as — mr — alvear — fraio — soma.

DIOFRAN

VARIEDADES

O navio-tanque britânico "Auris", de doze mil toneladas de deslocamento, o primeiro navio transatlântico de turbina de gás do mundo, chegou a Port Arthur, U.S.A., após haver atravessado o Atlântico sem dificuldades.

A distância de 4.905 milhas foi coberta com a velocidade média de 9,21 nós, incluindo seis dias de contínuo mau tempo, quando a velocidade normal dêsse navio, que é de 12 nós, foi reduzida para 7.

A turbina de gás, projetada e construída pela British Thompson-Houston, funcionou continuamente em conjunção com três motores Diesel restantes durante a viagem de vinte e um dias.

MORTE A'S CRIANÇAS!

JOSE' ARTHUR RIOS

Há poucos dias, numa sessão de cinema, um jornal brasileiro mostrava diversas senhoras de ar satisfeito que distribuíam prêmios num concurso de robustez infantil. A festa se desenrolava numa atmosfera de oficiosa alegria. As mães desfilavam com ar acanhado diante da câmera e recebiam, um tanto contrafeitas, — eram mães operárias, — os presentes que os senhores mui dignos, mui seguros de si e da sua alta missão, iam entregando às crianças, fazendo-lhes festinhas na face. Esse folguedo, conforme explicava o "speaker" fazia parte da Semana da Criança. E os cidadãos que ali estavam escolhendo e premiando as crianças mais robustas, representavam importantes organismos oficiais e extra-oficiais que se destinam a cuidar da infância.

Ora, eu tenho a impressão de que êsses senhores estavam brincando. Não acredito que levassem a sério aquela distribuição de presentes, nem a Semana da Criança, nem mesmo a criança, — o concreto bebê, primeiro prêmio de robustez, que agitava os braços para a câmera, dando um riso de quem não tem culpa de nada.

A minha impressão não é gratuita. Firma-se na convicção de que aquêles cavalheiros e a sociedade brasileira em geral detestam profundamente a infância. Isto, com facilidade se prova. Em primeiro lugar, é sabido por todos que, em poucos lugares do mundo, morre tanta criança, ou melhor, deixa-se morrer tanta criança, como no Brasil. O índice de mortalidade infantil no Rio de Janeiro, que é de 168 por mil, só é comparável ao do Egito do rei Faruk. Mais alta que a mortalidade no Rio só a de Burma, Chypre, Malta, Chile e a da Argentina do sr. Perón. Quanto aos índices de Recife e de outras capitais do Norte, dificilmente se encontra país que os supere. Chega a 291 por mil para as crianças do sexo masculino e a 232 para as do sexo feminino. Quanto ao meio rural, os índices são, por tôda parte, arrazadores.

No entanto, sabemos que é relativamente fácil combater a mortalidade infantil. Um pôsto de puericultura acarreta imediatamente um decréscimo considerável nos índices de mortalidade. Êsses postos não são caros: ficam em setenta ou oitenta mil cruzeiros. Isto é, o custo de três postos equivale ao preço de um cadilaque. O que não impede que continuemos ardorosamente a importar cadilaques e a deixar morrer mais crianças.

Que o rancor contra a infância é profundo, prova-o ainda o aspecto da própria capital da República. Só recentemente as autoridades municipais se lembraram de iniciar a construção de parques infantis em larga escala. Até o presente, o Rio foi pensado e construido para adultos e velhos. A criança que se arranje, como puder.

Há bairros inteiros no Rio sem um parque infantil, ou mesmo sem parque de qualquer espécie. Não há espaço para a criança nesta cidade. Não tem outro jeito senão ir brincar na rua, arriscando-se a ser esmagada pelos cadillacs acima citados. E' de espantar a resistência das crianças nesta metrópole: continuam a jogar bola e a empinar papagaio, no meio da rua, como se não estivessem rodeadas de inimigos tramando a sur extinção total. Não compreendo como não se sentem acuadas. Não há mais nem muro de quintal, nem grade de jardim para pular. Os jardins e os quintais estão desaparecendo ante a sanha do especulador de imóveis, — o maior inimigo da criança, depois da "faiseuse d'anges". Até o moleque, essa grande desforra social da criança que não encontrou condições sociais harmoniosas para crescer, até êle está sumindo, varrido para as abas dos morros e para os últimos rincões dos subúrbios.

Finalmente, não há maior prova da animosidade existente entre nós contra a criança do que o Departamento Nacio-

(Conclui na 10.ª página)

NOTÍCIAS DA COLÔNIA PORTUGUÊSA

UMA DATA ESQUECIDA

Como nesta semana iniciamos uma série de reportagens que prosseguem amanhã sôbre os objetivos e realizações das organizações portuguesas, não pudemos dar a devida atenção a um fato que passou despercebido a muitos portugueses: o não ter sido celebrado o dia 1.º de dezembro, data da Independência Nacional.

Razões ? Não as conhecemos. Como não podemos acreditar que os portugueses se sintam envergonhados por ter havido um 1640, somos levados a crêr que razões diplomáticas os tenham impedido. Mas que razões? Será possível que a política do enfeudamento a Franco já esteja tão adiantada que não seja possível festejar o 1.º de dezembro? Não nos referimos à Embaixada, nem a qualquer associação portuguesa em particular, refer'mo-nos a todos os que não tiveram a coragem de festejar a maior data da Pátria, impediram que fôsse festejada, e talvez não gostem sequer que a lembremos. Mas ela pertence à nossa história, ninguém a poderá apagar, nem os que agora fazem passar a fronteira de Portugal pelos Pirineus, nem os que aqui interpretam o seu pensamento de abandono das mais gloriosas tradições nacionais.

P.C.

NOTICIÁRIO

Vai realizar-se a eleição para a futura diretoria do Centro Trasmontano.

Foram admitidos na Liga 28 de Maio os seguintes sócios: Telmo Gomes da Silva, Francisco Pereira Cardoso, Manuel Maria Barreiros, Antônio Monteiro Filloe, Ferreira dos Santos, José Pinto de Almeida, Joaquim Pereira Cardoso, Alfredo Ferreira de Azevedo, Fernando da Encarnação, José da Silva, Manuel Correia dos Santos, Antônio Saraiva e José Augusto da Cunha Valente, aras, Amélia Leite Moreira e Albertina de Jesus Ferreira Encarnação.

Foram aprovadas no Centro Santacruzense as seguintes propostas de sócios: Joaquim Rodrigues Pereira, Hermano da Silva Botelho, Bernardino dos Anjos Martins, José Ferreira de Melo, Antônio Rodrigues, Arnaldo Cândido Alvares Pereira, Clemente Ferreira da Costa e Francisco Ferreira Seixas.

Realiza-se em tôdas as associações portuguesas uma campanha geral para o Natal dos pobres.

Amaral protege velho amigo

Quem sofre é o Tesouro

Com a aposentadoria do desembargador Sidenham Ribeiro, no Tribunal de Justiça do Estado do Rio, quis o governador Amaral Peixoto nomear para a vaga o juiz Toledo Piza. Não contava com a oposição do Tribunal, pois a promoção pertencia de direito ao juiz Acácio Aragão.

Obrigado a recuar, o governador não se deu por vencido. Nomeou o sr. Acácio Aragão, para logo em seguida pô-lo em "disponibilidade remunerada, a pedido, com vencimentos integrais, acrescidos das gratificações a que tem direito, até a data de sua aposentadoria".

Está-se estranhando, em Niterói, êsse "pedido" um tanto exigente, tão prontamente atendido. E se espera também para breve que o sr. Toledo Piza suba as escadas do Tribunal.

VELHA HISTÓRIA

Quando, no caminho de Petrópolis, em 1933, uma pedra colheu o carro em que viajava o sr. Getulio Vargas, era delegado de polícia, naquela cidade, o sr. Toledo Piza, que, tendo prestado assistência ao chefe do Govêrno, foi nomeado juiz.

Sr. Lúcio Cintra Prado

PROBLEMAS DE SÃO PAULO

ABANDONO MORAL, MATERIAL E INTELECTUAL DOS FILHOS

Aspecto jurídico da questão — Palavras do juiz Cintra do Prado, da Vara Privativa de Menores

S. PAULO, 5 (Sucursal) — Ao lado do aspecto social do grave problema do menor, existe concomitantemente o aspecto jurídico, também da maior importância — disse-nos o titular da Vara Privativa de Menores, dr. Lúcio Cintra do Prado.

E acrescenta:

— Se é verdade que, no seu campo próprio, o "Serviço Social dos Menores" procura mitigar os efeitos do fenômeno, providenciando o recolhimento e o amparo dos pequenos abandonados, cumpre à Justiça, de preferência, prevenir a expansão dos males e dos obstáculos que isso acarreta.

Abandono dos filhos

— Com semelhante propósito, bastará que a Magistratura se predisponha a intensificar uma nobre campanha, de verdadeira profilaxia dos costumes, em pról do ressurgimento do senso de responsabilidade, deliberando tornar efetiva a sanção prevista nas leis, a fim de punir, na parte que diz respeito ao assunto, os crimes contra a assistência devida à família, isto é, o abandono "material, moral e intelectual" dos filhos (arts. 244 a 247 do Estatuto Penal), mais positivo ainda, o crime de "abandono" propriamente assim considerado (arts. 133, 134 e outros, do Código de Menores em vigor).

Acomodação

— Por ora, o essencial é dar acomodação imediata aos menores abandonados, cuja presença longe do lar — nas ruas e logradouros públicos, em perigo, perdidos dos pais, vadios, mendigos, depredadores, brigões, etc. — constitui episódio de cada dia, num cortejo que se renova constantemente às portas do Juizo.

— Entretanto, ao assumir as funções da Vara, deparei com uma dificuldade muito séria: o juiz ainda não está devidamente aparelhado para bem desempenhar a sua tarefa, nêsse ponto.

Falta de meios

— No setor de ordem prática, o que se verifica, em primeiro lugar, é a falta quase completa de meios indispensáveis às medidas de emergência. Os menores apreendidos pelos comissários ou pela polícia e encaminhados ao plantão, ficam um tempo enorme, sem a pronta assistência material, inclusive alimento, à espera de transporte para um destino, provisório que seja. As viaturas, de empréstimo, nem sempre podem ser obtidas, porque se encontram, no momento, em outro serviço público.

Urge, pois, dar aos juizes, sobretudo ao da capital e aos do interior, uma dependência onde façam recolher os menores, sem misturá-los com os que já estão respondendo a processo próprio ou recolhidos definitivamente.

O que o juiz precisa

Ali seriam assistidos, por funcionários especiais e pelo pequeno tempo, que bastasse, a fim de se examinar o caso e remediá-lo.

Em suma, o que o juiz precisa é prevenir tôdas as delongas decorrentes do abandono dos menores: há-de combater as causas dêsse fato anti-social, advertindo os pais e responsáveis incompetentes, por inconsciência, por comodismo, ou, quiçá, por incapacidade moral e econômica; punindo os faltosos, que se descuram voluntariamente das obrigações contraidas pelo casamento ou, ao invés, auxiliando os que se encontram a braços com dificuldades, de que não são culpados diretos; e, de modo especial, acolhendo os menores, vitimas da situação e pondo-os sob a tutela do Estado, a fim de que todos — pais e filhos — readquiram a posição, que lhes é natural, na sociedade.

— Mas, concluiu o dr. Cintra do Prado — o problema não pode ser contemplado numa rápida entrevista; existem circunstâncias que o tornam muito amplo. Se assim o entender o jornal, voltaremos, mais de espaço, depois de conhecer os escaninhos postos à nossa frente, a tratar de novo a matéria, que é das mais interessantes e de extraordinária importância na vida de São Paulo, grande centro de atividade... e de problemas!...

VIDA DOS PARTIDOS

(Todos os partidos têm direito a notícias resumidas nesta seção)

* * *

Partido Libertador — Hoje, às 18 horas, para tratar de assunto importante, reune-se o Gabinete Executivo do Diretório Nacional, na sede do Partido, à rua México, 45, 2.º.

Descontos — Câmbio
Apólices — Operações bancárias em geral
Casa Bancária Moneró
Fundada em 1919
Av. Rio Branco, n. 49 - Loja
Caixa Postal 1741
End. Teleg. "MONERÓ"
Telefones : 23-0074 e 23-0174

FALHOS OS ESGOTOS DE COPACABANA

Construídos em 1906, para residências de um só pavimento — Hoje existem nos lugares edifícios de 10 pavimentos — Coletores afogados — Afirmações de um engenheiro da Prefeitura

Em 1906, foi aprovada e construida a rede de esgotos em Copacabana, que na época era um bairro todo formado de residências de um só pavimento, onde moravam 7 pessoas em média.

Hoje, no lugar dessas casas residenciais, foram construidos edifícios de apartamentos, de 10 andares, onde habitam 160 pessoas ou, sejam, 40 familias de 4 pessoas cada, em média.

Previsão difícil

Dificilmente se podia prever que o longinquo bairro balneário de então — escreve Raul de Sena Caldas, engenheiro da Prefeitura, na revista Municipal de Engenharia, da Secretaria de Viação e Obras — fosse a magnífica cidade de hoje, com uma densidade de população por metro quadrado em certas áreas superior à do centro da cidade.

Coletores afogados

Em virtude dessa deficiência e mais pelo fato de ter aumentado o volume dos liquidos por pessoa, os coletores nessa área trabalham afogados grande parte do dia, não sendo permitidas ligações, em certos lugares, senão à noite.

As elevatorias, pelo mesmo motivo, também se tornaram insuficientes — declara o engenheiro Raul de Sena Caldas.

Problemas

O engenheiro enumera os problemas dos esgotos de Copacabana, que se resumem todos em insuficiência da atual rêde.

Insuficiência de coletores para a descarga; insuficiência de profundidade para esgotamento dos contra-declives das garages de subsolo; insuficiência das estações elevatórias; e impropriedade do ponto de lançamento são as falhas do sistema.

Lançamento

O ponto de lançamento das matérias provenientes dos esgotos, final da praia do Leblon, na época desabitada, constitui o último dos problemas enumerados.

Hoje, o local onde está instalado o ponto de lançamento já é densamente povoado, fazendo com que seja necessário estudo para sua substituição.

Que deve ser feito

Estudos das descargas atuais e dos resultados das últimas estatísticas, para prever o crescimento do bairro, a fim de que possam ser feitas previsões do plano de substituição e aumento das galerias, deveriam ser efetuados.

Além disso, a profundidade dos esgotos, seu ponto de lançamento e a construção de novas estações elevatórias, devem ser encaradas pela Prefeitura do Distrito Federal, a fim de que graves e numerosas falhas possam ser corrigidas.

LOTERIA FEDERAL
2 MILHÕES DE CRUZEIROS
NÃO DESISTA INSISTA
SABADO

Leia Sábado
Tribuna das Letras
UM SUPLEMENTO DA "TRIBUNA DA IMPRENSA"

Para servir ao leitor

BARRACAS-FEIRAS DO SAPS

Funcionarão amanhã, sexta-feira, as seguintes:

IPANEMA, praça N. S. da Paz; LINS E VASCONCELOS, rua Carolina Santos; CASCADURA, rua Sidônio Pais; DEODORO, avenida das Bandeiras (Fundação da Casa Popular); OLARIA, rua Joaq. Rêgo; PENHA, Conj. Residencial do IAPI; MORRO DO JACAREZINHO, praça 15 de Agosto; PÇA. DA BANDEIRA, defronte ao pôsto de Bombeiros; PÇA. 15 DE NOVEMBRO, junto ao Mercado Municipal.

SE PRECISAR

A lista dos telefones abaixo muito lhe facilitará em caso de urgência:

"Tribuna da Imprensa" — 32-8188.

Aviso de Incêndio — 22-2044.

Falta de luz — Zona urbana : — 22-1800 e 23-1800; Zona suburbana: 29-0090.

Pronto Socorro — Posto Central: 22-2121; Méier: 29-0093; Miguel Couto 27-0097, Getúlio Vargas: 30-2289; Carlos Chagas: Marechal Hermes, 606; Pedro II: Santa Cruz, 271.

Central do Brasil — Informações 43-3380.

Loide Brasileiro — Informações 23-2736.

Polícia Marítima — Informações de vapores e aviões: 43-0181.

Cia. de Gás — Catete: 32-7527; Centro: 32-7527; Praça da Bandeira: [illegible]; Copacabana: 37-6744; Méier: [illegible]; A noite: 28-9590; Domingos e feriados 28-9500.

Banco do Brasil — Informações, diariamente, à qualquer hora: — [illegible].

Leopoldina Railway — 28-7050.

Tôrre Contrôle do Calabouço — [illegible].

Aeroporto Santos Dumont — Estação Terrestre: 42-1814 e Estação Hidro: 42-6534.

Previsão do tempo — 23-4292.

Gabinete do Chefe de Polícia — [illegible].

Polícia Política — 22-4561.

Delegacia de Dia — 22-0233.

Delegacia de Menores — 32-5236.

Delegacia de Economia Popular — 23-3863, 42-4796 e 32-2303.

Rádio-Patrulha — 32-4242.

Socorro Urgente — Campo Grande [illegible].

Juizo de Menores — 32-9162.

Instituto Pasteur — 22-3028.

Fiscalização Feiras-Livres — 42-6852

Compra de passagens, leitos e poltronas da Central — 43-4051.

Falta dágua — Reclamações. — 32-2127.

Objetos perdidos em bondes. — 43-0237.

Fiscalização de ônibus. — 32-1512.

Fiscalização de Bondes. — 32-0982.

Lixo-Reclamações. — 28-0256.

Correios e Telégrafos-Reclamações. — 23-0627.

E. F. Corcovado. — 25-0016.

Estação Rodoviária Mariano Procópio — 43-8052.

Aeroporto do Galeão — Governador 362.

Panair — 22-7770 e 22-7761.

Cruzeiro do Sul — 42-6060 e 42-6061

Real — 52-5424 e 49-7461.

Varig — 52-3700.

Vasp — 42-8094 e 52-2473.

Air France — 32-1998.

Scandinavian Air Line System : — 32-7320 e Governador 06316.

N.A.B. — 42-1610 e 30-3100.

Transportes Aéreo Nacional : — 23-6119 e 32-7209.

Aerovias Brasil — 32-8481.

Transcontinental — 22-5414.

Linhas Aéreas Paulistas — 32-5195.

Linhas Aéreas Britânicas — 42-4046

Pan American World Airways : — 22-7761 — 23-8865 e 22-7770.

Viação Aérea Santos Dumont: — 42-3026.

Braniff Internacional Airways — 22-1026.

Cia. Real Holandesa de Aviação — (K.L.M.) 32-3634 e 52-4853.

F.A.M.A. — 42-4788.

Alitália — 43-9778.

Loide Aéreo Nacional — 32-3193 e 42-0987.

Cia. Itaú de Transportes Aéreos — 23-0418.

Central Aérea Ltda. — 23-4629 e 42-3830.

FARMÁCIAS DE PLANTÃO

Amanhã, sexta-feira, estarão de plantão as seguintes farmácias:

R. 1.º de Março 14 — Av. Mal. Floriano 69 — Av. Mem de Sá 80 e 121-A — R. da Glória 80 — R. do Catete 352 — R. Laranjeiras 384 — R. Ipiranga 63 — R. São João Batista 14 — R. da Passagem 141 — R. Vol. da Pátria 132 — Av. Ataulfo de Paiva 1121-A — R. Vol. da Pátria 331 — R. Jardim Botânico 720 — R. Ministro Viveiros de Castro 76 — R. Visc. de Pirajá 338 — R. Barata Ribeiro 216 — R. Miguel Lemos 25-B — Av. Copacabana 945-C — Av. Almirante Gonçalves 15 — R. Teixeira de Melo 25 — R. Maria Quitéria 65 — R. Marquês de Sapucaí 285 — R. Barão de S. Felix 69 — R. Livramento 139 — R. Machado Coelho 174 — R. Santo Cristo 245 — R. Comandante Mauriti 96, 2.ª loja — R. Aristides Lôbo 238 — R. Catumbi 108 — R. Haddock Lôbo 123 — R. S. Cristóvão 566 — R. Matoso 46 — R. S. Luiz Gonzaga 768 — R. São Cristóvão 1223 — R. Piratini 331 — R. F. Otaviano 161 — R. Uruguai 317-A — R. Conde de Bonfim 740-A — R. Desembargador Isidro 21 — Av. 28 de Setembro 226 — R. Barão de Mesquita 506 e 1029 — Pça. B. de Drumond 29 — R. D. Zulmira 43 — R. Leopoldo 89-B — R. Araujo Lima 19A — R. 24 de Maio 665 — R. Lino Teixeira 174 — R. José Maurício 40-A — R. Licínio Cardoso 261 — R. Adolfo Bergamini 345 — Av. Amaro Cavalcante 2063 — R. Barão de Bom Retiro 96 — R. Lins e Vasconcelos 503 — R. D. Francisca 40-A — R. Carolina Meier 12-A — R. José Bonifácio 658 — Av. 29 de Outubro 3850 — R. José dos Reis 525-B — R. Alvaro de Miranda 38 — R. Cruz e Souza 175 — Av. 29 de Outubro 8701 e 9441 — R. Elias da Silva 417 — R. Sidônio Pais 19 — R. Leopoldina Rêgo 414 — R. Nicaragua 346-A — R. Lôbo Junior 960 — Av. Antenor Navarro 170 — Estrada Engenho da Pedra 562 — R. Ten. Abel Cunha 145-B — R. Costa Mendes 200 — R. João Rêgo 161 — R. Dionizio 221 — R. Itacambira 104 — Estrada Vicente de Carvalho 709 — R. Itabira 89 — Estrada Braz de Pina 896 — Estrada Monsenhor Felix 129 — R. Major Conrado 384 — R. Lucas Rodrigues 10-A — R. Bulhões Marcial 385-B — Av. Automóvel Clube 2297 — Estrada Mal. Rangel 60 e 173 — R. Carolina Machado 490, 974 e 1566 — R. Américo Rocha 1534 — Estrada do Barro Vermelho 1236 — R. Strici, 62-B — Estr. Nazaré 396 — R. João Vicente 55 — R. Cândido Benicio 1998 — R. Francisco Real 2151 — Av. Santa Cruz 492 — R. Maranguá 4-A — Estr. da Fontinha 41-A, loja — R. Barcelos Domingos 29 — Pça. 3 de Maio 9 — R. Felipe Cardoso 123 e 27 — Av. Paranapuan 162-B — R. Pinheiro Freire 71.

FEIRAS-LIVRES

Realizar-se-ão amanhã, sexta-feira, as seguintes:

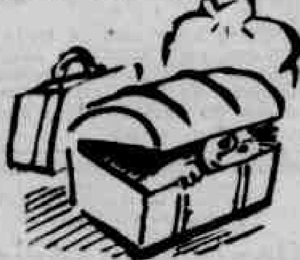
BOTAFOGO, rua Arnaldo Quintela; CASCADURA, rua Sidônio Pais; IPANEMA, praça N. S. da Paz; SAUDE, praça dos Estivadores; CATETE, praça José de Alencar; TIJUCA, praça Comandante Xavier de Brito; STA. TERESA, rua Felicio dos Santos; TIJUCA, rua Visconde de Figueiredo; BENTO RIBEIRO, rua João Vicente; LINS E VASCONCELOS, rua Carolina Machado; GAVEA, avenida Rodrigo Otávio; GRAJAU', avenida Júlio Furtado; OLARIA, rua João Rêgo; MAGALHAES BASTOS, rua Ibatinguá; DEODORO, avenida das Bandeiras; CORDOVIL, rua Major Conrado e rua Pacheco da Rocha.

TELEVISÃO — ELETROLAS
RÁDIOS
REFRIGERADORES
VENDAS A PRAZO
IMPORTADORA GALLO LIMITADA
AV. COPACABANA 71-A — Tel. 47-4487

Confôrto sôbre rodas
que rodam com menor pressão!
Rodando sôbre pneus SUPER-CUSHION, o seu automóvel lhe proporciona um confôrto nunca até então experimentado!... O SUPER-CUSHION representa o maior progresso alcançado pela indústria de pneus nestes últimos 15 anos — tornando, finalmente, realidade um velho sonho dos automobilistas: RODAGEM SEGURA E DURÁVEL A PRESSÃO EXTRA-BAIXA! Experimente esta realização GOODYEAR para seu confôrto e segurança. Procure hoje mesmo um Revendedor GOODYEAR!
Para o bem da economia brasileira e no seu próprio interêsse — economize borracha, cuidando bem dos seus pneus.
Super-Cushion
CRIAÇÃO E FABRICAÇÃO EXCLUSIVA DA
GOODYEAR

DESFILE

O clandestino



Há anos atrás, uma família pobre transferiu-se para Belo Horizonte à procura de vida melhor. Como as despesas fossem muito grandes, o pai escondeu o filho pequeno dentro duma velha canastra.

O menino viajou em meio à bagagem, aos solavancos e encontrões, em meio a mil peripécias, sem que o chefe do trem o descobrisse.

Hoje, êsse antigo menino é um cidadão famoso. E' senador da República, ensaísta, professor e médico. Está escrevendo um romance chamado "O Clandestino", em que conta a história da sua infância.

Seu nome é Hamilton Nogueira.

Uma ajuda para Edison

Edison Castilho, baixo profundo, dá uma nota em "ré" como poucas vezes se ouviu no mundo. Êle representou o Distrito Federal no concurso "O Grande Caruso". Perdeu.

Mas foi bom, porque o juiz americano do concurso, entusiasmado, obteve, em 24 horas, uma bolsa de estudos para êle no Berkshire Center, durante 3 anos.

Se os prognósticos não falharem, Edison ainda será um dos grandes cantores do mundo.

Enquanto isso, porém, êle está dependendo duma pensão para sustentar-se enquanto estuda. A bolsa só paga estudo e as passagens. O prefeito Vital prometeu mandar uma mensagem à Câmara pedindo uma pensão para Edison.

Eis uma oportunidade para a Câmara prestar um bom serviço, mandando êsse rapaz estudar.

Nossos amigos do Sul

O Uruguai — êsse país que ensina aos seus turbulentos irmãos da América Latina o que é democracia e respeito à lei — inaugura hoje o seu Escritório de Turismo no Brasil.

Por causa disso, a Câmara Uruguaia de Comércio no Rio, oferece um coquetel na sede do Escritório, à Avenida Rio Branco, 20, 18.º andar.

Quem for lá, que procure conversar com Adolfo Tejera, o homem que vai dirigir o Escritório. Êle foi jornalista durante muito tempo, foi deputado e agora vem ensinar aos brasileiros como é que êles podem passar umas boas férias no Uruguai, sem gastar muito.

Americanos

Nos Estados Unidos, um empregado no serviço de recolhimento dos catálogos de telefones velhos, fêz uma lista das coisas que já achou dentro dêles. Aqui está ela: 12 apólices de seguros, 357 cartas de amor, 48 notas de um dolar, 5 de 5 dolares, 3 de 10 dolares, 345 bilhetes de loteria, 632 canhotos de tinturaria, 48 entradas para teatros, meia dúzia de fotografias de "pin-up girls", um cartão postal colorido com o retrato de Winston Churchill endereçado a um vendedor de charutos, um revólver, 10 certidões de casamento e 6 de divórcio.

A memória do general

Quando era presidente da República, o general Dutra visitou, certa vez, o Instituto do Livro e encontrou um funcionário que pareceu reconhecer de algum lugar.

Êsse funcionário era o escritor Orris Soares que foi grande amigo do poeta Augusto dos Anjos.

— "Eu estou reconhecendo o senhor" — disse-lhe o general Dutra.

— "V. Excia. e eu fomos companheiros de pensão, na rua do Catete. V. Excia. era capitão nessa época.

— "Ah! Agora me lembro." — disse o general — "Também me lembro que o sr. tinha um companheiro de quarto, um rapaz grave, como era o nome dele mesmo?

— "Augusto dos Anjos, Excelência.

— "Isso mesmo! Que foi feito dele, hein?"

Lourival e filosofia

E por falar em Orris Soares, êle está preparando um Dicionário de Filosofia.

O prefácio é de Lourival Fontes.



NO ORIENTE MEDIO — Reforços de infantaria inglesa desembarcam em Chipre antes de rumar para a zona do Canal de Suez. Três mil oficiais e praças da 3.ª Divisão, deixam a lancha de desembarque no porto de Famagusta. (Foto B.N.S.).

BAILE NA EMBAIXADA



Os oficiais do cruzador-escola "Jeanne d'Arc" foram homenageados ontem pelo embaixador da França e sra. Gilbert Arvengas com uma recepção e baile na sede da Embaixada. Compareceram altas autoridades, membros do Corpo Diplomático, altas patentes e grande número de pessoas da sociedade carioca e da colônia francesa do Rio. Na foto, o embaixador de Portugal, oficiais do cruzador francês e o adido militar da Embaixada.

Frente única do comércio e do povo

Pedida a extinção dos órgãos controladores

"A extinção da CCP, CLP, DEP, DAP, SAPS e, mais, a suspensão imediata de todo e qualquer tabelamento de gêneros alimentícios" — foi pedida por d. Nini Miranda, presidente da Associação das Donas de Casa, na sessão de ontem da Associação Comercial.

FRENTE ÚNICA

"Aqui viemos para organizar uma frente única da Associação Comercial com a Associação das Donas de Casa para pedir ao presidente da República a extinção imediata de todos os órgãos do govêrno que se têm revelado incapazes de cumprir as finalidades para que foram criados.

O presidente da República — acrescentou — devia vir para a rua e sentir as verdadeiras necessidades do povo, que não tem o que comprar, devido ao pequeno poder aquisitivo de sua bolsa e da ausência de mercadorias.

Como dona de casa, sei que o artigo tabelado foge do mercado, para ser vendido no câmbio negro. Se o tabelamento fôr suspenso os gêneros deverão retornar ao seu lugar no mercado e vendidos muito mais barato do que agora.

Nosso objetivo é organizar uma frente única, das duas associações, no sentido de beneficiar os pequenos trabalhadores em geral, concluiu.

EXTINÇÃO IMEDIATA

Falaram ainda os srs. Antonio Rodrigues de Almeida, Joaquim de Souza e Luiz Brunet de Castro, que examinaram a situação do comércio e concluiram pleiteando a imediata suspensão dos tabelamentos, bem como a extinção dos órgãos do govêrno encarregados de zelar pelo fornecimento e economia da população.

Não fariam milagres os Juizes de Instrução

Sofreriam as mesmas deformações atribuídas aos delegados — Opina o procurador geral da Justiça do Distrito Federal —

— "Não acredito que a criação dos Juizados de Instrução ou Tribunais de Policia pudessem automaticamente, por milagre quase, eliminar os males sempre apontados do nosso atual sistema judiciário" — afirmou-nos o procurador geral da Justiça do Distrito, sr. Jorge de Godoy.

"A correção dêsses inconvenientes — prosseguiu — poderá ser feita sem a modificação do sistema do duplo inquérito."

MESMA DEFORMAÇÃO

Sôbre as declarações do sr. Elpidio Reali, publicadas por êste jornal, afirmou-nos o procurador:

— "Houve um pequeno excesso de unilateralidade da parte do ilustre secretário de Segurança de São Paulo. Essas deficiências que atribui ao sistema atual (rançoso e oneroso) não seriam removidas com a criação dos Juizados de Instrução.

Os órgãos judicantes dêsse tribunal sofreriam as mesmas deformações profissionais atribuidas aos delegados de Policia e aos órgãos que atuam no atual sistema."

Considera o procurador Godoy a deformação profissional em qualquer carreira uma coisa natural e quase necessária, pois mostra o interêsse e o amor dedicados ao cargo.

ACELERAMENTO DOS PROCESSOS

— "Um dos beneficios evidentes da criação dos Juizados de Instrução seria o aceleramento dos processos, caso o sistema adotado não viesse redundar em um reexame pela Justiça dos inquéritos feitos pelos juizes de instrução.

Nesse caso teriamos um retardamento e seriamos obrigados a fazer não apenas o que já se faz como também aquilo que se pretende fazer".

CUIDADO E SEM PRECIPITAÇÃO

— "E' de se recomendar muito estudo para se resolver a implantação do novo sistema. Devemos tratar dessas questões com muito cuidado e sem precipitação, examinando-se o assunto com muita prudência, de maneira a possibilitar ao Brasil possuir um tipo de Juizado de Instrução que melhor se adapte às reais necessidades do pais e a seu grau de civilização".

De todos os sistemas conhecidos de Juizados de Instrução o procurador prefere o sistema norte-americano, melhor do que o francês:

— "O sistema norte-americano me parece mais eficiente e menos formalistico; são as duas caracteristicas que se recomendam para a solução dos problemas que temos em vista."

PROVA PRATICA

Se o nosso sistema fôsse calcado nos Juizados de Instrução "não estariamos tão abarrotados de serviço, mas teriamos mais do que se pensa" — afirmou o sr. Jorge de Godoy.



Procurador Jorge Godoy

— "O movimento forense — continuou — cresce à medida que os anos passam. Uma prova prática dessa afirmativa podemos dar com o exemplo deste prédio do Palacio da Justiça. Ao tempo em que foi projetado poderia acomodar tôda a Justiça do Distrito Federal. Entretanto, entre o projeto e a inauguração o movimento cresceu e pouca coisa pôde ser acomodada.

MOVIMENTO ONDULANTE

Afirmou o procurador que a idéia da criação dos Juizados de Instrução, no Brasil, não é coisa nova. Em certas epocas fala-se muito dêsse sistema, logo após esquecido para ser novamente reexaminado. E' um movimento ondulante.

— "Recentemente ainda o chefe de Policia convocou uma reunião em que estiveram presentes o corregedor, o então desembargador Nelson Hungria, os desembargadores José Duarte e Gonçalves da Rocha, juizes e membros do Ministerio Público, na qual a questão foi aflorada.

Abstivemo-nos de entrar a fundo na questão pois que, complexa como é, exigiria um estudo bastante mais detalhado".

NÃO HA' DIVORCIO

— "Não há nenhum divórcio — terminou o procurador Jorge de Godoy — entre a Policia e a Justiça. Ambas procuram alcançar fins comuns, que são, de uma parte a prevenção das infrações penais e de outra a sua repressão e punição".

Cortadas as verbas dos extranumerários

Vai ser sancionado o Orçamento da Prefeitura

A fim de apreciar o Orçamento, estiveram reunidos, ontem, no Guanabara, os secretários gerais da Prefeitura. Apesar de modificado pelo legislativo, o Orçamento será aprovado integralmente, sendo publicado no "Diário Oficial" ainda êste ano.

O prefeito na apreciação do orçamento votado pela Câmara Municipal para 1952, observou que as verbas destinadas aos extranumerários e ao Departamento de Aguas e Esgotos foram intensamente cortadas.

Lastimou que isto houvesse acontecido, principalmente, quando a Prefeitura mais necessita dos extranumerários.

CALÇAMENTO DE RUAS

Em seu despacho de ontem com o secretario Alim Pedro, o senhor João Carlos Vital aprovou diversas concorrências para calçamento de ruas, construção de muralhas, canalizações, drenagens e ajardinamentos.

LIXO

O superintendente dos Transportes da Prefeitura informou contar a Limpeza Urbana, com apenas 56 caminhões para a coleta do lixo, quando esta devia ser efetuada com 200 caminhões.

Para suprir a deficiência está usando, à noite, alguns carros de tração elétrica e as conhecidas carrocinhas amarelas.

☆ Aniversários

LEDA — Faz hoje sete anos a menina Leda, filha do nosso companheiro Elpidio Reis e de sua espôsa, sra. Adelia Rosa dos Reis.

Fazem anos hoje os jornalistas Munir A. Helayel e Osvaldo Rezende.

— Faz anos hoje a sra. Deborah Mendes de Morais, espôsa do general Mendes de Morais.

— Fazem anos hoje os srs. Renato de Almeida, chefe do Serviço de Imprensa do Itamarati, coronel José Rodrigues da Silva e almirante O. de Almeida.

Fez anos ontem o sr. Alexandre Baldaque Guimarães, diretor do Departamento dos Serviços Gerais do IAPC.

☆ Esther Mangabeira

Faz anos hoje a sra. Esther Mangabeira, espôsa do sr. Otávio Mangabeira.

☆ Noivados

Contrataram casamento a srta. Regina Helena Vizeu Penalva Santos, filha do sr. J. Penalva Santos e da sra. Marina Penalva Santos, e o sr. Sergio Kastrup.

☆ Festas

Dando inicio ao seu programa de festas para o corrente mês, o Olimpico Clube fará realizar sábado, das 18 às 20.30 horas, mais uma de suas tradicionais tardes dançantes, com o concurso da orquestra Rolyan. O ingresso dos associados será feito com a apresentação da carteira social e do recibo do mês. No dia 14, às 20.30 horas, haverá também uma sessão cinematográfica, com a exibição de um filme de longa metragem.

☆ Conferências

"O Sudário de Turim à luz da Ciência e da Fé" — Hoje, às 21 horas, na sede do Apoio Fraternal, à rua das Laranjeiras, 110, fará o professor Euripedes Cardoso de Menezes, presidente da Ação Católica Arquidiocesana, com o auxilio de projeções luminosas, uma conferência sôbre o Sudário de Turim à luz da Ciência e da Fé.

Inez dos Santos

Fez anos ontem a sra. Inez Noemi Nicolai dos Santos, espôsa do nosso companheiro Ernesto Carvalho dos Santos.

CASAMENTO EM MANAUS

ALICE NONATO DOS SANTOS-ÁLVARO ORLANDO BERNARDINO PAIVA

Realizou-se no dia 24 de novembro, na matriz de São Raymundo, em Manáus, o casamento da srta. Alice Nonato dos Santos, filha do sr. Antônio Nonato dos Santos e sra. Virgilia Nonato dos Santos, com o sr. Alvaro Orlando Bernardino Paiva, filho do sr. Antônio Bernardino Paiva, comerciante no Amazonas.

Foram padrinhos da noiva, no religioso, o jornalista Aureo Nonato e sra. Alayde dos Santos Silva; e do noivo o sr. Aurélio Nonato dos Santos e espôsa.

☆ Exposições

Francisco Muller Szegeczky, artista gaúcho, está realizando presentemente, no salão da A. B. I., uma exposição de seus trabalhos. Cêrca de cinquenta telas estão expostas ao público, destacando-se paisagens, natureza morta, marinhas e figuras. A exposição funcionará até 15 do corrente.

☆ Condecorado

O brigadeiro do ar Antonio Fernandes Barbosa foi agraciado com a Ordem Nacional do Mérito da República do Paraguai.

☆ Falecimentos

Mauro Pederneiras — Faleceu, vitimado por um colapso cardíaco, o jornalista Mauro Pederneiras, redator da Agência Nacional e um dos diretores da revista "Coração".

O falecimento ocorreu às 21 horas, em casa de uma filha do jornalista, onde estava em visita. Mauro contava 53 anos de idade e deixa viúva e dois filhos.

O corpo do jornalista ficou exposto na capela Real Grandeza e ontem foi sepultado, às 12 horas.

☆ Casamentos

Realiza-se na segunda-feira, na igreja do Mosteiro de São Bento, às 17.30, o casamento da senhorita Alba Ferreira de Souza, filha do sr. Antônio Ferreira de Souza, já falecido, e de d. Juventina Moreira Ferreira de Souza, com o sr. Francisco Augusto de La Rocque, filho do dr. Augusto de La Rocque e de dona Isabel Guimarães de La Rocque.

Servirão de padrinhos, no ato civil, por parte da noiva, o sr. Antônio Ferreira de Souza Junior e o sr. Alcides Ferreira de Souza, sendo testemunhas do noivo o sr. Gilberto Gonzaga Romeiro e o sr. Pedro Paulo de La Rocque. O casamento religioso será paraninfado pelo ministro João Lyra Filho e sua senhora, d. Maria Isabel de La Rocque Lyra, por parte da noiva, e pelo sr. Murilo Almeida dos Reis e d. Emilia de Carvalho Guimarães, por parte do noivo.

— No dia 15 realiza-se o casamento da srta. Solange Brandão, filha do sr. José Soares Brandão Filho, do Ministério da Agricultura, e de d. Ninah Barbosa Brandão, com o sr. Armando Silveira Melo, medico do Ministério da Aeronáutica, filho do sr. Marcelino Silveira Melo e de d. Alice Silveira Melo.

Serão testemunhas no civil o sr. Marcelino Silveira Melo e espôsa, por parte da noiva; e o sr. José Soares Brandão Filho e espôsa, por parte do noivo.

Serão padrinhos no religioso: da noiva, o sr. Evaristo Barbosa Filho e d. Cristina Barbosa Dias; e do noivo: o sr. Silvio Dutra Pereira e d. Carmen Aguiar Pereira. O casamento religioso será às 16 horas na matriz do Engenho Velho.

— No dia 22, às 18 hs., na matriz de N. S. da Conceição e S. José, na av. Amaro Cavalcanti, Engenho de Dentro, a srta. Lady Garcia de Paulo, filha da viuva Aurora Garcia de Paulo, e o sr. Manoel Ferreira Lopes, filho do sr. Manoel Ferreira Lopes Filho e espôsa. Os noivos receberão os cumprimentos na igreja.

Realiza-se sábado em S. Paulo, o casamento da senhorinha Carminha de Barros, filha do deputado e da sra. Dario de Barros, com o sr. Wallace Forni, filho do sr. e senhora Henrique Forni. A cerimônia religiosa, que se efetuará às 18.30, na igreja de Nossa Senhora da Consolação, será celebrada por S. Em. o cardeal-arcebispo, d. Carlos Carmelo de Vasconcelos Mota.

☆ Culto de formatura

A Associação Cristã dos Acadêmicos do Rio de Janeiro convida os alunos superiores que concluiram os cursos para um Culto de Formatura, a realizar-se na Igreja Metodista, à praça José de Alencar 4, Catete. O orador será o reverendo Jorge Cesar Mota.

RECUPERAÇÃO DA E. F. TOCANTINS

O engenheiro Heitor Pombo de Chermont Rayol foi designado para orientar a parte técnica dos trabalhos de recuperação da Estrada de Ferro Tocantins, administrada pela Fundação Brasil Central, sem prejuizo de seu cargo de diretor da Estrada de Ferro Tocantins.

☆ Colégio São José

Hoje, às 20 horas, no Colégio São José, rua Conde Bonfim 1067, serão realizadas as solenidades de formatura dos seus alunos. E' paraninfo o deputado Medeiros Neto, e serão homenageados pelos alunos os irmãos Julio Batista, Esteban Saez, Candido Maria, Isidoro Pedro, Atico Rubini, Policarpo Ziliotto e professor Ortigão Sampaio.

O orador será o aluno José Arnoldo Faria Salomão.

Os diplomandos são Alfredo Carlos Belo Lisboa, José Arnoldo Faria Salomão, Constantino Severo Fortuna Bentes, José de Castro Martins, Clio da Costa Miranda, José Maria de Souza Costa, Salvador Ielo Filho, Aurélio Borges de Almeida, Roberto Levy Cardoso, Sebastião Aquino Lirangi, Roberto Marques Andrade, Alberto Baltar, Josemar de Freitas Esteves, Valter Luiz Capistrano C. do Amaral, Celso Nicolau Farani, Moacir Dias da Costa Filho, Ilzon Martins Xavier e Henrique Guilherme Costa.

☆ Regressou D. Cândido

Chegou a S. Paulo, por avião da Panair, em trânsito para Goiás, dom Cândido B. Penso, O. P., bispo prelado de Santana, na ilha de Bananal e titular de Cela. O bispo participou do 10.º Congresso Eucaristico de Valparaiso, realizado na primeira quinzena de outubro, tendo visitado a Argentina, o Uruguai e Rio Grande do Sul.

A Prelazia sob a jurisdição de dom Cândido B. Penso está situada numa ilha recortada por muitos rios e se estende por 30.000 km2, enfeixando inúmeras florestas, sendo considerada a maior prelazia fluvial do mundo.

☆ União dos Homens de Côr

A União dos Homens de Côr realizará no proximo dia 10, às 17 horas, no Ministerio da Educação, sessão solene comemorativa do II aniversário da Declaração Universal dos Direitos do homem.

☆ Entrega de prêmios

Amanhã, às 16 horas, no Museu Nacional de Belas Artes, será realizada a entrega dos premios aos alunos das escolas secundárias, comerciais e industriais, que melhor descreveram a visita anteriormente feita às galerias do Museu.

☆ Cruz Vermelha

A Cruz Vermelha Brasileira, filiada à Liga das Sociedades da Cruz Vermelha, comemorou ontem o seu 43.º aniversário de fundação.

Tendo nascido em 1908 num modesto barracão, alcançou grande desenvolvimento, que se espelha no amplo edificio que abriga o hospital, a Escola de Enfermagem e a Cantina da Criança.

Houve várias festas internas entre as quais a Passagem da Cruz pelas alunas da Escola de Enfermagem, tendo sido proferidos vários discursos.

ATRASO DE PAGAMENTO NA CANTAREIRA

O Sindicato Nacional dos Carpinteiros comunicou ao Ministerio do Trabalho que os seus associados que trabalham na Cantareira estão com os salarios em atraso, não estando marcado o dia do pagamento referente ao mês de novembro.

O ministro do Trabalho prometeu falar com o presidente da República caso não seja efetuado o pagamento até o dia 10.

FABRICA BANGÚ
TECIDOS PERFEITOS
Preferidos no Brasil
BANGÚ
Grande sucesso em Buenos Aires
Feito na querela
BANGU INDÚSTRIA BRASILEIRA

ANIVERSÁRIO DO SINDICATO DOS LOJISTAS

O Sindicato dos Lojistas comemora hoje o seu 19.º aniversário de fundação.

Criado para a defesa dos interêsses da classe lojista, vem desempenhando com eficiência a tarefa que lhe foi confiada, justificando-se o regosijo geral que a data de sua fundação traz aos meios comerciais.



NOVA LINHA DA VASP RIO-SÃO PAULO-CURITIBA — A VASP inaugurou ontem a ligação direta do Rio e São Paulo a Curitiba, encurtando o tempo de comunicação entre a Capital Federal e a cidade terminal paranaense. O tipo de avião adotado pela VASP para êsse serviço é o "Scandia", atualmente em uso no Brasil, com excepção dos "Constellations". O "Scandia" completou a viagem do Rio a Curitiba em pouco mais de 90 minutos de vôo. Participou da inauguração da nova linha, como convidado especial, o coronel Jorge Proença, diretor de Operações da DAC, representando o brigadeiro Henrique Fontenelle. Em São Paulo, embarcou o professor Luciano Gualberto, presidente da VASP, que representou também o governador Lucas Nogueira Garcez. — Na foto, o cel. Jorge Proença, diretor de Operações da DAC saúda o prof. Gualberto pelo êxito da viagem, durante o coquetel servido a bordo do "Scandia", entre São Paulo e Curitiba.

Ultimas do Abastecimento

CABELLO VIAJANDO — BARRETO PINTO CANDIDATO À C.C.P.

As últimas informações sôbre o abastecimento dizem que o senhor Cabello foi ao Uruguai com o objetivo de comprar bois para o abate no Rio.

Por outro lado, no Paraguai, está o sr. Mário Franco tentando arrancar do govêrno daquele país uma autorização para a CCP importar bois paraguaios. Êle resolveu ir a Assunção depois da denúncia de que pretendia fazer contrabando.

BARRETO CANDIDATO

No "front" interno surge a candidatura do sr. Barreto Pinto à presidência da CCP, justamente quando o atual presidente se encontra viajando, à procura de carne para o Natal.

A plataforma do candidato é manteiga a Cr$ 20,00 o quilo, na certa já contando com a colaboração da firma que lhe forneceu o produto para a palhaçada amanteigada do Largo da Carioca.

PARA OS PESCADORES

No Entreposto Federal de Pesca foi inaugurado um pôsto de subsistência para os pescadores. Vai vender gêneros ao preço do custo e a crédito.

ESTUDANTES CONTRA O PROJETO 23

Maria Luiza Leite, representante da Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe e as representantes da Faculdade Católica de Filosofia de Goiânia, Geralda Cabral, Teresinha Pinto (diretora de "O Coruja" — o jornal da faculdade), Nire Maria de Morais Pacheco, Ladice Bruncken, Waldice Monteiro, Gilah Xavier de Azevedo e Lena Castelo Branco, vieram à nossa redação dizer que os estudantes dos seus Estados estão, em pêso, contra o projeto 23. O projeto 23 é o que permite a todos os formados por escolas superiores, seminários e colégios se tornarem professores secundários. Por causa dêle, à espera de que o presidente da República use o veto, 10 mil estudantes de Filosofia de todo o Brasil estão em greve, sem fazer as provas finais.

CENTRO DE ESTUDOS ECONÔMICOS MAUA'

AVISO

A Diretoria comunica que TÔDAS AS TERÇAS-FEIRAS, ÀS 18,30 HORAS, haverá reunião para tratar de assuntos de grande interêsse, solicitando o comparecimento e colaboração de todos os economistas.

Av. 13 de Maio, 23 — 12.º — S. 1.215

J. C. DA COSTA E SILVA
Presidente

Chinese Maritime Trust Agências S.A.

ASSEMBLEIA GERAL DE CONSTITUIÇÃO

CONVOCAÇÃO

Convidam-se os senhores subscritores do capital da Chinese Maritime Trust Agências S.A. a comparecerem à Assembléia de Constituição, a realizar-se no dia 14 de dezembro p.f., às 14 horas, à rua Mayrink Veiga, 31, nesta Capital.

Rio de Janeiro, 30 de novembro de 1951.

STEPHEN C. H. WANG
Incorporador

O RADIO FACILITA A DISSEMINAÇÃO DA TUBERCULOSE

Os ouvintes são receitados pelos locutores — Não há policiamento na propaganda de produtos farmacêuticos — Os remédios contra tosse, porta aberta para a tuberculose — O depoimento do prof. Piquet Carneiro — Uma publicidade perniciosa à saúde pública

Qualquer pessoa que escute, horas seguida, uma emissôra brasileira, fica surpreendida com o volume de publicidade farmacêutica divulgado. Anúncios de remédios para tôdas as doenças são divulgados. E' um receituário pelo éter, apresentado de uma forma peremptória, que naturalmente convence milhares de pessoas desprevenidas.

Guerra à tosse

Entre tais anúncios, destacam-se os referentes a remédios contra tosse, responsáveis diretos pela expansão da tuberculose no Brasil.

Alegam os responsáveis pelas emissoras que apenas divulgam uma matéria paga, não lhes cabendo a responsabilidade pelos malefícios dessa propaganda. Isto não é verdade pois, tendo a radiodifusão uma finalidade educativa, as emissoras deveriam selecionar os seus anúncios, e não acolher aqueles que comprovadamente prejudicam o público.

Quase tôdas as emissoras deveriam merecer um policiamento severo, no que diz respeito à publicidade, principalmente a dos produtos farmacêuticos.

O locutor receita

O ouvinte, em vez de ser receitado pelo médico, é receitado pelo locutor, que lhe recomenda remédios para todos os males.

Qualquer pessoa de bom senso sabe perfeitamente que um diagnóstico é coisa difícil, que exige especialidade clínica.

Através dos anúncios farmacêuticos, os rádios simplificam o problema, aconselhando remédios baseados nos indícios superficiais dos doentes: tosse, dôr nas costas, dôr de cabeça, dôres nas pernas, cansaço, fastio.

Onde a tosse é sintoma

O prof. Piquet Carneiro, docente da cadeira de Clínica Médica da Faculdade Nacional de Medicina e catedrático de Antropologia da Faculdade Católica de Filosofia, aludindo ao assunto, advertiu:

"De tôda essa propaganda, a pior é a dos remédios contra a tosse. Não tanto pelo mal que podem causar devido às contra-indicações que porventura apresentem. O mal maior está em que as pessoas que deles se utilizam muitas vezes são portadoras de processos incipientes de tuberculose pulmonar. A tosse nada mais é do que um sintoma, e o doente, estimulado pela propaganda, recorre aos tão anunciados xaropes, tomando às vezes cinco, seis vidros sem resultado ou com resultado ilusório, deixando desta maneira de procurar o médico. Isso é o resultado do hábito da auto-medicação em que nós brasileiros somos mestres".

O rádio espalha a tuberculose

Diz ainda o professor Piquet Carneiro:

"A tuberculose no Brasil ainda tem um caráter epidêmico, a despeito dos esforços que têm sido desenvolvidos através de inúmeras e bem intencionadas campanhas de prevenção. Os recursos de que dispomos, entretanto, são de todo insuficientes. Tôdas as energias devem ser canalizadas no sentido de auxiliar a luta contra a tuberculose, e não em facilitar a sua disseminação.

"Diante dêsse quadro, sente-se a necessidade de advertir o povo contra o uso dêsses xaropes. A tosse pode ter várias origens, de menor ou maior gravidade. Mas a prudência aconselha que tomemos precauções especiais.

O melhor que se tem a fazer no caso de uma tosse persistente, é procurar um médico e seguir-lhe as indicações.

"Os remédios contra a tosse, tão anunciados pelo rádio, são responsáveis por um número assombroso de brasileiros tuberculosos em grau de difícil cura".

Propaganda perniciosa

Aludindo à publicidade de produtos farmacêuticos pela radiodifusão, disse ainda o prof. Piquet:

"Quanto aos demais produtos farmacêuticos de que o rádio tanto se ocupa, em sua maioria o mal que produzem advém mais da sua ineficácia e, por outro lado, da sua aplicação inadequada. A ciência do diagnóstico é das mais difíceis. Sòmente o estudo intensivo e a prolongada prática de observação de casos clínicos podem permitir ao médico conhecer e determinar a origem de certos sintomas que lhe facultem formar um diagnóstico.

Como se admitir então que o próprio doente, leigo em medicina, possa chegar a um resultado satisfatório sem grande risco para a sua saúde?"

"São êstes os motivos que me levam a classificar como perniciosa à saúde pública tôda e qualquer propaganda de produtos farmacêuticos que não seja dirigida aos médicos. Dever-se-ia, isto sim, desenvolver uma campanha enérgica e fundamentada, a fim de esclarecer os menos avisados, procurando formar no povo uma nova mentalidade de combate às tendências de auto-medicação".

Teatro

"SNOBS"

Claude Vincent

O colega Pigmaleão, de grande cultura, surpreende-me com suas notas sôbre os "snobs" ingleses. Assisti ao teatro de nove países, e sem xenofobismo, posso afirmar que o público de meu país *gosta de teatro mesmo*. Não é por causa da presença da rainha, que a platéia ri no momento exato, ao assistir a uma comédia de Guitry, a uma farsa de Feydeau ou de Courteline; não é uma princesa que fará o público acompanhar com emoção intensa, mas contida, uma tragédia grega levada pela Paxinou. Gassmann me falou com surprêsa da acolhida que o Piccolo Teatro de Milano recebeu; Barrault, em Hamlet, teve 16 chamadas ao cair do pano; os alemães foram aplaudidíssimos, apesar de uma guerra tão recente contra a Alemanha.

Quando o inglês não sabe a língua do espetáculo, lê uma tradução, acompanha as explicações do programa. No passado, Lucien Guitry, Coquelin, Sarah Bernhardt, Duse, Emma Grammática e outros (inclusive a grande Rachel!) adoraram o público de Londres. Os elencos ingleses contam com atores como Valk (cujo Othelo foi elogiado), Françoise Rosay, Elizabeth Bergner, Lucie Mannheim, Yvonne Arnaud (que se tornou quase uma instituição), Sybille Binder e muitos outros.

Hoje em dia, o povo sofre as consequências da última guerra, não é rico. Se superlotar os melhores espetáculos que vêm de fora, não é para ver a princesa Elizabeth que aparece a tôda hora nas suas funções sociais, e sim porque, para meus compatriotas, o teatro é um alimento tão importante, senão mais, quanto a manteiga, a carne, e o pão misto.

Uma linda cêna do 3.º ato de "A Dama das Camélias" com Paulo Autran e Cacilda Becker

☆ Notícias da Sociedade Paulista de Teatro

Carla Civelli veio de auto ao Rio, chegando pela madrugada de ontem, e foi embora de noite — coisas da S.P.T.

Contou-nos que sua produção de "Chat de Poche", de Feydeau, que no Brasil se chamará "O tenor desafinou", só será apresentada em fevereiro de 1952, porque só então a S.P.T. disporá do Teatro Municipal de São Paulo. Há nessa peça uns versos cantados, que foram traduzidos por Sylvia Orthof, na forma de modinha que pegou bem o charme do original.

A próxima produção da S.P.T. será "A tempestade", de Mário Brasini, que será dirigida por Sérgio Brito. No elenco: Magdalena Nicol, Jaime Barcelos, Xando Batista e Sérgio Brito.

Atualmente em cartaz no Teatro S. Paulo, é "O atentado", de W. O. Somin, dirigida por Carla Civelli, que estreou ali anteontem, com os aplausos do público dêsse bairro popular.

Carla Civelli nos anunciou que Adaury Dantas, mudando de programa, vai ficar trabalhando com a S.P.T. em São Paulo, o que é uma ótima notícia.

☆ Estréias

Ontem houve duas estréias — "Um cravo na lapela", de Pedro Bloch, no Teatro Copacabana, direção de Madame Morineau, e em que Laura Suarez trabalha mais uma vez com os Artistas Unidos; e "Café Concerto N. 8", no Acapulco, dirigido e escrito por Renata Fronzi e César Ladeira.

Sexta-feira: "As pernas da herdeira", no Teatro de Bolso, de Leoni Machado, com Záquia Jorge, Wanda Kosmo e Jorge Dória, e no República: "A fruta de Eva", com Luz del Fuego.

☆ "A Dama das Camelias" a preços mais acessíveis

O TBC resolveu modificar os preços, tornando mais acessível a peça de Dumas no Municipal. Assim, com as poltronas a 70 e a galeria a 15 cruzeiros, a afluência está se tornando grande e cada vez mais entusiasta. Os aplausos crescem dia a dia, sendo Cacilda Becker aplaudida em cena aberta.

Os artistas que foram assistir à récita em sua homenagem, foram aos bastidores para exprimir ao elenco sua alegria pelo feliz desempenho.

METRO COPACABANA · METRO PASSEIO · METRO TIJUCA
HOJE
Tres Grandes Amigos
STEWART GRANGER
WALTER PIDGEON
DAVID NIVEN
ROBERT NEWTON

A TÔDA PODEROSA C.C.P.

O setor de abastecimento da CCP atenderá amanhã, das 8 às 11 horas, todos os interessados na aquisição de banha, charque e feijão, estabelecidos nos bairros do Leblon, Ipanema, Copacabana e Leme.

Dentro em breve não haverá mais comércio atacadista — a CCP toma conta de tudo.

CONCORDATAS

O juiz da 12.ª Vara Cível deferiu o pedido de concordata preventiva de Construtora Técnica Comercial Ltda., estabelecida na avenida Franklin Roosevelt, 84, 6.º andar. Foi marcado o prazo de 20 dias para habilitações de créditos e nomeado comissário o menor credor, estabelecido na rua Buenos Aires, 77. E' de .... Cr$ 2.470.052,80 o passivo declarado.

— Nos autos da concordata de Custódio de Almeida foi nomeado comissário, pelo juiz da 9.ª Vara Cível, o credor Augusto Barbosa & Cia.

ANUIDADES MAIORES NA ORDEM DOS ADVOGADOS

Em reunião fixada para as 10 horas do dia 22 deverá ser discutida na Ordem dos Advogados uma proposta de aumento da anuidade para Cr$ 200.

☆ Recital Poulenc

Realiza-se às 18 horas de hoje, no auditório do Conservatório Brasileiro de Música, uma audição dos alunos inscritos no Curso de Preparação para o Concurso de piano, organizado pelo C. B. M. em intercâmbio com o Conservatório de Paris.

Os estudantes apresentarão um programa inteiramente dedicado ao compositor francês Francis Poulenc.

Cinema

POR UM MELHOR CINEMA

Danilo Ramires

A "Comissão de Moral e Costumes" da Confederação das Famílias Cristãs, de São Paulo, assinada pelo seu presidente, sr. Vicente de Paulo Melillo, está distribuindo uma oportuna carta-circular a tôdas as emprêsas cinematográficas fazendo um apêlo para que essas organizações se unam na luta a favor dum bom cinema para o povo.

Inicialmente a carta comenta declarações de produtores estrangeiros que dizem remeter para o Brasil filmes obscenos apenas porque aqui o mercado assim pede.

Cita a reação norte-americana e, referindo-se primeiro à incapacidade da nossa censura para espetáculos, diz:

"De fato, ao que parece, grande é o sucesso dos filmes "impróprios até 18 anos", que se caracterizam pela exploração de paixões baixas focalizadas em cenas indecorosas. Não deixa de ser verdade, que filmes honestos, discretos, de temas edificantes e cenas limpas, conseguem pleno sucesso de bilheteria. Sendo assim, nem mesmo em face do interêsse comercial pode o produtor, o distribuidor, o exibidor, optar pelos filmes indecorosos, cuja exibição não deve ser justificada pela simples aprovação da Censura Oficial, que nos moldes como atua, é uma instituição falida.

Nos Estados Unidos, a Legião da Decência, apoiada por católicos, protestantes e israelitas, atuando através de boicote, conseguiu elevar o nível de produção de Hollywood, que hoje obedece a um Código de Ética, adotado livremente pelas emprêsas produtoras".

A Comissão, após apresentar uma relação de fitas que considera pornográficas, refere-se diretamente ao sensacionalismo que sempre acompanha a publicidade da imprensa na divulgação do mau produto.

AS TRADUÇÕES

E faz um apêlo direto aos exibidores:

"Aumenta ainda a culpabilidade de tais exibições quando analisamos o sadismo das "traduções" dos títulos originais assim como as frases maliciosas ou mesmo perversas que, com gravuras impróprias, certos exibidores procuram chamar a atenção e despertar a curiosidade do público".

O APÊLO

"Não pode v. s., por nenhum título, pactuar com êstes verdadeiros crimes contra a moral pública. Certamente deseja v. s. ver seu nome respeitado entre as famílias que se preocupam com essa onda de fatores desagregadores da nossa formação moral e diante do exposto a Comissão de Moral e Costumes vem fazer apêlo à emprêsa dirigida por v. s. a fim de que exclua de seus contratos as produções que ofendem os nossos costumes cristãos".

COOPERAÇÃO

"De nossa parte, prometemos apoiar tôda iniciativa que tenha por objetivo preservar a sociedade de tudo que a possa conduzir para a decadência e desagregação. Contando com a honesta cooperação dessa emprêsa, a Comissão de Moral e Costumes comunica que, para servir de exemplo a tôdas as organizações e para separar o jóio do trigo, aguardará breve resposta de v. s. para dela dar ampla divulgação".

CAPITÃO AVENTUREIRO — Manolita Saval, que ao lado de José Mojica reaparecerá naquele filme.

☆ Dolores del Rio

"Irmãs malditas" traz de volta a famosa estrêla mexicana. O diretor é Roberto Cavaldon e a música de Raul Lavista. Segunda-feira no Azteca, Ipanema e Madureira

☆ Cinema infantil

Realiza-se domingo, às 10 horas, no auditório da Associação Brasileira de Imprensa a sessão cinematográfica infantil para os filhos dos associados com a exibição de um "show" seguida de diversos filmes selecionados para criança. O ingresso far-se-á com a apresentação da carteira social.

Música

Um jovem discípulo de Scherchen

* Edino Krieger *

Data de alguns pares de anos o nosso primeiro contato com o jovem Ernesto Schurmann, então estudante de violino sob a orientação de Paulina d'Ambrosio.

Embora fôsse o violino a sua preocupação musical imediata, já nessa época Schurmann revelava um desejo de transpor os liames do virtuosismo instrumental e dedicar-se a um trabalho artístico mais criador. Interessou-se pelos problemas da orquestra, os quais procurou ver de perto participando temporariamente do conjunto orquestral estudantil fundado por Rafael Baptista, para o qual escreveu os seus primeiros ensaios de orquestração.

Foi ali, talvez, que o seu ideal artístico se definiu pela primeira vez: a regência. E o ano de 1947 vai encontrá-lo na Europa, frequentando os cursos do grande pedagogo Hermann Scherchen, em Zurich, onde trabalhou até 1949, época em que acompanhou o mestre ao Grande Curso Internacional de Regência organizado pela "Bienale" de Veneza. Ali encontraria um grupo de jovens brasileiros e outros vindos de tôda a Europa, trabalhando com tôda a energia sob a severa orientação de Scherchen.

"Somente Scherchen — disse-nos — seria capaz de conseguir o que foi realizado por nós em Veneza. Com seu rigor quase tirânico e sua capacidade de extrair de cada um o máximo de si mesmo, Scherchen conseguia com que seus discípulos formassem da partitura uma realização ideal tão perfeita que se tornava possível ao aluno cantar cada um dos instrumentos com os mínimos detalhes de fraseado, de articulação, de intensidade e afinação. A "Quinta Sinfonia" de Beethoven, cantada no fim do Curso por todos os alunos, foi uma experiência que jamais conseguiremos esquecer".

Depois de Veneza, o jovem Schurmann retornou ao Brasil para um necessário repouso e teve então oportunidade de dirigir dois concertos em Belo Horizonte, cidade em que reside.

Durante os últimos dois anos prosseguiu os seus estudos em Zurich e Nápoles, regressando agora ao nosso país em caráter permanente, onde espera ingressar definitivamente para uma vida musical ativa, de posse dos conhecimentos técnicos e das experiências adquiridas em seu contato com Hermann Scherchen e o meio artístico europeu.

☆ Hoje, o último espetáculo de "Ballet"

Anuncia-se para às 21 horas de hoje, no Teatro Municipal, o último espetáculo de bailados da Temporada de Arte Nacional. Serão apresentadas 4 coreografias, intituladas "Variações Sinfônicas", "Don Quixote", "Prometeu" e "Divertimento", com a participação dos bailarinos Artur Ferreira, Beatriz Consuelo, Tamara Capeller, Berta Rosanova, Johnny Franklin, Cirley Franca, David Dupré, Sandra Dieckem, Dennis Gray e o Corpo de Baile do Teatro Municipal, sob a direção de Tatiana Leskowa.

☆ Recital de Poesia

Realiza-se às 20 horas de hoje, no auditório do Conservatório Brasileiro de Música, um recital de poesia de Thais Florinda Pinto e suas discípulas Lene Tavares Revoredo, Rosélia Maria Acioly Lins, Flavi'a Tross Coelho, Maria José Preta Melo, Edith Hasse, Gilda Leon, Maria Mata Roma e Léa Alves Novos.

Entre várias criações poéticas, será apresentada a cena em 1 ato de Júlio Dantas intitulada "O Pierrot Negro e a Pierrette Côr de Rosa".

75 MILHÕES DE QUADROS FAMOSOS

Dispersada a coleção Adolphe Schloss

PARIS, 6 — (AFP) — A famosa Coleção Adolphe Schloss, de quadros de mestres da pintura, foi dispersada ontem na Galeria Charpentier, pela soma total de 75.770.000 francos.

No início da ocupação, Hitler fizera procurar essa coleção, dando ordens para transportá-la para a Alemanha. A administração do Museu do Louvre obteve, entretanto, o direito de guardar uns cinquenta quadros, dos quais muitos foram agora à venda.

O preço mais elevado, de...... 6.800.000 francos, foi conseguido pela "Paysage Par Temps Orageux". "Venus et Amour", de Jan Gossart di Mabuse, atingiu...... 5.300.000 francos, enquanto que o famoso "Deploration de Christ", de Petrus Christus, foi vendido por cinco milhões. Para essa última tela, o Museu do Louvre usou do seu direito de preferência.

Dentre as demais telas vendidas, adjudicadas entre dois e cinco milhões, citamos obras de Pieter Saeredam, Van Goyen, Adrian Isembrant, Jan Steen, Salomon e Jacob Ruysdael, Van der Neer e Marieschi.

DUNHAM E LIFAR

NUMA FESTA DE BENEFÍCIO

PARIS, 6 — (AFP) — No palco do teatro dos Champs Elysées, dezesseis das mais famosas casas da alta costura parisiense apresentaram ontem à noite, ao público reunido para a segunda sessão de gala da Associação de Imprensa Estrangeira, mais de 800 milhões de francos, em joias e 20 mantos de peles, cujo valor no mercado ultrapassa cem milhões de francos.

O Secretário Geral da ONU, sr. Trygve Lie, bem como numerosas personalidades internacionais, assistiram a essa manifestação, cujo lucro se destinará à criação do "Press Club" internacional, em Paris.

Tôdas as grandes "vedettes" participaram do espetáculo.

Encerrou a apresentação uma dança, especialmente criada por Serge Lifar e Katherine Dunham sôbre tema do "folk-lore" sul-americano.

De novo no ar "Um milhão de Melodias"

Retorna ao microfone da Radio Nacional, a partir de amanhã, às 22 horas, o programa "Um Milhão de Melodias", que durante sete anos consecutivos constituiu uma atração no rádio brasileiro, com os arranjos musicais do maestro Radamés Gnatalli sôbre os mais belos temas melódicos internacionais.

Como sempre, êsse programa dos fabricantes de Coca-Cola será dirigido por Paulo Tapajoz.

Guia imobiliário

IMOVEIS

ANTONIO SAAD
DECIO LEFEVRE
Av. Erasmo Braga 277, s/907-12 - 22-6670

Julio C. Santoro
CORRETOR DE IMOVEIS
Av. Rio Branco, 106/8 - 7.º andar
Sala 713 — Fone: 42-2633

Guia profissional

Despachante Porto
OFICIAL
Transf. de AUTOMOVEIS no mesmo dia — Licenças, ESCRITURAS e Alvarás rápidos
Sta. Luzia 336, tels. 42-2992 e 52-3021

RUBENS E EDUARDO GUIMARAES
DESPACHANTES OFICIAIS
Quitanda 59, salas 12 e 13
Tel: 22-0002 — até 12,15

DENTISTAS

Dra. Elsa de Cerqueira Lima Girdwood
CIRURGIA-DENTISTA
Crianças e Adultos — Av. Rio Branco, 257
2.º andar — sala 202 — Tel. 52-2263
— Ed. Rio Branco
3s., 5s. e sab. das 14 às 18 h.

MÓVEIS DO PARANA'
Alberto Richter
RUA PAISSANDU, 155
Telefone 25-0957
SALAS • DORMITORIOS
• PEÇAS AVULSAS

PROFESSORES E CURSOS

MATEMATICA
PARA VESTIBULAR DE ENGENHARIA,
lecionada p/ engenheiro civil.
Tratar pelo telefone 47-6141.

DR. SERPA oculista
URUGUAIANA 142 - 1.º and
Diariamente das 1' horas em diante — Telefone: 42-0500.

Para Hoje

TEATROS

MUNICIPAL — Amanhã às 17 hs. — HIPOCRITA — por Bibi Ferreira — Cr$ 10,00; às 21 horas: A DAMA DAS CAMELIAS — Poltrona Cr$ 70,00; galeria, 15,00.

ACAPULCO — 27-3352 — 188 Av. N. S. Copacabana — CAFE' CONCERTO N. 8 — de César Ladeira e Renata Fronzi.

ALVORADA — 27-2986 — Pôsto 6 — Raul Pompéia 17 — A revista BIKINI DE FILO', de Magalhães Jr. e Ney Machado — às 20,30 e 22,30 hs. Sábado e domingo — às 16 horas — SIMBITA E O DRAGÃO — com David Condé e seu elenco.

CARLOS GOMES — 22-7581 — Praça da Independência — Proximamente: BRANCO, TU E' MEU.

COPACABANA — 27-0020 ramal teatro — Copacabana Hotel — UM CRAVO NA LAPELA, de P. Bloch — às 21,30 — pelos Artistas Unidos — com Madame Morineau — Vesp. sab. e domingo às 16 hs. — Cr$ 40,00.

FOLLIES — 27-5216 — A PEQUENA CATARINA, com Bibi Ferreira, Luis Cataldo, Rodolfo Arena, Samaritana Santos e outros — 20,30 e 22,30 hs. — Cr$ 30,00 — Vesp. 5as., sabs. e doms. às 16 hs.

GLORIA (Cinelândia) — CONFUSÃO NO REBOQUE — revista de Barreto Pinto — com Madalena e F. Borel — Cr$ 48,50.

JARDEL — 27-8712 — REVISTA NO ESCURO — com Colé, Celeste Aída, Nélia Paula, J. Cabral, Eva Lanthos. — Fig. e cen. José Ronaldo — às 20 e 22 horas; vesp. domingo às 16 hs — Cr$ 36,50.

JOAO CAETANO — BOA ATE' A ULTIMA GOTA — com Mary Lincoln, Silva Filho e outros — Supervisão de Walter Pinto — com Claudia Nonelli, Grande Otelo, Palmeirim, etc.

RECREIO — 22-5164 — EU QUERO SARRABICA', de Freire J.. Iglesias e Valter Pinto — com Oscarito, Mara Rúbia, Virginia Lane e outros — às 20 e 22 horas. — Sab. e dom. 16, 20 e 22 horas.

REGINA — 22-5817 — MASSACRE (Montserrat) de Emmanuel Roblès — 20 e 22 hs. — Vesp. 5as., sabs. doms. às 16 hs. — Comp. Graça Melo — com Graça Melo, Mário [illegible], Carlos Couto, Labanca, Gilda [illegible], Magalhães Rego Barros, etc. — Cr$ 36,50 — Vesp. 5a. feira Cr$ 24,50.

Domingo — Teatro Infantil — PINOCCHIO — pela Companhia Osni Bertucci — Autor: Ody Fraga — às 10 horas da manhã de domingo.

RIVAL — 22-2721 — Rua Alvaro Alvim — Atuação em: NÃO ANDE NUA, POR FAVOR, de Feydeau, e O AMANTE MOTORIZADO, de J. Rui. Estréia hoje — com Ribeiro Fortes, Edmundo Lopes, Paulo Porto, etc. — Dir. Ester Leão — 21 hs. — Sabs. e doms. 20 e 22 hs. — Vesp. 5as., sabs. e doms. às 16 hs. — Cr$ 38,50.

REPUBLICA — Luz del Fuego em FRUTA DE EVA — 6a. feira.

SERRADOR — 42-6443 — Rua Senador Dantas — MORRE UM GATO NA CHINA, de Pedro Bloch — às 21 hs. — Sab. e dom. 20 e 22 hs. e vesp. às 16 hs. — por Procópio Ferreira, Acalino Barreiros, Hamilton Rodrigues e outros. — Um marido excessivamente bom procura a felicidade de sua esposa a todo custo, até que... — Cr$ 30,00.

TEATRO DE BOLSO — Záquia Jorge em AS PERNAS DA HERDEIRA — Sexta-feira — com Wanda Kosmo e J. Dória — Direção Ester Leão — Tradução Gustavo Dória — às 21 horas — Cr$ 36,50. — Sab. e dom. às 16, 20 e 22 hs.

CINEMAS

LUZES DA CIDADE (City Lights) — com Charlie Chaplin, Virginia Cherrill, Florence Lee, Harry Myers, Allan Garcia, Hank Mann e outros — Dirigido por Charlie Chaplin — VITORIA, IPANEMA e MARACANÃ: 2 — 4 — 6 — 8 — 10 horas.

O LOBO DA MONTANHHA (Il lupo della Sila) — Lux — com Amedeo Nazzari, Silvana Magano, Vittorio Gassman, Jacques Sernas e Luisa Rossi — Direção de Duilio Coletti — Terceira semana, no PATHE': 2 — 4 — 6 — 8 — 10 horas.

A VITIMA DO DESTINO (La rubia Mireya) — Argentina Sono Film — com Mecha Ortiz, Fernando Lamas, Elena Lucena, S. Fernandes, E. de Cruz e Analia Gadé — Drama social — Dirigido por Manuel Romero — AZTECA, PRESIDENTE e VITORIA (Niterói): 2 — 4 — 6 — 8 — 10 horas.

NO NO NANETTE! (Tea for two) — Warner, em tecnicolor — com Doris Day, Gordon Mac Rae, Gene Nelson, Patrice Wymore e Eve Arden — Velha opereta — Direção de David Butler — PALACIO, RIAN, LEBLON, AMERICA, COLISEU, BOTAFOGO e ICARAÍ: 2 — 4 — 6 — 8 — 10 horas.

UM DIA COM O DIABO (Un dia con el diablo) — Posa Films — com Cantinflas, Susana Cora, Andrés Soler, Miguel Arenas e E. Schillinsky — Comédia maluca — Dirigida por Miguel M. Delgado — PLAZA, PARISIENSE, ASTORIA, OLINDA, RITZ, COLONIAL, PRIMOR, MASCOTE e HADDOCK LOBO: 2 — 4 — 6 — 8 — 10 hs.

TRES GRANDES AMIGOS ("Soldiers three") — Metro — De uma novela de Rudyard Kipling — Três jovens ingressam nas fôrças inglesas na India e acontecem coisas incríveis. Comédia com Stewart Granger, Walter Pidgeon, David Niven e Robert Newton, Greta Gynt e Frank Allenby. Direção de Tay Garnett. — Nos três cines da METRO (Passeio, Copacabana e Tijuca): No PASSEIO, a partir de meio-dia, e nos demais: 2 — 4 — 6 — 8 — 10 hs.

OS AMORES DE CAROLINA (Caroline Chérie) — Cinephonic-Gaumont — com Martine Carol, Marie Déa, Paul Bernard, Alfred Adam e Jacques Dacqmine — História banal — Direção de Richard Pottier — Terceira semana no IMPERIO: 2 — 4.30 — 7 — 9.30 horas.

LOUCURA DE UMA EPOCA (Lady Panama) — Spera — com Louis Jouvet, Suzy Delair, Henri Guisol, Henri Crémieux, Claire Olivier e Raymond Souplex — Jouvet no papel de filósofo — Dirigido por Henri Jeanson — ART PALACIO: 2 — 4 — 6 — 8 — 10 horas.

HOMENS DE AMANHÃ (Cuando en el cielo pasen lista) — Artecagua — com Narciso Ibanez Menta, Aida Alberti, Ricardo Passano Filho, Ilde Pirovano e José Olarra — Estudo sôbre educação duma juventude — Direção de Carlos Borcosque — RIVOLI: 2 — 4 — 6 — 8 — 10 horas.

MARTIRES DA TRAIÇÃO (Target unknown) — Universal-International — com Mark Stevens, Alex Nicol, Robert Douglas, Don Taylor, Gig Young, Joyce Holden, Suzanne Dalbert e Malu Gatica — Episódio de guerra. Espionagem. — Dirigido por George Sherman — REX, IRIS e PIRAJA': 2 — 4 — 6 — 8 — 10 horas.

RESISTENCIA HEROICA (Only the valiant) — Warner — com Gregory Peck, Barbara Payton, Ward Bond, Gig Young, Lon Chaney, Jeff Corey e Neville Brand — No Oeste norte-americano — Dirigido por Gordon Douglas — S. LUIZ, MIRAMAR, CARIOCA, ODEON, ROXY, IDEAL, VAZ LOBO e BOS RIO: 2 — 4 — 6 — 8 — 10 hs.

MELHORIAS PARA NOVE MIL FUNCIONARIOS

Declarações do Prefeito — Uniformização das compras

"Estou propondo a melhoria de 9 mil servidores da Prefeitura, sem um único benefício desde 1947" — declarou o prefeito João Carlos Vital, ontem no Guanabara.

Prosseguindo:

"Serão beneficiados os integrantes das carreiras de atendentes, mecanógrafos, auxiliares de mecanógrafo, fotógrafos, inspetores de alunos e outras carreiras.

O VENCIMENTO MINIMO

"O vencimento mínimo será então o de Cr$ 1.800 na Prefeitura — informou o sr. João Carlos Vital.

PARQUES RECREATIVOS

A respeito dos parques infantis construídos pela Prefeitura, disse que cada um contará com quatro aparelhos, que já estão sendo colocados, para inauguração no próximo dia 23.

SISTEMA DE COMPRAS

"Reuni ontem em meu gabinete os presidentes das comissões de aquisição de material das Secretarias Gerais para estudar um projeto de esquematização das compras da Municipalidade, evitando preços diferentes para artigos da mesma espécie", concluiu o prefeito.

COOPERAÇÃO PARA A EXPANSÃO TURÍSTICA

Em carta dirigida ao ministro Negrão de Lima, o representante especial da Pan American Airways, sr. C. E. Moses, colocou à disposição das autoridades de fomentar o turismo brasileiro os escritórios que a PAA tem espalhados ao longo de sua grande rêde de navegação.

Segundo essa carta, o sistema de escritórios de vendas da companhia poderá ser usado, sem despesas e independentemente de negociações preliminares, pelo serviço de propaganda das nossas organizações turísticas.

Clínica de reumatismos
INSTITUTO DE REUMATOLOGIA
Direção: Drs. Nelson Senise, N. Graça Couto, Caio Vieira Nunes, Enéas Balesdent, R. Meneses Oliveira
Consultas diárias Internações
SOROCABA, 696 TEL.: 26-6110

BANCO HIPOTECARIO LAR BRASILEIRO, S.A
MATRIZ Rua do Ouvidor, 90
AGÊNCIA Av. Copacabana, 581
(Cofres de aluguel)
CONTA CORRENTE POPULAR
LIMITE: Cr$ 100.000,00 - Juros de 5% A. A.
TITULOS DE RENDA
(Debêntures ao portador)
Juros de 8% A.A. - pagos trimestralmente
HORARIO ININTERRUPTO PARA O PUBLICO
(Das 9.80 às 18.30 horas)
TODAS AS CONTAS PODEM SER INDISTINTAMENTE MOVIMENTADAS NA MATRIZ E NA AGÊNCIA

MESA REDONDA DA REFORMA AGRARIA

(Conclusão da 4.ª, do 2.º caderno)

dência já vai ao encontro da forma inicial da função do agricultor em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul, em virtude da imigração de um tipo de colonos. Êste, porém, é um tipo que está a tendenciar, a indicar um regime excepcional no Brasil, porque no Paraná, no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina há o latifúndio.

Tenho ponderações a fazer sôbre o latifúndio pecuário. Num país tropical como o Brasil, obrigado à criação extensiva, que até hoje não encontrou um regime de alimentação sob muitas côres e aspectos, é preciso distinguir o latifúndio pecuário do pròpriamente dito, que diferem em virtude do clima brasileiro e das condições de alimentação bovina. Esta é uma das peculiaridades brasileiras. No mais, porém, o problema do Brasil não é diferente do dos demais países, que têm uma exploração injusta da terra.

A propriedade educa

O SR. JOSÉ ARTHUR RIOS — Voltando a outro aspecto do problema do latifúndio, quero dizer que não considero a reforma agrária uma panacéia que vai resolver todos os problemas sociais brasileiros. Uma vez que dermos a propriedade a êsse homem, que vai êle fazer? Irá, naturalmente, repetir todos aquêles processos de agricultura destrutiva que conhecemos.

Creio que a propriedade em si já é o primeiro passo para a educação dêsse homem e posso dar o meu testemunho pessoal, pois, dirigindo um trabalho de educação rural, tenho constatado que, em zonas onde a propriedade da terra não está distribuída, o trabalho de educação se perde por completo. Não é possível educar as populações que não estão fixadas na terra. Nas condições brasileiras e não suecas, em regiões onde predomina o arrendatário, onde predomina o pária rural, qualquer trabalho educacional se perde como se fôsse água jogada num saco. Não se pode fazer coisa alguma, o que contrasta com a grande receptividade das regiões de pequenos proprietários, como as do Espírito Santo, onde o homem está interessado no cultivo da terra e a propriedade já é em si educacional.

O SR. NESTOR DUARTE — Há duas conseqüências que se criam quando o camponês vai tratar de uma terra que não é sua: primeiro, êle não faz uma boa casa, coberta de telha; segundo, êle não se preocupa com a lavoura permanente. Quer dizer, êle constrói uma casinha de sapé e faz uma cultura anual, porque pode ser enxotado a qualquer momento.

O SR. ALOISIO CAMPOS — No nordeste é o proprietário que não permite ao colono fazer uma casa melhor.

O SR. NESTOR DUARTE — No norte não é permitida a construção da casa de telha para que o colono não fique enraizado na terra.

TRIBUNA — Seria interessante não generalizarmos o caso do nordeste.

O SR. ALOISIO CAMPOS — O aspecto das diferenças regionais é interessante ser abordado, porque tem sido trabido à baila como grande obstáculo da reforma agrária brasileira.

Há diversas pessoas que dizem: não podemos fazer uma reforma agrária para o Brasil e, então, não devemos fazê-la para lugar algum. Tal objeção me parece inteiramente artificiosa, porque uma reforma agrária não é um código rural. O que me parece é que uma política rural, fazendo a corporificação dos usos e costumes das diversas regiões, deve levar em conta as diferenças regionais. Por isso, subscrevo inteiramente a tese do dr. Mem de Sá que é pela descentralização dos meios rurais. O mesmo não ocorre com uma reforma agrária que venha modificar o instituto da propriedade rural.

O SR. NESTOR DUARTE — Se êsse argumento fôsse valioso, o Brasil não poderia ter um código civil desde o Oiapoque até o Chuí.

Ideais e princípios

O SR. JOSÉ ARTHUR RIOS — Esta a posição que tomo na "Mesa Redonda": sou favorável à reforma nestes têrmos. Resta saber se isso basta. E' preciso averiguar quais os ideais que essa reforma deve conter, quais os objetivos a atingir e de que maneira vai repercutir na realidade humana.

Um dos ideais me parece ser o homem brasileiro. Friso isso, não por literatice, mas por crer, por exemplo, que a reforma agrária soviética não levou em conta o homem e sim a produção, o braço produtor. Se coloco o homem como ponto fundamental da reforma, como o é a sua segurança e estabilidade, creio que a reforma agrária não se deve fazer no sentido de expropriar a terra e sim de dilatar, de pôr à disposição dos homens sem terra, a propriedade do solo onde trabalham.

Quanto aos princípios da reforma agrária, estou de acôrdo com o desembargador Seabra Fagundes, de que não é necessário reformar a Constituição para se fazer a reforma agrária. Creio que tudo depende da técnica, da habilidade, do gênio do legislador. O Brasil exige a presença dos gênios em todos os setores, dada a proporção, a escala dos seus problemas. A reforma agrária, portanto, pode ser feita desde que o Estado invoque êstes dois princípios básicos da Constituição: princípio eminente do direito do Estado e o da função social da propriedade, que hoje é princípio pacífico. Temos ainda a grande satisfação de constatar que o mesmo é defendido por S. Tomás de Aquino e generalizado em tôdas as Constituições européias.

Devemos criar no Brasil um tipo humano de agricultor que nos falta, baseado na propriedade da terra e que olhará a terra não como instrumento de enriquecimento rápido, mas como uma coisa estável que transmitirá a seus filhos e netos. Se criarmos êsse tipo — e por êle não existir é que temos o tremendo desgaste da terra no Brasil — então poderemos dar a êle o auxílio da cooperativismo, da escola rural, enfim, de todos os recursos da reforma agrária.

Por isso, acho que devemos distinguir reforma agrária de código e de planejamento rural.

6 pontos para a reforma

A reforma agrária deve, portanto, abranger cinco pontos: o sistema de desapropriação da terra, como ela vai ser desapropriada, qual a terra que vai ser desapropriada, sistema de indenização, como vai ser feita a indenização, se em dinheiro ou em títulos ou em ambas as formas.

Não me parece que o dispositivo constitucional seja um empecilho à reforma no Brasil. Ela pode ser feita, acrescentando-se que o direito agrário oferece uma série de recursos, desde a criação de um fundo agrícola nacional até à transformação do direito sôbre a terra e valores. Ainda sôbre o sistema de desapropriação, deveremos saber a quem se vai dar a terra desapropriada e os organismos que vão fazer a reforma. Finalmente, estabelecer a vigência e a retroatividade da lei agrária. A lei agrária deve ter um prazo, de forma a impedir um açambarcamento da reforma agrária.

Fora disso, não se fará reforma agrária.

O SR. D. GERALDO DE PROENÇA SIGAUD — Quero sugerir um sexto ponto, isto é, alguma coisa que garanta e facilite a estabilidade da propriedade na mesma família, porque a Constituição quase que proíbe a estabilidade, devido às leis de herança.

O SR. NESTOR DUARTE — Assim estabeleceu a Constituição com o propósito de impedir o morgadio. Constitui uma medida muito grave, realmente.

O SR. D. GERALDO DE PROENÇA SIGAUD — E' catastrófica tal medida para o homem do campo.

E' preciso assegurar ao pai que planta a certeza de que seu neto irá colher o que êle semeou. Por exemplo, no Paraná o homem que tratava dos pomares não quer mais plantar nos mesmos árvores cujo fruto êle não possa colher dentro de três ou quatro anos, porque sabe não estar garantida a colheita para seus filhos ou netos, pois êle poderá ser afastado, a qualquer momento, da terra onde trabalha. O resultado é que não mais se plantam os carvalhos e, no caso do reflorestamento, em vez de se plantar peroba, planta-se eucalipto. Isto não acontece nas propriedades do norte da Espanha, onde vale a pena investir grandes capitais para a sua melhoria, porque isso vai beneficiar tôda a família. Este o sexto ponto que sugiro.

O SR. NESTOR DUARTE — A Constituição, aliás, por um meio indireto, visa um só aspecto: quanto possível assegurar a propriedade familiar da terra, criando isenções, estabelecendo, enfim, certas condições para tal. Isso, porém, não é bastante.

Tenho a impressão, nesta discussão, que todos estão de acôrdo em que se faça uma reforma agrária no Brasil.

Reforma de estrutura

O SR. ROMULO DE ALMEIDA — Como o meu nome foi citado pelo dr. Arthur Rios, queria dizer que nada do que êle afirmou se opõe aos meus pontos de vista. Em geral, estou de pleno acôrdo com o que disse s.s. Devo, agora, porém, esclarecer um ponto.

Na verdade, situei o problema da reforma agrária em função de uma crise agrária, tendo em vista a caracterização dessa crise em determinado momento histórico e ainda em determinada região, para que chegássemos à regionalização da reforma agrária ou de uma política agrária. Teríamos, então, de fixar os objetivos da reforma.

Aliás, nas primeiras palavras que disse, acentuei considerar ser a reforma agrária estritamente essa forma na estrutura das relações jurídicas e econômicas, ou seja, na estrutura das propriedades e das relações de trabalho. Estou, portanto, de acôrdo com êsse ponto de vista ortodoxo, mas desejava chamar a atenção para o fato de que uma reforma agrária, se está plantada no tempo, numa estrutura de problemas agrários, necessàriamente se entrosa nesse planejamento geral da agricultura como denominador do desenvolvimento agrícola, muito bem distinguido pelo dr. Arthur Rios.

Vou dar um exemplo que me ocorre no momento. A lei agrária no México se fêz com a distribuição da propriedade, mas teve, como peça fundamental, a concessão do crédito rural e ainda um esquema que pretendeu racionalizar os métodos de assistência técnica à agricultura. Diga-se de passagem que o México "apanhou" muito tempo nisso porque não tinha gente preparada para executar tal programa. O certo é que êles conceberam essa reforma conjugada com as medidas complementares.

Na verdade, se queremos dar estabilidade, se queremos dar segurança, se queremos dar, em última análise, melhores condições de vida ao produtor agrícola, temos de considerar outras medidas complementares.

Se se quiser capitular isso como reforma agrária ou como medida de planejamento de economia agrária, respeito a distinção, mas considero esta uma questão de opção pessoal, uma questão de definição. Na verdade, há vantagem de método nessa distinção.

O SR. NESTOR DUARTE — A distinção é importante. Não é possível a reforma agrária sem medidas complementares, sem que se atenda aos chamados objetivos correlatos, como indiquei no temário.

A indenização prévia

O SR. JOSE' ARTHUR RIOS — Completando as minhas observações, fico satisfeito por tudo que aqui ouvi, afirmando que esta foi uma das noites mais produtivas que tenho tido.

O dr. Rômulo, por último colocou a questão excelentemente. O eminente Bispo de Jacarèzinho trouxe ótimo depoimento. O desembargador Seabra Fagundes fêz declarações muito interessantes. O nobre deputado Aloisio Campos também aduziu observações importantes, além dos deputados Nestor Duarte e Alberto Deodato.

Queria, porém, ressaltar aqui um detalhe particularmente importante, a meu ver, neste debate: é a questão da interpretação do que seja indenização prévia. Realmente, se a interpretação do deputado Nestor Duarte prevalecer, significa que dentro da Constituição é possível uma grande política ou reforma agrária. Isto me alegra profundamente, porque tinha dúvidas a respeito. Outra razão que me levava a não acreditar na efetivação da medida, era a institucional, da impossibilidade do aparelho judiciário administrar bem, exatamente pela vinculação dos juízes do interior à grande propriedade.

O SR. ALOISIO CAMPOS — Os objetivos do deputado Nestor Duarte podem ser atingidos através de uma política judiciária. E' uma política lenta, mas, como a tendência natural é de fazer predominar o uso da propriedade, é claro que os juízes, adaptando-se a êsse entendimento, irão aplicar a lei nesse sentido de imparcialidade. Temos de esperar a boa compreensão do Poder Judiciário, ficando a interpretação constitucional, no caso, na dependência disso.

O SR. NESTOR DUARTE — O objetivo principal não é o pagamento, pode ser o cumprimento de uma cláusula contratual.

Houve outra grave discussão em tôrno do assunto, porque a Constituição, num regime proprietário individual, não permite o confisco da terra. Quem quer que tome a terra, em nome do poder público, deve fazê-lo sabendo que é obrigado a indenizá-la.

O SR. ALOISIO CAMPOS — E' difícil o senhor convencer a um juiz do interior que a justa e prévia indenização pode ser feita a prazo.

A tributação

O SR. JOSÉ ARTHUR RIOS — O problema é a limitação dos recursos financeiros do poder público, para qualquer problema desta natureza, nessa base.

Eu seria tentado a explorar um terreno muito difícil para provocar os senhores: é o da tributação, tendo em vista saber o preço especulativo da terra e levar à possibilidade a eficácia de uma reforma agrária. Este é um problema tècnicamente difícil, para o qual não tenho solução. Apontaria, entretanto, aos entendidos, um entrave muito sério de ordem constitucional: o fato de o impôsto territorial ser do Estado, aspecto extremamente importante da nossa discriminação tributária.

O SR. D. GERALDO DE PROENÇA SIGAUD — Outro aspecto que dificulta muito a tributação — noto isto no Paraná — é o interêsse que o Brasil tem na conservação das matas, que se vem chocar com o interêsse que êle tem no seu aproveitamento.

Assim, no Paraná, paga-se muito mais impôsto sôbre a mata virgem do que sôbre o pasto, o que leva muita gente a derrubar a mata para ter o pasto. E' difícil conciliar as duas coisas.

O SR. ALOISIO CAMPOS — Como solução, poderia ser criado um novo impôsto.

O SR. NELSON ROMERO — Não falei pròpriamente sôbre o assunto, até agora. Apenas expus algumas questões, para esclarecimento.

O problema, porém, é tão sério, tão complexo, estamos vendo quanto se aprende, quanto se lucra nestas discussões que pediria à TRIBUNA DA IMPRENSA que nos convocasse para virmos outras vêzes aqui.

O SR. NESTOR DUARTE — Realmente, o assunto não é para uma só "Mesa Redonda".

O SR. NELSON ROMERO — Faço êste apêlo não porque tenha de me retirar — e o dr. Carlos Lacerda sabe que tenho necessidade de sair — mas por não desejar perder a oportunidade de receber mais luzes. No meio de tôdas essas discussões, há inteligências que iluminam e é necessário, de quando em quando, nos pormos em contacto com elas, a fim de tomar conhecimento do resultado de várias experiências.

Assim, se fôr possível, pediria a realização de nova reunião.

TRIBUNA — Professor Nelson Romero: a sua presença representa, eu sei disso, um sacrifício muito sério, que só mesmo o seu espírito público poderia resistir — permita-me acentuar êste ponto com particular ênfase. Desejo ainda dizer-lhe quanto nós — e certamente aquêles que ignoram as suas razões, nos acompanhariam — lhe somos gratos e ficamos honrados pela sua participação hoje aqui.

Estou colocado numa situação um pouco difícil, pois, evidentemente, não temos a intenção de esgotar o assunto.

Pediria ao dr. Rios concluísse a sua exposição para ouvirmos o seu vizinho e, a seguir, o sr. Valdiki Moura, o mais sucintamente possível sôbre o papel das cooperativas na reforma agrária, apesar de saber que s. s. poderia falar dias sôbre o assunto. Por último, teríamos a palavra do representante do Ministério da Agricultura, a quem tenho uma pergunta a fazer sôbre o Serviço Social Rural.

Vamos, assim, conciliar o pedido do prof. Nelson Romero, procurando concluir o mais ràpidamente possível e empresando todos os presentes para novas conversas e encontros, pois esta casa deve ser considerada como vossa.

Base do município

O SR. JOSE' ARTHUR RIOS — Não tenho a pretensão de esgotar os seis pontos lembrados por mim, sendo o último contribuição de S. E. o bispo de Jacarèzinho, pois isto seria monstruoso e arrasador para os presentes.

O dr. Rômulo de Almeida, porém com o seu espírito provocativo, abordou dois pontos interessantíssimos da reforma agrária, que são de fato objetivos. A organização social dos municípios brasileiros, tal como todos a conhecemos, onde o latifundiário domina — é o coronel, o chefe político que controla tôdas as organizações judiciárias locais — é um problema que a reforma agrária terá de enfrentar. Lembro, porém, que êle representa um risco em todos os empreendimentos do homem. E' um elemento de risco, que esteve presente no México. Nada mais expressivo do que a organização latifundiária do México que a reforma agrária acabou derrubando.

Respondendo ainda a essa objeção, devo dizer que o espírito de reforma deve ser de descentralização. No caso do Brasil, que penso ser um país infelizmente de grande vocação totalitária, acho que será correr um grande perigo atribuir a execução da reforma agrária a uma organização central. Acho que isso seria matar a reforma agrária, de início.

O SR. ROMULO DE ALMEIDA — Estou de pleno acôrdo e, aliás, se houvesse tempo, eu apreciaria êsse ponto.

O SR. JOSE' ARTHUR RIOS — A reforma agrária ou será municipal ou não se fará. Ela tem de ser feita à base do município.

O SR. NESTOR DUARTE — Reputo muito importante para a reforma agrária do Brasil a redenção dos municípios. Depois de uma viagem que fiz ao exterior, estou convencido de que não podemos fazer a reforma sem o concomitante desenvolvimento da vida municipal.

Princípio federativo

O SR. HANNS LUDWIG LIPPMANN — Estou de acôrdo com uma série de sugestões aqui expostas e acho que poderemos chegar a resultados, em princípio.

A redistribuição de terras seria muito difícil, a não ser numa base em que o Estado tivesse uma influência demasiada mesmo na iniciativa particular. Já vimos que os problemas regionais exigem soluções regionais e sabemos também que a estrutura social e política do Brasil é federativa. Impõe-se, portanto, para resolver o problema da reforma agrária e todos os problemas correlatos, que devem ser atacados ao mesmo tempo, uma solução igualmente federativa, ou em bases municipais, como já foi sugerido, ou em bases de um sindicato vertical, como lembrava o sr. general Juarez Távora, o que, no fundo, é a solução cooperativista.

Levantou-se, também, o problema do homem do campo. Este, que encara seus problemas pessoalmente, que está colocado como indivíduo em face do Estado, será necessàriamente, mais cedo ou mais tarde, esmagado por aquêle. E' preciso, pois, entre as medidas colaterais, criar possibilidades para a constituição de agrupamentos normais para o homem do campo, agrupamentos profissionais, como outras que congreguem os pais de família.

Lembremo-nos de que na Idade Média não se contavam nos plebiscitos os indivíduos, mas os lares. Tínhamos, portanto, o princípio federativo como ponto de início de uma solução e a seguir o princípio da solidariedade.

Sabemos que as nossas tradições são contrárias ao espírito de luta de classes, à solução portanto, de uma sindicato vertical ou de cooperativas de todos os tipos que venham ao encontro da observância dêsses preceitos. Em seguida, devemos atender ao princípio da subsidiariedade, ou seja, considerar a função do Estado, sobretudo nas questões da reforma agrária, como supletiva, isto é, a instituição maior não deve absorver, em hipótese alguma, as atividades ou iniciativas da menor.

Temos um exemplo: o serviço de educação de adultos, que é organizado por municípios e até por particulares, entrando o Estado com o seu prestígio e também com o seu auxílio econômico para manter tais instituições, nelas não intervindo a não ser como controlador, como coordenador das suas atividades. Impõe-se, de novo, aí a base municipal da reforma.

Estado e reforma

Uma entidade menor que pode realizar alguma coisa pelo homem do campo, deve fazê-lo e ser apoiada, mas nunca absorvida pelo Estado ou por outras organizações maiores. Surge logo a idéia de um futuro serviço nacional rural. Se êle fôr organizado em bases nacionais ou de centralização, teremos um novo SESI e um novo SESC, portanto, um órgão que custa muito e pode realizar pouco. O problema é que o Estado se torna caro demais, absorve as atividades e dificulta o próprio cumprimento das mesmas. Assim, a assistência ao homem rural, problema de reconstrução e de reorganização das comunidades rurais, devia ser entregue aos municípios ou organizações municipais — já temos no Brasil as sociedades rurais — que seriam as portadoras principais dessas iniciativas, sem se unirem, no entanto, numa confederação monstruosa, de âmbito nacional, que, em última análise, será o Estado dentro do Estado.

De forma que a organização de âmbito nacional usurpa atividades que, por natureza, só competem ao próprio Estado, e a atuação deste, dentro dos limites constitucionais, só pode ser naturalmente a favor de uma reforma agrária no sentido nato, incluindo tôdas as atividades correlatas. Teríamos, dessa forma, necessidade, para conseguir a reforma do homem do campo, de estudos sociológicos do homem e dos problemas regionais.

O Estado, até agora, não bafejou iniciativas dêsse tipo, facilitando ou financiando qualquer empreendimento. Nós, que queremos reorganizar a vida do homem do campo, que desejamos reajustá-lo, precisamos fazê-lo crer primeiro, pois êle não crê, e, para isto, precisamos conhecer as condições concretas desta ou daquela comunidade.

Como último ponto, quero mencionar que, dentro do programa lembrado pelo dr. Rômulo de Almeida, que visava maior estabilidade dos homens do campo, devia existir a fixação de indústrias na zona agrícola, fixação esta que acabaria em parte com a atração fatal pelos grandes centros. Aí devia entrar o Estado, não permitindo mais a hipertrofia dos grandes centros e dando possibilidades para o estabelecimento de indústrias vitais em zonas agrárias.

O SR. D. GERALDO DE PROENÇA SIGAUD — No Paraná, com a valorização das terras, têm sido repartidas várias fazendas e eu tenho procurado orientar os fazendeiros no sentido de, ao venderem as terras, constituírem aldeias nas quais os sitiantes morem juntos, em pequenas comunidades e trabalhem em seus campos. Isto viria facilitar todos os problemas de assistência médica, religiosa, escolar, etc. Os senhores não fazem idéia da resistência tremenda que o brasileiro faz a isso. Êle ou mora isoladamente ou vai para a cidade.

O SR. NESTOR DUARTE — Êle não gosta de ouvir o canto do galo do vizinho.

Agricultura e cooperativismo

O SR. VALDIKI MOURA — Não foi pelo receio de falar dias seguidos que trouxe pequenas notas escritas.

Há um pequeno conceito do professor Henrique de Barros que diz:

"As reformas agrárias se prendem fundamentalmente com questões sociológicas e não com questões técnicas, embora sem desprêso da colaboração profissional especializada".

De modo que me situo nessa colaboração profissional especializada para trazer rápidas indicações sôbre o papel que o cooperativismo poderia representar numa lei preparatória de reforma agrária, com ou sem caráter expropriativo.

Penso que deveria ser considerado um conjunto de medidas, sobretudo estas duas:

"a) organização das médias e pequenas propriedades de exploração individual, como unidades econômicas susceptíveis de sobrevivência;

b) organização das propriedades coletivas também pela fusão de propriedades de determinada área ou rendimento".

A propósito desta segunda alternativa, da organização de propriedades coletivas, pela fusão de propriedades, queria lembrar uma legislação muito recente, votada pelo Parlamento da Suécia, estimulando a cooperativa de agricultores com um mínimo de cinco pessoas, com a necessária experiência da atividade rural. Tôdas elas contribuem com o seu trabalho pessoal, não admitindo assalariados. Estão tais cooperativas sujeitas a certo contrôle oficial. Por exemplo, os planos de trabalho dependem de aprovação do govêrno e também a instituição do Conselho de Auditores Contábeis, uma espécie de Conselho Fiscal, depende de autorização do órgão governamental. Existe já uma cooperativa funcionando, que congrega cinco pequenas propriedades, num conjunto de 330 hectares. O capital desta cooperativa foi constituído de 5% dos salários recebidos por êstes agricultores.

Seria interessante examinarmos aqui a possibilidade de aplicação dêsse processo, sobretudo para contornar o problema da pequena propriedade, sem a necessária consistência econômica.

A organização cooperativa da agricultura, que será apenas uma etapa da reforma focalizada pelos srs. José Arthur Rios, Rômulo de Almeida e Nestor Duarte, deve abranger ainda os seguintes pontos:

"a) garantia de financiamentos de custeio, aparelhamento e operação e não sòmente de crédito hipotecário, com especial consideração à natureza dos investimentos, prazos e taxas;

b) mecanização dos trabalhos de mobilização do solo e das tarefas correlatas de tratamento cultural e sanitário, colheita e beneficiamento;

c) eletrificação e desenvolvimento da indústria rural;

d) instalação de uma rêde de silos, depósitos e frigoríficos, para defesa e proteção dos preços no mercado;

e) estabelecimento do seguro agropecuário;

f) defesa do produtor também em sua qualidade de consumidor, mediante a organização de cooperativas especializadas ou através de uma seção própria da cooperativa mista, que melhor atende ao complexo de necessidades do nosso homem rural".

São indicações um tanto sumariadas.

A grande propriedade

O SR. NESTOR DUARTE — Muito oportunas. Devo dizer a v. s. que no meu pequeno mal fadado projeto aludo à organização cooperativista como um dos melhores meios de contornarmos a imposição em certos casos da propriedade comum da terra.

Há certas condições técnicas que impõem que, ao invés da pequena propriedade, se faça a exploração da grande. Uma delas ressalta hoje em dia: a motomecanização, que pode constituir um dos graves perigos ao desequilíbrio da propriedade da terra em nosso país, como está ocorrendo nos Estados Unidos.

A motomecanização exige um investimento de capital tão grande que o pequeno proprietário não pode adquiri-la. O grande motor, por sua vez, para se tornar lucrativo, exige grande extensão de terra a lavrar e a cultivar. De modo que, por vêzes, em nome do equilíbrio da economia agrária, há necessidade de explorar essas grandes propriedades, cada vez mais, com o sentido de lucro.

O Código Civil tem horror ao condomínio e o desembargador Seabra sabe muito bem disso. Há, porém, cidades condominadas, daqueles que trabalham um terreno comum numa certa época do ano e que é hoje talvez um dos poucos meios de se obviar a situação de carência dos que não têm terras e posses.

Achei de resguardar essa forma meio arcaica do nosso Código e, então, indicava a cooperativa como um instrumento de ordem jurídica para consagrar essa situação de fato preexistente.

A cooperativa é um dos objetivos correlatos dos instrumentos da reforma agrária brasileira.

O SR. JOSE' ARTHUR RIOS — V. Exa. acaba de tocar num ponto fundamental da reforma agrária brasileira. Muita gente, interpreta a reforma como sendo necessàriamente contra a grande propriedade. Não é isso o que desejam os que se batem pela reforma agrária, mas apenas, quando a exploração da terra exija a grande propriedade, conciliar a grande exploração com a propriedade dos membros da emprêsa. Isso é que é importante. Não desejamos, absolutamente, que a grande propriedade se fragmente.

O SR. NESTOR DUARTE — A forma cooperativa é um dos melhores meios para se chegar a êste fim.

TRIBUNA — Temos de encerrar e creio que o dr. José Irineu Cabral poderia fazê-lo bem se nos dissesse alguma coisa sôbre êsse projetado serviço rural. Pelo que está visto no projeto em curso na Câmara, pretende-se retirar do atual SESI cêrca de 120 milhões de cruzeiros anuais, que seriam computados como participação das chamadas indústrias rurais, que ainda estão por definir, para o custeio do serviço rural.

Perguntaria se com essa importância estaria o Ministério da Agricultura em condições de fazer êsse serviço rural no Brasil.

O Serviço Social Rural

O SR. JOSE' IRINEU CABRAL — E' uma questão de planejamento, de saber por onde começar e quais os serviços que a fundação iria realizar. Tenho a impressão de que quanto mais dinheiro houver mais oportunidade haverá para se o gastar em favor do homem rural.

A respeito da sua pergunta sôbre a aplicação do dinheiro, creio que sempre há onde empregá-lo. E quanto à parte pròpriamente da sua retirada das arrecadações do SESI para o serviço rural, nada preciso dizer porque o projeto já é de conhecimento público.

Em relação à reforma agrária, o ministro da Agricultura, há meses, expendeu alguns pontos de vista sôbre o assunto, onde salientou a dificuldade de se emitir um conceito. Depois, mencionou estudos e observações relativamente à reforma, dividindo-a em dois tipos: permanente e revolucionária. Achou, então, que seria ideal no Brasil o tipo permanente. Aliás, o deputado Nestor Duarte estava lá e fêz considerações a respeito. Abordou o sr. ministro alguns aspectos em que se podia realizar essa reforma. Citarei aqui, apenas para efeito de contribuição ao debate, os seguintes: a questão da colonização, da criação do fundo de colonização para facilitar a aquisição de terras para pequenos proprietários; a questão de financiamento, de crédito, de assistência ao produtor, sobretudo ao pequeno; a questão da garantia de preços, a questão de seguro agrário etc. Temos também a parte de regulamentação dos arrendamentos da propriedade agrícola e, finalmente, a parte da organização da vida rural. Como uma das medidas complementares de maior importância, teríamos o levantamento das condições de vida do homem rural brasileiro.

Estas foram as idéias expendidas pelo Ministro em entrevista e que, naturalmente, seriam aqui reproduzidas se estivesse s. exa. presente.

Tôdas essas contribuições que ouvimos aqui, anotei pessoalmente e o dr. Rômulo sabe que dispomos no Ministério de um registro, onde são consignadas tôdas as sugestões a respeito de reforma agrária.

TRIBUNA — As reuniões como esta de hoje têm isso de terrível: convoca-se uma série de homens eminentes, conhecedores do problema, para extrair dêles, ao fim de quatro horas de palestra, naturalmente agradável, uma parte mínima da extraordinária contribuição que cada um poderia dar ao esclarecimento do assunto. E' porém uma contingência e com ela nos devemos conformar. Em todo caso, nos podemos dar por felizes porque a parte mínima que cada um deu, do muito que têm a dar sôbre o assunto, foi altamente — para empregar uma palavra um pouco desmoralizada, mas que tomada no seu verdadeiro sentido é sempre oportuna — construtiva.

Agora, se alguém se desapontou com a reunião, certamente se consolará com a minha situação, porque nada há de mais constrangedor para um jornalista do que ter de silenciar a sua opinião, quando a possui, para ouvir a dos demais.

Antes de encerrar, porém, queria fixar um ponto.

A mim parece que precisamos começar por deslocar o sentido da política brasileira, da política administrativa, da política enfim. Estamos fazendo um pouco de industrialização intensiva e delirante no sentido de urbanização monstruosa no Brasil. Para dar apenas um exemplo citado pelo escritor Oliveira Tejos sôbre o problema muito atual da energia elétrica, direi que o consumo dessa energia na Capital de São Paulo e no Rio está duplicando de cinco em cinco anos. Isso significa que tôdas as obras que estão sendo feitas atualmente para o aumento da capacidade de abastecimento do Rio de Janeiro, dentro de cinco anos estarão aquém das necessidades mínimas desta cidade.

Este simples exemplo indica a necessidade de descentralizar, a que se referiu muito bem o professor Lippmann.

Não é possível que em Ribeirão Prêto, estratègicamente localizada, não se possa instalar uma indústria e se tenha de procurar a Capital de São Paulo, porque lá não haja energia e em São Paulo exista.

A Bahia e o Estado do Rio talvez sejam os dois Estados de maior futuro no Brasil, dada a extrema diversidade dos seus recursos, mas não é possível falar-se em petróleo na Bahia com as cidades às escuras.

O exemplo da energia elétrica por si só nos levaria muito longe, mas eu me permitiria aduzir um outro exemplo, da política errada que estamos seguindo, da política previdencial e assistencial.

Estamos explorando a velha tendência brasileira para arrancar, sugar tudo do campo, a fim de fabricar cidades intensivamente. Esta é uma tendência que vem desde o Império e que se agrava com a política do paternalismo estatal. Há dias, quando o vice-presidente da República emitiu na Suécia opinião segundo a qual o Brasil tem hoje uma legislação de previdência comparável, ou até superior, à da Suécia, a mim me ocorria a seguinte situação: se um malandro, um pária, um desclassificado social, cair na rua no Rio de Janeiro, terá direito à assistência médica integral, desde a ambulância até a convalescência. Em Nova Iguaçu, porém, se um pai de família, produtor, precisar de assistência médica para os seus filhos, êle não a terá.

A nossa política previdencial, pois, está completamente errada, não porque paga pouco nas pensões, mas porque está endereçada num sentido errado, no sentido de atrair o homem para a cidade.

O dr. Rômulo disse que o homem vem para a cidade por causa do circo. Êle não vem, entretanto, só por causa do circo, mas porque encontra o hospital, a escola e a luz elétrica, embora, racionada.

Ora, tôda a política dos últimos anos, no Brasil, se tem dirigido no sentido de forçar essa atração para a cidade. O homem que fica no campo é um herói ou um vencido.

O Estado do Rio, por exemplo, é o grande abastecedor do Rio de Janeiro, de homens produtores. Isso significa que o campo fluminense arca com a despesa da preparação do homem até à idade de produzir e quando êle chega a esta idade vem produzir no Distrito Federal, se é que produz. Êsse é um ônus, é um encargo sôbre as células da nacionalidade, nas quais tanto se fala nos discursos de sobremesa, de tal modo que não me parece possível atender a uma reforma agrária por um lado, se por outro continuarmos com essa política.

Era o que desejava aduzir como contribuição, que não pude conter.

Diante da contribuição de cada um dos senhores que aqui vieram, permito-me, pela impossibilidade de fazê-lo, não destacar a presença de cada um e lembrar a de todos, desde o sr. bispo de Jacarèzinho até talvez o mais jovem dos presentes, o sr. José Arthur Rios. A todos, sem exceção, e principalmente ao dr. Nelson Romero, a quem a perda de um irmão hoje não o impediu de aqui comparecer, agradeço em nome da TRIBUNA DA IMPRENSA e convoco-os todos a nos ajudar nesse esfôrço de esclarecimento dos problemas brasileiros.

CARTÕES de BOAS FESTAS

A tipografia da TRIBUNA DA IMPRENSA se acha aparelhada para executar qualquer serviço gráfico.
Livros
Revistas
Jornais
e serviços de qualquer natureza

Informações na Superintendência da TRIBUNA DA IMPRENSA — Rua do Lavradio, 98 — 1.º andar.

32-8188

GUIA MÉDICO

MÉDICOS

ALERGIA
Dr. Dias da Costa
DOENÇAS ALÉRGICAS - CLÍNICA MÉDICA
AV. GRAÇA ARANHA, 81, sala 1003
Tel: 52-0916, diar. 16 às 19 hs.

AP. CIRCULATÓRIO
Dr. A. Carvalho Azevedo
CURSO NA UNIVERSIDADE DE MICHIGAN E NO HOSPITAL HENRY FORD, U.S.A.
CLÍNICA GERAL — CORAÇÃO E ELETROCARDIOGRAFIA
Cons: Av. Nilo Peçanha 12, s/407 — Tel. 52-1355 — das 16 às 18 hs. Res. 37-8585

Dr. José Hilario
CIRURGIA DO CORAÇÃO
Docente da Fac. Nac. Med. — Chefe de Clínica Cirúrgica do IAPC — Hospital Central de Acidentados — Tels. 52-2220 — 32-8866 — 37-4801

AP. DIGEST. - Nutrição
Dr. Clementino Fraga Fº
Docente da Fac. Nac. de Medicina — 2as. 4as. 6as. das 15 hs em diante — R. Araujo Porto Alegre 70, 9.º s. 903/5, tel 42-9555

Dr. Hélio Silva
INTESTINOS — RETO — ANUS
Rua Rodrigo Silva, 14, 5.º andar
Tels. 42-5189 — 26-0318

Dr. Henrique do Rio
DOENÇAS DO ESTOMAGO
Tratamento das úlceras gástricas sem operação.
Rua da Assembléia, 51 6.º andar

CIRURGIA
Dr. Fernando Paulino
CIRURGIA — UROLOGIA
CASA DE SAUDE SÃO MIGUEL
Rua Conde de Irajá, 110
Tels. 46-0808 — 26-2043

Dr. Geraldo Barroso
Cirurgia geral - Doenças de senhoras - Vias urinárias — Das 14 às 18. Cons: rua do México 31, 7.º andar, grupo 702
Tels. Cons: 52-4317 e 27-1719

Dr. Jesse Teixeira
— CIRURGIA PULMONAR —
Rua Araujo Porto Alegre 70, sala 901 — Tel 42-9646, depois das 17 hs

Dr. Nelson Graça Couto
CIRURGIA — UROLOGIA
2as., 4as. e 6as., das 14 às 16 hs.
Rua da Quitanda 45, 6.º, tel 22-0116

DOENÇ. CRIANÇAS
Dr. João Almeida
Cons Av. 13 de Maio, 13, 11.º, sala 1120 (Edifício Municipal)
Diariamente das 14 hs. em diante
Telef. 42-2055 — Res. 37-6757

DOENÇAS NERVOSAS
Dr. J. de Abreu Paiva
PSICANALISE — PSICOTERAPIA
Rua Santa Luzia 799, 2.º, sala 204
Das 8 às 12 - tel 52-1104; res: 22-8967

Doenç. PULMONARES
Dr. E. Graça Mello
CLINICA MEDICA — DOENÇAS PULMONARES — RAIOS X
NOVO ENDEREÇO:
Rua México, 41, 9.º andar, grupo 908
Diariamente das 14 às 18 horas
Tel. resid: 48-2696 e 28-7802

DOENÇ. SENHORAS
DR. CARLOS E. A. TAQUECHEL Y HEYDRICH
CIRURGIA - GINECOLOGIA
Av. Beira-Mar, 262, 8.º andar, sala 803
2as, 4as e 6as das 16 às 18 hs.
TEL: 32-7541

Dr. Cerqueira Dantas
CIRURGIA, GINECOLOGIA, OBSTETRICIA — TRATAMENTO DE VARIZES — Av. Rio Branco 257, 5.º sala 506 — Diariamente das 14 às 18.30 - Tels 22-8757 22-4551

Dr. Fausto Cardoso
PARTOS — MOLESTIAS DE SENHORAS — CIRURGIA GERAL —
Rua Marechal Floriano, 17, tel 46-1529

Dr. Luiz Fernando
CIRURGIA — GINECOLOGIA
Av. Rio Branco 114, 10.º, s. 102
2a, 4a, 6a, das 2 às 4 hs., tel 22-1156

Osmar Teixeira da Costa
Assist. Clínica Ginecológica Hrs. S. Estado
GINECOLOGIA CIRURGIA OBSTETRICIA
Rua Araujo Porto Alegre, 70, 5.º and. salas 519-520 tel 42-5353

DOENÇAS SEXUAIS
Dr. Gilvan Torres
IMPOTENCIA — DOENÇAS DO SEXO — URINARIAS — PRE NUPCIAL
Assembléia 98 sala 72 tel 42-1071
Das 9 às 11 das 17 às 19 hs
Tels: 22-1219 e 27-7164

Dr. Spinosa Rothier
DOENÇAS SEXUAIS E URINARIAS
Rua Senador Dantas, 45-B, 9.º andar — de 1 às 7 hs — tel 22-5367

HEMORRÓIDAS
TRATAMENTO DAS DOENÇAS ANO-RETAIS COLITES E RETO-COLITES AMEBIANAS
hemorróidas
POR PROCESSO PROPRIO SEM OPERAÇÃO
Dr. Luis Sodré
RUA RODRIGO SILVA 14 2.º ANDAR TEL 22-0698

ORTOPEDIA
Dr. Orlandino Fonseca
CIRURGIA ORTOPEDICA
Av. Rio Branco 257, salas 512-513
Tels: 22-8757 e 37-1557

OUVIDOS - Nariz-Garg.
Dr. Alvaro Costa
OUVIDOS, NARIZ, GARGANTA, OLHOS
Rua Debret 23, 11.º — das 15 às 18 hs.
Tels: 42-1065 e 25-0205

PELE E SÍFILIS
CABELO - SIFILIS - VARIZES
Dr. Agostinho da Cunha
ASSEMBLEIA, 73 - Tel. 22-3263

RAIOS X
Dr. Osborne
TOMOGRAFIA - EXAMES EM RESIDENCIA
Ed. Odeon, 7.º, s/718-719 — Das 9 às 12
Tels: 22-6034 - 26-9238 - 37-6227

REUMATISMO
Dr. Nelson Senise
CLINICA DE REUMATOLOGIA
DIRETOR DO INST. DE REUMATOLOGIA
Rua Sorocaba, 696 — Tel: 26-0470
Diariamente das 9 às 18 hs.

Inst. da Reumatologia
TRATAMENTO DOS REUMATISMOS
(Ciáticas, nevralgias, artrites, lumbago, gota etc.), e doenças do coração
Sorocaba 696, tel. 26-0470
— CONSULTAS DIARIAS
— INTERNAÇÃO

UROLOGIA
DR. RUY GOYANNA
Av. Franklin Roosevelt, 84, 5.º - 42-9393
De 2a à 6a, das 15 às 19 horas
— Hora marcada —

TRIBUNA da Mulher

QUATRO ESTRANGEIROS PARA JANTAR

CANAPÉS À ESCANDIVA



Os escandinavos são grandes apreciadores de sandwiches e canapés picantes. Ofereça-lhes como hors d'ouevre pequenas fatias de pão preto guarnecidos de en[illegible], outras de uma rodela de ovo cozido com mayonnaise de camarão, outras de atum com azeitonas, outras de salsicha e rodelas de pepino em conserva e ainda com massa de queijo picante e nozes.

Todos êstes ingredientes devem ser temperados com molhos picantes e pimenta do reino.

LEGUMES À FLORENTINA

Para preparar êste prato são precisos fundos de alcachofra, toparte, cozinhe petits pois em

Ponha os fundos de alcachofra num prato que vá ao forno e regue-os com um bom azeite; deixe cozinhar em forno brando. A parte cozida com petits pois em água fervendo e temperada de sal; deixe escorrer e quando os fundos estiverem cozidos recheie-os com o petit pois.

Corte tomates grandes pela metade, retire a polpa e recheie com uma mistura de farinha de rosca, alho, salsa picada, azeite e pimenta.

Leve ao forno e uma vez cozidos cubra-os com salsa frita no azeite. Refogue as vagens no azeite. Coloque os tomates e os fundos no meio do prato e enfeite à volta com as vagens; sirva com Chianti.



LA PAELLA (ou arroz à Valenciana)



Para ficar boa como a típica paella valenciana êste prato deve ser cozido a fogo lento.

Num prato de alumínio deixe ferver uma boa quantidade de azeite. Corte um frango em pedaços e deixe dourar no azeite junto com pedaços de pimentão e tomate. Depois que tudo estiver frito junte água necessária com um pouco de açafrão; tempere com sal e pimenta. Depois junte pedaços de salsicha, vagens, fundos de alcachofra cortados em pedaços. Deixe ferver alguns minutos a junte mais água o bastante para cozinhar o arroz. Deixe cozinhar bem, a fogo lento até que tôda água seja absorvida e o arroz seque. Retire do fogo e enfeite o prato com petits pois, camarões, e tomates cortados em rodelas.

TORTA À INGLESA

Preparação da massa: 250 gramas de farinha, 120 gr. de manteiga, 5 gr. de sal dissolvido num pouco de água; junte água e vá misturando até formar uma massa macia. Faça uma bola, cubra com um guardanapo e deixe descansar 1/4 de hora.

Cubra a fôrma da torta com uma camada de massa e fure tôda ela com um garfo e leve ao forno por 10 minutos para assar.

Creme: 150 gr. de açucar, 2 ovos inteiros, 1/2 litro de leite fervendo, 50 gr. de farinha, 1/2 fava de baunilha. Cozinhe tudo em banho-maria mexendo continuadamente. Retire do fogo e deixe esfriar. Com êste creme cubra tôda a torta. Divida a torta em quatro triangulos, e guarneça cada um deles com compota de frutas de côres diferentes: maçãs, cerejas, pêcego e morangos.



FREGUESAS INDESEJÁVEIS

Há uma classe de freguesas que gozá de triste celebridade: aquela que nunca está satisfeita. Seja qual fôr sua posição, fortuna ou ordem de despesas, tôdas as vendedoras lhe fogem, pois sabem que se arriscam a perder o equilíbrio moral antes de contentá-la. Parece que tais freguesas encomendam vestidos apenas para depois poderem criticá-los.

Se, por exemplo, é um pouco gorda, admira-se azedamente de que o vestido que experimenta não a faça ficar com a mesma cintura do manequim que o exibe. "Este vestido não me favorece", diz ela, e desde a primeira prova exige que modifiquem o feitio, para que de qualquer maneira êle lhe restitua os vinte anos. Se a prova é satisfatória, então é o tecido que não presta, objetando não ser da mesma qualidade que o do modêlo.

Há freguesas dêsse tipo que levam a exigência a tal ponto que contam as incrustações, as pedrarias de um modêlo para ver se coincidem com aquêle que encomendou. Um centimetro a menos de bordado e cancelam a encomenda. Essas freguesas são intratáveis quando há demora na entrega. Querem o vestido para a hora H do dia J e transformam isso num cavalo de batalha.

Gentil, cortês, desejosa de agradar a todos, a freguesa-que-não-sabe-o-que-quer é, também, o desespêro das vendedoras.

Depois de experimentar todos os modelos da coleção, hesita, volta dez vezes atrás antes de decidir, depois transforma tudo, muda o decote, o cintinho, o tecido, a côr, para no fim se aperceber de que o modêlo que queria era de fato o que experimentara primeiro.

A freguesa perfeita é a que conhece suas posses e sabe o que quer. Duas vezes por ano encomenda dois ou três vestidos e paga-os pontualmente. Com esta, a vendedora sente-se tranquila, apesar de saber que, mal o modêlo é entregue, ela o levará à sua costureirinha para fazê-lo copiar e o empresta a suas melhores amigas.

Existe ainda a mulher elegante que sabe escolher a toilette para cada circunstância (a palavra *toilette* implica perfeição desde o calçado até o chapeu). Estas são atendidas com tôda solicitude porque sua escôlha decidirá o que é realmente belo, o que vai imperar na moda.



"Este vestido não me faz ficar com a silhueta do manequim"

CLINICA DE REUMATISMOS
DR. PEDRO NAVA
(Docente da Fac. de Medicina e chefe de serviço da Policl. Geral)
Drs. Ayrton F. da Costa - Adolfo A. Biberman e Hilton Seda — S. Bambina, 98 — Consultas com hora marcada pelo tel. 46-1529

Você gosta de crianças

... E as criaças gostam de você?

RESPOSTA DA LEITORA ZIZA, S. PAULO

Há tempos iniciamos êste inquérito e demos a resposta da leitora Maria Helena Pinto, rua Estelita Lins, 308, apto. 303. Hoje chega-nos de São Paulo uma carta entregue na sucursal da TRIBUNA DA IMPRENSA, com a nota "ao cuidado do sr. Luiz Ernesto" e em que a leitora que se assina Ziza nos manda a sua contribuição para êste debate.

Não podemos deixar de assinalar o tom de seriedade e cuidado que impregna à resposta esta leitora.

Repetimos as perguntas seguidas das respostas:

1 — Os brinquedos destinam-se a ser quebrados?

R. — Sim, senão, não seriam brinquedos, mas apenas objetos de adorno.

2 — Admite que uma criança lhe chame pelo seu primeiro nome?

R. — Sim, há mais intimidade e naturalidade.

3 — No balanço da vida, as crianças dão mais preocupações e inquietações ou satisfações e alegrias?

R. — Mais alegrias, mas sempre nos parecem maiores as preocupações.

4 — Considera anormal que uma mãe se sinta ciumenta do sucesso da sua filha?

R. — E' um sentimento natural, mas não deve demonstrá-lo.

5 — E' capaz de ensinar a sua filhinha um ponto de "tricot", pacientemente, até que o aprenda bem?

R. — Sim, mas depende também do momento.

6 — E' melhor confiar as crianças — desde a primeira idade — a pessoas "especializadas", amas, nurses, enfermeiras de creches?

R. — Não, nunca.

7 — E' de opinião que as crianças dos outros, são mal educadas?

R. — As vêzes.

8 — Quando uma criança é mal educada, pensa que os pais são responsáveis?

R. — Sim.

9 — Oferece-se voluntàriamente para tratar de crianças?

R. — Sim.

10 — Pensa que as crianças, "de agora", têm menos coração do que as crianças de "antigamente"?

R. — Não, mas acho que as crianças de agora são muito mais mimadas.

11 — Já bateu numa criança que não fôsse seu filho?

R. — Não.

12 — "Filhos pequenos, tormentos pequenos, filhos grandes, grandes tormentos". Parece-lhe exato êsse ditado?

R. — E' exato no sentido de que os filhos grandes dão mais preocupações de ordem moral, sempre de solução mais difícil.

13 — Quando uma mãe é indigna deve-se-lhe tirar o filho sem hesitação?

R. — Não, só em casos extremos de evidente prejuízo grave para o filho.

14 — E' de opinião que se deve tirar a sobremesa a uma criança para puni-la, tendo merecido?

R. — Sim, ótima punição.

15 — Uma mulher deve ser mãe em primeiro lugar e depois espôsa?

R. — Em primeiro lugar espôsa, mas procurar equilibrar as duas situações.

16 — Se não tivesse filhos e perdesse tôdas as esperanças de vir a ter, adotaria uma criança abandonada?

R. — Não.

17 — Pode responder sem se zangar ou impacientar a uma avalanche de "porquês", seja qual fôr o tempo que dure?

R. — Nem sempre.

18 — Parece-lhe necessário não ceder aos pequenos caprichos das crianças a fim de que elas cedam mais tarde, nos casos importantes?



R. — Depende muito da natureza do capricho, e das circunstâncias do momento. E' preciso antes de tudo não ficar com a autoridade diminuida.

19 — Compreende que as crianças já de uma certa idade possam normalmente ter preferência por sair com seus camaradas a ficar em casa com a família?

R. — Sim, mas é preferível criar um ambiente em casa onde se sintam à vontade para trazer seus camaradas.

20 — Os pais devem sacrificar a sua felicidade, a felicidade dos filhos, partindo do princípio de que a vida humana não tem sentido autêntico, se não é prolongada na geração seguinte?

R. — Sim, com restrições. Porque a sua vida já está vivida e a dos filhos ainda por viver.

Dê-lhe de presente Meias NYLON Andorinha e receberá um abraço carinhoso

As meias que fazem virar os olhos!

Rua Ouvidor, 167

Sua casa e você

CONSELHOS ÚTEIS

PREGO EM PAREDE ENGESSADA

Para se assegurar a aderência de um prego numa parede engessada, deve-se mergulhá-lo em amoníaco. Desta forma o prego não mais cairá.

CACOS DE VIDRO

Para se recolher as partículas minúsculas dos cacos de vidro que escapam à vassoura, usam-se chumaços de algodão embebidos em água.

COMO AFIAR TESOURA

Quando a tesoura não está cortando bem e não temos tempo de enviá-la a um profissional para amolar, pode-se solucionar o problema, cortando, com ela, várias vezes um pedaço de lixa fina.

VERRUGAS

Há um processo bastante fácil para se remover verrugas. Consiste em macerar durante oito dias, duas rodelas de limão galego em 25 gr. de vinagre. Filtra-se depois, e com um pequeno pincel, passa-se esta composição sôbre a verruga várias vezes ao dia. Em uma semana, pode ser fàcilmente retirada com um pequeno arrancão.

EA 1-8



Se não diz a sua idade... não deixe que a descubram!

É após os 30 que a beleza tende a esmaecer, e quando, precisamente, o Ardena Creme Vitaminoso proporciona notáveis resultados. Preparado com especiais óleos emolientes enriquecidos de novos elementos revigorantes, nutritivos e benéficos, o Ardena Creme Vitaminoso é indicado para dar viço à pele cansada, ressecada, - ao redor dos olhos e da boca, testa e pescoço - onde rugas surgem mais precocemente.

ARDENA CREME VITAMINOSO ideal para peles flácidas ou ressequidas, onde cedo repontam as rugas que ameaçam a sua beleza.



Elizabeth Arden
PARIS NOVA YORK LONDRES
RIO: Av. Presidente Wilson, 165 - Fone [illegible]
SÃO PAULO: 6.° Sobreloja Casa Anglo-Brasileira Fone [illegible]

VOCÊ QUE E' LEITOR DA TRIBUNA DA IMPRENSA FAÇA DO SEU FILHO UM LEITOR DE Bamba semanal e colorido JORNAL juvenil que INSTRUI E DIVERTE

Clark o melhor calçado pelo menor preço!



Compare... e compre Clark

Filiais no Rio de Janeiro: Avenida Rio Branco, 128-B — Rua do Ouvidor, 107/1[illegible] Rua da Carioca, 38 — Avenida Passos, 29/31 — Rua Camerino, 174/176 — Madureira: Estrada Marechal Rangel, 41 — Filial em Niterói: Rua da Conceição, 40

CIA. DE CALÇADO CLARK - SÃO PAULO - ASSOCIADA À THE SELBY SHOE CO. - PORTSMOUTH - OHIO - U.S.A.


O inspetor Orlando Vilas Boas

Os ossos são de Fawcett

Afirma o inspetor Orlando Vilas Boas

"Continuo a afirmar que os ossos encontrados na região do Xingú são de Fawcett, declarou-nos o sr. Orlando Vilas Boas, inspetor do Serviço de Proteção aos Indios.

O desmentido de Londres ainda não pode ser encarado como certo, por falta de laudos relativos ao exame antropológico, com todos os pormenores.

Embora notícias telegráficas de Londres digam que, depois do exame dos ossos, tenham constatado que a ossada era de um homem de 1,60 cm, no exame efetuado no Brasil verificou-se que pertencia a um homem de 1,85 cm.

Deve-se acentuar — prosseguiu — que desde 50 anos atrás, data da expedição de Von Stein, nenhum branco desapareceu na região do Alto Xingú, que é de dificil entrada, por ser muito interna.

Todos que por ela passaram deixaram vestígios fáceis de serem descobertos. Nessa região desapareceram os exploradores. Rattium, Fuzoni e De Wintou à procura de Fawcett.

A Fundação Brasil Central e o Serviço de Proteção aos Indios não tem um interêsse direto na descoberta dos ossos de Fawcett mas só no desbravamento e colonização das regiões habitadas pelos indios.

Assim, o acontecimento foi um mero incidente na expedição Roncador-Xingú.

Perto do Rio das Mortes, na região do Alto Xingú, 3.000 xavantes estão acompados.

Terminando, o sr. João Villas Boas disse que lastimava terem sido enviados para Londres, os ossos de Fawcett, sem o laudo feito por antropólogos brasileiros.

AGRACIADO O EMBAIXADOR FREITAS VALE

Em solenidade que se realizará hoje, às 16 horas, no Centro de Informações da ONU, será entregue, pelo sr. Paul Vanorden Shaw, ao embaixador Ciro de Freitas Vale, o emblema de prata da ONU, pela primeira vez conferido a um brasileiro.

O embaixador Freitas Vale foi o primeiro representante brasileiro no Conselho de Segurança em Londres, tendo sido um dos firmadores da Carta de São Francisco e presidente da delegação do Brasil à IV e à V Assembléias Gerais da ONU.

MORTE ÀS...

(Conclusão da 4.ª pág.)

nal da Criança. Quando o govêrno cria um órgão dessa natureza e dessa imponência para cuidar especialmente da infância é porque esta sofre o maior dos abandonos. E' porque as instituições responsáveis pelas crianças estão doidas para se descartarem delas.

Não há dúvida que a criança é um perigo. A criança não é séria, não é produtiva, não é fàcilmente burocratizável, ou melhor, não é politizável, para empregar uma palavra da moda. Trás inúmeros transtornos à vida cotidiana, cria complicações no aluguel de apartamentos, dificulta o divórcio, etc., etc.

Além do mais, representa uma grande ameaça à ordem constituida. Esse crescimento da população é mesmo a única ameaça a temer pelos beneficiários dessa estrutura. E' o único fator que escapa ao seu contrôle, pois grande número de cabeçudos, surdos aos avisos constantes dos interessados, continuam a pôr filhos no mundo. Nesse caso, a solução é deixar que morra o maior número possivel de crianças, já que qualquer reforma social que venha alterar êsse estado de coisas está inteiramente fora da cogitação dos nossos governantes.

Retardar, no máximo possivel, o crescimento da população. — eis o programa. Se o Brasil deve caminhar necessàriamente para uma China americana, um pais de párias governado por uma minoria de potentados, que isso se faça devagar, sem perigo. Afinal, um cadiliac é melhor que três postos de puericultura, um arranha-céu é mais rendoso que muitos parques infantis e organizar um Departamento Nacional da Criança é mais cômodo do que fazer uma reforma social, que trás sempre diversos aborrecimentos.

E' isso realmente o que pensa a nossa sociedade sôbre a criança: ela é um revolucionário em potencial, um elemento subversivo, uma dor de cabeça. E' isso o que pensam as senhoras, aparentemente respeitáveis, que nos falam de abôrto com angelica tranquilidade. Por êsses motivos acho que aqueles senhores, não menos respeitáveis, que se dedicavam a distribuir presentinhos em concursos de robustês, deviam, ao contrário, premiar as familias que tivessem maior número de nati-mortos, exaltar o abôrto e clamar aos quatro ventos — morte às crianças !

Mais próximos da greve aeronautas e aeroviários

Quase que começava ontem, liderada por um grupo de aeronautas

O transporte aéreo está realmente ameaçado de paralisação total, devido a uma greve dos aeronautas e aeroviários, cuja possibilidade transformou-se em fato quase concreto nestas últimas 24 horas.

Ontem começaram a vigorar as novas tarifas aéreas. Descontentes por não ter êsse aumento influido no aumento de salários que pleiteiam, um grupo de aeronautas tentou abandonar o serviço, sendo impedidos pela diretoria de seu sindicato.

Esperarão pela decisão da assembléia de amanhã.

IMPASSE

O Sindicato Nacional das Empresas Aeroviárias coloca o aumento de salários pedido pelos aeroviários e aeronautas em termos de solução quase impossivel.

Eles precisam compreender que não há má vontade por parte das empresas, mas falta de receita com a qual possamos atendê-los — declarou-nos o presidente daquele sindicato.

Um exame que fizemos na "Cruzeiro do Sul", à base da fórmula conciliatória proposta pelo Ministério do Trabalho, revelou que a fôlha de pagamento da emprêsa precisará de mais Cr$ 2.317.000,00 mensais para cobrir o aumento — explicou, dizendo que ela não está em condições de suportar tal ônus.

AUMENTO DE TARIFAS

Na situação atual, mesmo com o aumento de tarifas já aprovado, é impossivel atender aos aeroviários e aeronautas nas bases da fórmula conciliatória — continuou.

Acrescentou ainda que a promessa de um novo aumento de tarifas não é suficiente para que as empresas concordem com o aumento de salários de 20% mais Cr$ 800,00 fixos (aeronautas) e 15% mais Cr$ 400,00 (aeroviários), porque temeriam um retraimento na venda de passagens.

Seria concordar com um encargo certo, apoiado por uma receita incerta — disse.

GREVE

Aeroviários e aeronautas já declaram que irão à grece, caso as empresas não concordem com a fórmula conciliatória, naquelas bases. A assembléia geral de amanhã dirá a última palavra.

Por outro lado, o Sindicato Nacional das Empresas Aeroviárias contratou os serviços dos advogados trabalhistas William Monteiro de Barros e Nélio Reis, que chegaram à conclusão de que a greve aeroviária será, desde que decretada, uma greve ilegal, por ser a aviação comercial uma atividade considerada fundamental na vida econômica do país.

A CONVENÇÃO ORTOGRÁFICA

Uma aberração jurídica na mensagem presidencial

Refutando algumas criticas ao seu voto na Comissão de Educação e Cultura da Câmara, sôbre a Convenção Ortográfica de 1943, declarou-nos o deputado Carlos Valadares:

"Cumpre-me, de inicio, esclarecer que não propús, na Comissão, o arquivamento da Convenção Ortográfica de 1943. Ao contrário, esforcei-me por demonstrar que a Convenção, tendo dispensado, no seu próprio texto, a ratificação, tendo entrado em vigor e sido promulgada desde janeiro de 1944, constitui ato jurídico perfeito e acabado. Dai ter opinado, isto sim, pelo arquivamento da Mensagem presidencial que submete a Convenção à ratificação do Congresso. E não fiquei só, pois cinco dos meus doutos companheiros, inclusive o seu ilustre presidente, apoiaram o meu voto.

"Há, porém, — continua o deputado Carlos Valadares — quem ache que fiz um "longo e desnecessário histórico", que ó meu voto é fruto de imposição política, que sou "legislador apressado".

Reconheço que me alonguei. Não desnecessàriamente: pois, sem autoridade para suscitar prejudicial tão relevante e delicada, tive que me amparar no ensinamento de inúmeros publicistas pátrios e estrangeiros. E assim procedi, convém acentuar, levado por motivos de natureza exclusivamente jurídica, convencido como aind estou da extravagância, diria mesmo, da aberração, que talvez constitua caso único na história das relações internacionais, de se ratificar, oito anos depois, uma Convenção que dispensara expressamente essa formalidade, que já foi promulgada é que está sendo executada".

ACORDO OU MANDADO DE SEGURANÇA

Ultimatum das agências de Publicidade à Comissão de Racionamento

A Comissão de Racionamento exorbitou de suas funções impedindo o exercício de uma atividade licita, garantida pela Constituição — declarou-nos o senhor Paulo Valle, consultor jurídico do Sindicato das Emprêsas de Publicidade Comercial.

Estas declarações dizem respeito à paralisação total dos anúncios luminosos.

Argumenta o sr. Paulo Valle dizendo que a energia para os anúncios luminosos devia ser racionada, como acontece com as vitrines, e não cortada totalmente.

As agências de publicidade têm contratos e com os anúncios completamente apagados, os anunciantes certamente se recusarão a pagá-los — prossegue, informando que as suas despesas estão baseadas nesses contratos.

ENTENDIMENTO OU JUDICIARIO

Procuraremos entrar em entendimentos com as autoridades e caso não cheguemos a um acôrdo, nos defenderemos por via judicial, impetrando mandado de segurança contra a Comissão — concluiu.

Fomos informados de que o mandado já está redigido, faltando essa decisão da diretoria ser ratificada em assembléia geral pelo Sindicato.

E' CRIME DEIXAR OS FILHOS SEM INSTRUÇÃO

ABANDONO INTELECTUAL, AFIRMA O JUIZ MURTA RIBEIRO

O juiz Murta Ribeiro, da 1.ª Vara de Familia, mandou extrair as peças de uma ação promovida por menores contra o pai, a fim de que a Procuradoria inicie contra Nelson José da Silva ação penal por infração do artigo 246 do Código Penal, ou seja, por abandono intelectual.

O juiz tomou essa deliberação quando, ao proceder a instrução da ação de alimentos proposta pelos menores Wilson, Hilton, Cleura, Marcos e Hilda contra o próprio pai, Nelson José da Silva, teve conhecimento de que os menores não receberam instrução primária por culpa do pai, o réu.

AUMENTOS SUBSTANCIAIS PARA O FUNCIONALISMO

Voltou atrás a Comissão do Aumento, encarregada de elaborar a nova tabela de vencimentos dos servidores públicos e autárquicos. Pretendia a principio um aumento que valesse a pena para os funcionários mais modestos, contemplando-se com maior poupança os do padrão "O".

Agora, entretanto, uns e outros, segundo a Comissão, terão aumentos razoáveis, devendo ser os da letra "O" de 11% para 19,03%.

São os seguintes os novos niveis de vencimentos pleiteados:

Padrão A, referência 17 — Vencimento atual Cr$ 1.300,00; vencimentos futuros, Cr$ 3.000,00, percentam 130%. B — 18 — 1.310,00; Cr$ 3.300,00; 151%. C — 19 — Cr$ 1.400,00; Cr$ 3.400,00; 130%. D — 20 — Cr$ 1.380,00, Cr$ 3.500,00; 146,24%. E — 21 — Cr$ 1.720,00; Cr$ 4.200,00; 144,19%. F — 22 — Cr$ 1.900,00; Cr$ 4.600,00; 142,11%. G — 23 — Cr$ 2.120,00; Cr$ 5.000,00; 130,41%. H — 24 — Cr$ 2.300,00; Cr$ 3.400,00; 109,30%. I — 25 — Cr$ 2.900,00; Cr$ 3.800,00; 93,80%. J — 26 — 3.420,00; Cr$ 6.200,00; 71,27%. K — 27 — 4.310,00; Cr$ 6.600,00; 53,13%. L — 28 — 5.160,00; Cr$ 7.300,00; 41,47%. M — 29 — Cr$ 6.080,00; Cr$ 8.100,00; 33,33%. N — 30 — Cr$ 7.320,00; 9.000,00; 24,45%. O — 31 — Cr$ 8.400,00; Cr$ 10.000,00; 19,05%.

Os diaristas e tarefeiros terão aumentos equivalentes aos concedidos aos mensalistas. Os salários inferiores a Cr$ 1.200,00 terão o aumento de 135%. Salário-familia de Cr$ 200,00 e adicionais de Cr$ 100,00 por anos de serviço.

NECESSARIO VISTO PARA SAIR DO PAIS

Nenhuma embarcação ou aeronave com tráfego internacional, em viagem não regular, poderá deixar o porto ou aeroporto, com passageiro ou tripulante que não esteja munido do competente passe de saida.

Este é o teor do artigo primeiro de um decreto assinado pelo presidente da República. O passe a que se refere o decreto será fornecido pela autoridade policial, não se aplicando a exigência aos casos prèviamente autorizados ou de embarcações ou aeronaves militares ou de guerra.

Pelo artigo 2.º do decreto ficam revogados os artigos 30 e seu parágrafo único; 31, 32 e seu parágrafo único; 33, 34, 37 e 38 do Regulamento da Divisão de Policia Maritima, Aérea e de Fronteiras, aprovado pelo decreto 20.432-B de 25 de janeiro de 1946.

DEMITE-SE DO IPASE

Pediu demissão das funções de presidente do IPASE o sr. Otacilio Gualberto. A razão de sua atitude é a seguinte: seus despachos vinham sendo feitos diretamente com o presidente da República, até que o sr. Segadas Viana, ministro do Trabalho, fêz esta consulta ao sr. Vargas: o IPASE está ou não subordinado ao Ministério do Trabalho? A resposta do presidente foi afirmativa, e seu despacho largamente publicado em todos os jornais.

O sr. Gualberto considerou-se desautorado, sobretudo, tendo em vista os têrmos da representação ministerial e sua larga publicidade. E pediu demissão.

Perdeu apoio

Aliás, desde a morte do senador Epitácio Pessoa Sobrinho que sua posição no Govêrno enfraquecera. Além de perder o seu sustentáculo, há queixas transmitidas ao sr. Getúlio Vargas pela familia do morto. Interrogado, poucos dias depois do desaparecimento do marido, pelo próprio presidente, a propósito da conduta do sr. Otacilio Gualberto nos acontecimentos que envolveram a morte do senador Epitácio, respondeu a viúva nestes têrmos:

— O sr. sabe que êle sempre foi pessoa de nossa casa. Mas, nunca mais vi êsse rapaz.

Também a sra. Alzira Vargas não vinha apoiando o sr. Gualberto, pelas resistências oferecidas à escolha de um seu candidato para diretor dos Serviços Gerais, prestigiado, nesse passo, pelo sr. Danton Coelho, a êsse tempo ministro do Trabalho.

VISITA DE CAFÉ FILHO A JEQUIÉ

O sr. Café Filho deverá visitar no próximo dia 11 o municipio de Jequié, no sudoeste da Bahia, atendendo a convite do prefeito Antônio Lomanto Junior, quando de sua recente visita ao Rio. O vice-presidente e comitiva irão até Vitória de Conquista por via aérea e daí até Jequié, de automovel, passando por Boa Nova e Poções. Em seguida o sr. Café Filho irá a Salvador, a convite do governador Regis Pacheco.

O sr. Café Filho deverá assistir ao inicio das obras de reforma do abastecimento d'água da cidade de Jequié, para as quais o sr. Antônio Lomanto Junior obteve com o Banco do Brasil um empréstimo de 4 milhões de cruzeiros.

O prefeito providenciou, também, com as autoridades federais, a obtenção de recursos para os trabalhos de saneamento de grande área do Municipidio.

RATO FIUZA FAZ SONDAGENS

O engenheiro Yeddo Fiuza, ditador da água no Distrito Federal, inspeciona diàriamente as sondagens que estão sendo feitas na praia do Pinto e no parque proletário junto àquela favela.

Em volta dos tripés que sustentam os perfuradores, moradores curiosos ficam observando os esguichos de água suja, forçada a atravessar o aterro que cobre grande parte da lagoa Rodrigo de Freitas.

Mistério

As sondagens começaram há cêrca de uma semana. O engenheiro responsável, sr. Teixeira Soares, nega que se trate de providência ligada ao problema do abastecimento d'água, como seja, a abertura de poços artezianos.

— Estou apenas fazendo sondagens para a Divisão de Geologia e Sondagens da Prefeitura — disse.

Mas não revelou o motivo: metro, petróleo, poços artezianos, etc...

Probabilidade

Ninguém iria procurar petróleo na praia do Pinto, tampouco o projetado metrô vai até lá. São duas hipóteses inaceitáveis.

No entanto, a presença diária do engenheiro Yeddo Fiuza, verificando de perto os resultados das sondagens, admite e fortalece a hipótese de que êle pretende solucionar parcialmente o problema da água por meio de poços artezianos — uma boa notícia para as casas comerciais que vendem baldes.

Atualmente está êle interessado numa emprêsa de perfuração de poços d'água.

A foto proibida

Depois de dizer que não se tratava de poços e negar detalhes sôbre as sondagens, o engenheiro Teixeira Soares proibiu que os perfuradores em funcionamento fôssem fotografados. O fotógrafo se afastou e êle o seguiu de perto, montado num "jeep" da Prefeitura — estava mesmo resolvido a não permitir fotografias das sondagens. Falta-lhe, é claro, autoridade para semelhante proibição.

De nada adiantou, porque a fotografia foi tirada e ganhou maior valor, por ser proibida.

Bomba

No local de sondagens da praia do Pinto já foi montada uma bomba, que puxa água de um cano de 12 metros, enterrado no aterro.

E' a primeira vitória do rato Fiuza na luta contra a falta d'água: um poço furado há tempos, à beira da lagoa Rodrigo de Freitas, em zona sem esgotos.

Quatro impostos sustentam a...

(Conclusão da 1.ª pág.)

mal e vegetal, calçados e produtos farmacêuticos e medicinais. Tem o impôsto de consumo — que será por nós estudado minuciosamente — direta influência na formação dos preços das utilidades essenciais ao consumo de cada dia. E a respectiva fiscalização, no Brasil, criou êsses felizes principes da República, alguns dos quais, chegam a perceber, anualmente, Cr$ 800 mil de multas.

O principal impôsto direto da União é o de renda, que tem dado margem a arrecadações cada vez maiores; em 1940, contribuia com 15% da receita tributária e, hoje, com 40%, ou seja em pé de igualdade com o de consumo. Aconselhável sob o aspecto de justiça social, o impôsto de renda pode, todavia, refletir-se negativamente na economia nacional, desde que a progressividade das suas taxas embarace, por qualquer forma, o desenvolvimento da produção e, em especial, a formação de capitais. E' claro que só um ingênuo recomendaria taxas idênticas no Brasil e na Inglaterra, no Brasil e nos Estados Unidos. Depois examinaremos, também, pormenorizadamente, a taxação em espécie, no Brasil.

Relativamente à arrecadação federal de 1940, a do último exercicio quadruplicou, embora a população houvesse aumentado de 28% apenas. O indice per capita é bastante maior em 1950, mas esta circunstância não autoriza qualquer conclusão, por numerosas razões, entre as quais a inflação monetária. Basta lembrar que o potencial monetário quintuplicou no mesmo periodo. A admitir-se, com o apôio de alguns técnicos, apesar de se pronunciarem em meio às maiores reservas, que o poder de compra do cruzeiro de 1940 é aproximadamente 4,5 do do cruzeiro de 1950, chega-se à indicação de que a arrecadação federal no último exercicio tem pràticamente o mesmo valor da de 1940. Não se torna exequivel, no entanto, considerar menos superficialmente matéria tão delicada, dada a inexistência dos indispensáveis elementos estatisticos, nem tão pouco, ao menos imediatamente, qual a parcela da renda nacional que está sendo absorvida pela renda pública total, isto é, soma da arrecadação federal, estadual e municipal.

Convém observar o destino que a União dá ao que recebe. No periodo 1940-50, cêrca de um têrço foi consumido por pessoal. E essa fração tem sido mais ou menos constante. As despesas percentuais com material têm diminuido, enquanto as relativas a serviços e encargos vêm crescendo.

E' interessante salientar, na distribuição da despesa realizada segundo os órgãos da administração, que os ministérios militares e o da Fazenda, somados, consomem metade dessa despesa. E o da Agricultura, neste pais que se diz essencialmente agricola, embora importe batatas e manteiga, não chega a dispor de 5% da despesa federal. Mas a Presidência da República, e sòmente ela, apareceu, em 1950, com 8% da despesa realizada.

Receita e despesa da União contêm vicios e impropriedades que merecem expostos e comentados, não apenas para esclarecimento da opinião pública, mas principalmente para que o futuro lhes dê as indispensáveis correções. Porque, afinal de contas, a receita pública sai do bôlso de cada um. E o povo brasileiro, que tem baixa capacidade contributiva, não pode sacrificar-se para manter administrações viciadas e caras.

VERANEIO PRESIDENCIAL

O veraneio presidencial dêste ano será seguido de uma estação de águas, possivelmente em Araxá, ficando o sr. Getulio Vargas ausente do Rio alguns meses.

A partida para Petrópolis será por estes dias.

ÔNIBUS PARA NITERÓI

O governador Amaral Peixoto, por solicitação do secretário de Viação do Estado do Rio, entregou Cr$ 7 milhões aos Serviços de Viação de Niterói e São Gonçalo, para a aquisição de ônibus elétricos e acessórios da rêde.

Essa compra será parte do reaparelhamento dos meios de transporte coletivo naquelas duas cidades fluminenses, devendo ser os novos veiculos usados nas zonas mais densamente povoadas e que ofereçam condições técnicas suficientes.

Ferido em desastre o secretário da Embaixada francesa

O secretário da Embaixada de França, sr. Claude Lefrevost, sua espôsa e mais duas senhoras, esta madrugada foram vitimas de desastre de automóvel, na rua Pacheco Leão, próximo à ponte de Tabuas, quando regressavam de um baile a bordo do navio "Jeanne d'Arc" e de um passeio pela Vista Chinesa.

O sr. Claude Lefrevost, de 36 anos, casado, morador na Embaixada à praia do Flamengo 358, dirigia o automóvel número 191-CD, que ao chegar aquele local chocou-se contra os lotações ..... 4-70-96 e 5-27-08, que estavam estacionados.

O sr. Claude Lefrevost, com contusões e escoriações, foi medicado no Hospital Miguel Couto.

Os veiculos ficaram avariados.

BALEADA PELO INQUILINO

A VITIMA E' UMA ANCIÃ

Com o ventre varado a bala e em estado grave, foi internada ontem à noite no Pronto Socorro a francesa Louise Julien, casada, de 62 anos, da rua Conde de Baependi 48, alvejada na residência por seu inquilino Arlindo Santos, de 26 anos e que lá mora há 10 anos.

PRESO

Arlindo, que se apresentou na rua ao guarda-civil 48, que se dirigia ao local logo após ter sabido da ocorrência, disse ter sido casual o ferimento.

Explicou que discutia no momento com Antônio Paulo Cardoso e Máximo Bandeira, que lá costumavam ir trabalhar para Louise e que, para assustá-los, sacara de uma pistola atirando para o chão. Justamente nessa ocasião — informou — a francesa se colocou entre êle e os seus contendores para impedir-lhe o gesto. Fizera-o entretanto tão rapidamente que acabou sendo atingida, pois já havia acionado o gatilho quando a anciã se meteu no meio dos três.

OUTRA VERSÃO

Há, porém, outra versão. Dizia-se, nas redondezas que Arlindo discutia com Louise por causa de atrasos de aluguel. Como estivesse atrasado nos pagamentos do cômodo que ocupava, a senhoria lhe pedira o quarto e, ante sua negativa em mudar-se, lhe movera uma ação de despejo, ação que findara ontem vitoriosamente para ela. Arlindo, tendo recebido o mandado de despejo, passara a questionar com Louise e, em dado momento, sacara da arma, alvejando-a.

O acusado, que é padeiro, foi autuado no 4.º Distrito pelo comissário Esteves.

AINDA MAIS BAIXO O NIVEL DO RESERVATORIO DAS LAGES

Desceu mais 5 centímetros nas últimas 24 horas — Novas experiências de chuvas artificiais — Falta de interêsse e campanha do Serviço de Meteorologia — Hoje, a resposta aos comerciantes, sôbre o uso de letreiros e vitrines

Volta a cidade à ameaça de maior escuridão, pois novamente desceu o nivel do reservatório de Lajes, porque há 3 dias a chuva deixou de cair. A usina de Fontes, principal fornecedora de energia elétrica ao Rio, está assim ameaçada de paralisação.

5 CENTIMETROS A MENOS

As 15 horas de ontem, uma queda de 5 centimetros foi constatada, em comparação com o dia anterior. O nivel assinalado foi de 391,91 metros acima do nivel do mar, correspondente ao volume de 32.505.530.000 litros de água disponivel. Nas últimas 24 horas houve uma diminuição de ...... 550.260.000 litros de água represada.

Caso continuem desfavoráveis as condições atmosféricas, voltando a estiagem na região de Lajes, a água de que dispõe a represa é suficiente para movimentar as turbinas de Fontes ainda durante 59 dias.

Isso, porém, se as quedas diárias forem iguais às últimas sentidas no volume do reservatório, e se não cairem chuvas, o que é improvável em face da época do ano em que estamos.

CONSUMO DIARIO

Apesar da vigência da "hora de verão", o consumo diário de energia elétrica não sofreu alteração. No dia 4 dêste mês foram consumidos 4.410.500 Kwh no Distrito Federal, fornecidos da seguinte maneira:

Usina de Fontes (Lajes)	830.500 Kwh
Ilha dos Pombos (Paraíba)	2.966.700 Kwh
Usinas a vapor..	111.300 Kwh
Refôrço de São Paulo	442.200 Kwh
C.B.E.E.	69.800 Kwh

AUMENTO NO PARAIBA

Esse quadro demonstra que o fornecimento da usina do rio Paraíba aumentou nestes últimos dias, tendo se mantido nessa altura.

O volume das águas dêsse rio, no dia 4, era de 549 metros cúbicos por segundo, fazendo com que pudessem ser usadas quase tôdas suas turbinas.

No dia anterior, a usina da ilha dos Pombos forneceu 3.071.000 Kwh ao Rio.

COMPANHIA FLUMINENSE

Também o fornecimento da Companhia Brasileira de Energia Elétrica tem sido apreciável, já atingindo em certos dias a casa dos 100.000 quilowatts.

Esse fato demonstra que as chuvas estão caindo na região fluminense onde estão instaladas as usinas dessa companhia que, durante a estiagem, recebeu auxilio da Rio-Light.

RESPOSTA AOS COMERCIANTES

Hoje a Comissão de Racionamento dará resposta ao oficio do Sindicato dos Lojistas, por meio do qual os comerciantes solicitam permissão para o uso de letreiros luminosos entre 19 e 22 horas, nesses dias que precedem o Natal, e também pedem maior cota de eltricidade, para a iluminação das vitrines.

Também o Sindicato das Emprêsas de Publicidade fêz solicitação idêntica à Comissão, devendo receber a resposta hoje.

Ao que parece, a Comissão atenderá às pretensões dos comerciantes.

Aumento de tarifas no substitutivo ao projeto dos telefones

Regularização do serviço em 3 anos

O vereador José Junqueira apresentou ontem o seu substitutivo ao projeto de encampação da Companhia Telefônica Brasileira.

O substitutivo será votado com o projeto, que se encontra em discussão final.

REFORMA DO CONTRATO

O substitutivo autoriza o prefeito a reformar o contrato celebrado com a Telefônica, de modo a obrigá-la a regularizar a situação atual dos pedidos, ampliando o equipamento destinado ao serviço urbano.

REGULARIZAÇÃO EM 3 ANOS

Os pedidos registrados até 15 de dezembro de 1951 deverão ser atendidos dentro de 3 anos, a contar da data da reforma do contrato. Os demais serão providenciados, nos anos subsequentes, à razão de 20.000 telefones novos por ano, com observância da ordem cronológica.

ABOLIDAS AS TAXAS ESPECIAIS

"As atuais rêdes locais serão dotadas de serviço automático dentro de 3 anos a contar da data da reforma do contrato", incorporando-se à rêde geral. Serão abolidas as taxas especiais cobradas para as comunicações entre a rêde geral e as locais.

O substitutivo obriga a Telefônica a transferir a concessão e o acervo de seus bens para a sociedade nacional que se organizar no Distrito para a exploração do serviço, na qual inverterá até um bilião de cruzeiros, caso a subscrição dos titulos por tomadores brasileiros seja insuficiente. A transferência dos bens será isenta do imposto de transmissão.

TRAFEGO MUTUO

O serviço telefônico continuará a ser explorado em regime de livre concorrência, assegurando-se à Municipalidade a exploração complementar, diretamente ou por concessão, outorgada mediante concorrência. Os concessionários serão obrigados a permitir o tráfego mútuo com os telefones de sua rêde.

A revisão das tarifas atenderá à justa remuneração dos investimentos, vigorando a partir da assinatura do contrato reformado, de modo que se ajustem ao custo atual do serviço fornecido apurado através de rigorosa fiscalização municipal.

O novo contrato incluirá a cláusula de reversibilidade do acervo, respeitadas as seguintes normas:

— avaliação dos bens por uma comissão arbitral de três membros;

— cômputo do valor histórico das ampliações futuras no cálculo final do acervo, tendo por base a aplicação real dos novos investimentos;

— pagamento parcelado do resgate em 5 anos. O substitutivo cria uma taxa anual correspondente a 20% do total a ser resgatado;

— enquanto o resgate não estiver integralizado, o concessionário ficará apenas com o direito à percepção da remuneração apurada para o capital baseado no valor do acervo, na proporção de seu crédito, ficando a administração única e exclusivamente a cargo da Prefeitura.

COMISSÃO DE CONTROLE

O substitutivo institui ainda uma comissão de três membros para controlar e fiscalizar a concessão. De 3 em 3 anos serão nomeados novos membros.

O substitutivo estipula multas e fixa cauções para o funcionamento regular do serviço telefônico no Distrito Federal.

ESCALA...

(Conclusão da 3.ª pág.)

dentes e na emulação criada por êsse deplorável estilo de govêrno".

EXEMPLO ESTRANGEIRO

"A escala móvel dos salários, instituida pelo projeto, — esclarece o deputado Bilac Pinto, — assegura a adaptação automática dos salários nominais às variações do custo de vida, de forma a manter a imutabilidade do poder de compra dos assalariados. A providência não é original, pois vários paises têm lançado mão dela, mesmo em periodos normais.

Nos Estados Unidos, por exemplo, as convenções coletivas concluidas entre os sindicatos obreiros e a General Motors, bem como os celebrados com a maioria das fábricas de automóveis e com outras indústrias, contêm a "escala móvel" dos salários. Três milhões de trabalhadores americanos, presentemente, estão protegidos por essa cláusula, nos seus contratos de trabalho.

No Luxemburgo, o sistema foi instituido por lei para os funcionários do Estado, das comunas e das autarquias, desde 1921, tendo sido estendido, em 1935, a todos os setores, e os seus efeitos foram benéficos para a economia do país.

Na Inglaterra a escala móvel figura também nas convenções coletivas.

Outros paises, como a Alemanha, em 1922, a Austria, em 1921, e a Polônia, em 1923, em momentos dificeis de sua vida politica e financeira lançaram mão da escala móvel dos salários como remédio extremo para corrigir a disparidade crescente entre a remuneração do trabalho e o custo de vida".

VANTAGEM DO SISTEMA

Prossegue o deputado Bilac Pinto :

"Uma objeção que se costuma fazer à adoção da escala móvel é a de que ela acelera o aumento dos preços. Mas, como se pode ver dos depoimentos de autores de paises onde funciona a escala móvel, o sistema suscita, ao contrário, a cooperação dos responsáveis pela produção e pela distribuição, com o govêrno, no sentido de conter a alta dos preços.

Os patrões passam a interessar-se pela politica de preços praticada pelo govêrno, o que retarda as tendências altistas dos artigos de consumo. O próprio govêrno, sob a pressão dos sindicatos e dos patrões, é forçado a tomar medidas preventivas para que o custo da vida não aumente com muita velocidade".

COMO FUNCIONA

"O sistema funcionará da seguinte maneira: a paridade básica é a existente entre o salario e o custo de vida no dia 30 de novembro de 1951. Admitamos que o indice do custo da vida de 30 de novembro de 1951 a 30 de abril de 1952 suba de 5%. Nessa hipótese, quem ganhava, por exemplo, 2 mil cruzeiros na primeira data, elevando-se o custo da vida de 100 para 105, passará a perceber Cr$ 2.200,00; quem ganhava 5 mil cruzeiros, ficará com 5.500 e assim por diante. A revisão será feita de 3 em 3 meses".

Conclui o deputado Bilac Pinto: "Achamos conveniente dispor de modo expresso que continuem em vigor os dispositivos legais que regulam o dissidio coletivo para aumento dos salários, por isso que as desigualdades sensiveis entre os salários e o custo da vida de algumas categorias sòmente poderão ser resolvidas equitativamente pelos dissidios pendentes ou por outro que forem, de futuro, suscitados".

A CRISE...

(Conclusão da 3.ª pág.)

— ocupa o Brasil o 7.º lugar no consumo "per capita", entre os paises do continente.

A RENDA NACIONAL

Disse o sr. Israel Pinheiro que, em compensação, aumentara a renda nacional, que nos últimos dez anos, passara de 45 milhões para 180 milhões de cruzeiros.

A produção industrial, de 18 biliões em 1940, passou parat biliões em 1940, passou para 120 biliões de cruzeiros, em 1950. Os Estados de São Paulo e Paraná acusavam um aumento vertiginoso em suas rendas. O primeiro, em 1940, rendeu 800 milhões de cruzeiros e, em 1950, 6.000 milhões.

E a do Paraná foi de 80 milhões em 1940 e de 1.200 milhões em 1950.

AS CIDADES E O CAMPO

Disse o sr. Israel Pinheiro que 10 milhões de brasileiros conseguiram um padrão de vida relativamente satisfatório nas cidades, sobretudo no Rio e São Paulo, onde as condições de existência se rivalizam com os grandes centros do mundo.

Mas, no interior, 35 milhões de brasileiros não possuem um "standard" minimo.

Dissertou, depois, sôbre o êxodo rural, a evasão das rendas para o litoral, as consequências da má distribuição das rendas e das emissões.

AS PROVIDÊNCIAS DE LAFER

Elogiou as providências adotadas pelo ministro da Fazenda e disse que a elas se deve o aumento de 42% nas arrecadações dos impostos até o mês de setembro do corrente ano.

AS EMISSÕES

Referindo-se às emissões, disse Israel Pinheiro que elas haviam alcançado até outubro a cifra de 2.646 milhões. Mas esclareceu que as emissões em questão se destinavam apenas às operações de redesconto na Carteira própria do Banco do Brasil.

"Nenhuma importância foi empregada na recobertura do Tesouro, que possui saldo ativo no Banco do Brasil, originário das contas de receita e despesa do exercicio naquele Banco".

AS DIVIDAS

A nossa divida externa está orçada em 2 biliões e 297 milhões de cruzeiros, enquanto a divida interna, consolidada, ascendeu a 10 biliões e 442 milhões de cruzeiros, além da divida interna pròpriamente dita, que se calcula em 5 biliões e 167 milhões de cruzeiros.

OS ESTUDOS

Aludiu depois aos estudos que estavam sendo executados por quatro comissões no Ministério da Fazenda, a fim de serem examinadas as questões relativas à reforma do imposto de renda, do imposto de importação, do imposto de consumo e de sêlo.

OTIMISMO

O sr. Israel Pinheiro mostra-se otimista no final do seu relatório.

E diz que com o aumento decorrente dessas reformas e do crescimento vegetativo disporemos dos fundos necessários para a cobertura dos encargos resultantes dos empréstimos externos e internos de que necessitamos para travar a grande batalha da produção.

"Dos resultados desta batalha — acrescentou — com a estabilização do custo de vida, é que decorrerá o fortalecimento definitivo de nossas finanças".

PROSPER E HONOLULU: DUELO EMPOLGANTE

Joqueis e favoritos - Domingo

1.º PAREO — 1.000 METROS — CR$ 40.000,00 — AS 14,30 HORAS.

		Ks	Cts
1—1	Pigalle, F. Irigoyen	56	22
2—2	Faroleda, W. Andrade	56	50
3—3	Marapuana, Mesquita	56	40
4	Olindala, P. Coelho	56	25
4—5	Farauna, M. Chirino	56	60
6	Ojeriza, A. Ribas	56	40

2.º PAREO — 1.400 METROS — CR$ 45.000,00 — AS 14,55 HORAS.

		Ks	Cts
1—1	Egil, R. Latorre	55	25
2—2	Açude, S. Ferreira	55	30
3—3	Panchito, D. Ferreira	55	18
	Sun Valley, Irigoyen	51	12
4—4	Aldebaran, D. Moreira	55	40
	Crosby, E. Castillo	55	40

3.º PAREO — 1.300 METROS — CR$ 40.000,00 — AS 15,20 HORAS.

		Ks	Cts
1—1	Cucaracha, Irigoyen	56	30
2—2	Rivera, O. Ulloa	56	25
3	Coulissac, A. Portilho	56	40
3—4	Marinheira, x.x.	56	35
5	Ovilla, A. Vieira	56	50
4—6	Obélia, R. Urbina	56	40
7	Elaegi, x.x.	56	27
8	Elanni, D. Moreira	56	27

4.º PAREO — 1.300 METROS — CR$ 40.000,00 — AS 15,45 HORAS.

		Ks	Cts
1—1	Croydon, F. Irigoyen	56	30
2	Zanzibar, R. Latorre	52	35
2—3	Graci, E. Castillo	56	40
4	Genil, D. Ferreira	56	35
3—5	Mont Royal, O. Ulloa	56	40
6	Marroquino, x.x.	56	50
4—7	Tocantins, P. Tavares	56	25
"	Madrigal, S. Ferreira	56	35

5.º PAREO — 1.000 METROS — CR$ 60.000,00 — AS 16,15 HORAS. HANDICAP ESPECIAL.

		Ks	Cts
1—1	Eagle Pass, Castillo	60	22
2—2	La Guasa, F. Irigoyen	52	40
3	Pujanza, S. Câmara	48	50
3—4	Laurina, L. Dias	56	35
5	Varally, S. Ferreira	52	40
4—6	Kurdo, x.x.	57	27
"	Sans Route, A. Port.	56	27

6.º PAREO — 2.000 METROS — CR$ 300.000,00 — AS 16,45 HORAS. G. P. Frederico Lundgren.

		Ks	Cts
1—1	Prosper, E. Castillo	50	25
2—2	Maki, não corre	57	—
3—3	Palmer, D. Moreira	50	40
4	El Gaucho, R. Latorre	57	50
4—5	Honolulu, F. Irigoyen	57	12
	Accordeon, D. Ferr.	57	12

7.º PAREO — 1.300 METROS — CR$ 35.000,00 — AS 17,15 HORAS. (BETTING).

		Ks	Cts
1—1	Holege, R. Marins	50	40
2	Vibrante, x.x.	54	50
2—3	Formiga, J. Mesquita	56	25
4	Muraa, J. Portilho	52	40
5	Lulao, S. Ferreira	52	30
3—6	Tia Vina, F. Irigoyen	54	20
7	Luisiana, I. Pinheiro	56	40
8	Maraty, L. Leite	50	50
4—9	Normalista, G. Costa	56	60
10	Pantufla, D. Moreira	52	35
"	V. do Palmar, A. Port.	56	25

8.º PAREO — 1.400 METROS — CR$ 35.000,00 — AS 17,45 HORAS. (BETTING).

		Ks	Cts
1—1	Don Pancho, O. Ulloa	54	35
2	Bingo, R. Marins	50	40
3	Toropi, J. Portilho	50	50
2—4	El Matachin, R. Filho	54	40
5	Iluano, A. Portilho	56	40
6	Reuno, S. Ferreira	56	60
3—7	Rio Formoso, Castillo	52	40
8	S. de Ouro, D. Moreira	52	35
9	Banio, G. Costa	56	50
4—10	Obélia, x.x.	52	40
11	Egregious, R. Latorre	54	35
12	Visigodo, x.x.	54	40

9.º PAREO — 1.400 METROS — CR$ 30.000,00 — AS 18,15 HORAS. (BETTING).

		Ks	Cts
1—1	Lucifer, O. Ulloa	54	30
2	Incognita, x.x.	50	50
3	Lacrau, E. Cardoso	58	60
2—4	Ruivo, D. Moreira	54	35
5	Exemplo, duv. correr	52	—
6	H. Prince, J. Mesquita	56	40
3—7	Jeffy, E. Castillo	56	30
8	Linda Dona, R. Mart.	52	35
9	Frontal, R. Filho	50	40
4—10	Carinhoso, U. Cunha	54	25
11	Veludo, P. Coelho	54	50
12	Malton, J. Portilho	52	40
"	Populino, x.x.	52	40

"LAMENTÁVEL A AUSÊNCIA DE MAKI — PROSPER MELHOR NA SÊCA — ZUNIGA CONFIANTE — PALMER O MELHOR AZAR

Já no ocaso de uma das mais felizes temporadas, organizadas pelo Jockey Club Brasileiro, será disputado domingo o Grande Prêmio "Frederico Lundgren", em 2.000 metros e com Cr$ 300.000,00 de dotação.

A oportunidade é esplêndida para um encontro entre o líder dos três anos — Prosper — e o vencedor do Derby Brasileiro de 51, um dos grandes valores da geração passada — o Honolulu.

Não está mal o páreo, entretanto, melhor estaria não fôsse a ausência de Maki, também um dos expoentes da geração última.

O representante do Stud Paula Machado teve seu forfait antecipado, por se ter agravado uma lesão de que é vítima e que muito provavelmente o afastará em definitivo das pistas.

Ainda assim, o desenrolar do G. P. Frederico Lundgren deve agradar aos mais exigentes, pois, tanto Prosper como Honolulu ostentam no momento irrepreensível estado de treino.

PROSPER MELHOR NA SÊCA

O tordilho, defensor da blusa de dona Zélia P. Castro, demonstrou por ocasião de sua vitória, sábado último, que o seu rendimento em pista anormal não é o mesmo. Não foram poucos aquêles que viram o filho de King Salmon empregar todos os recursos para levar de vencida o útil Origon. Agora, em pista sêca, o pupilo de Osvaldo Feijó, por certo, apagará a má impressão deixada naquela ocasião.

ZUNIGA CONFIANTE

O compositor do Stud Seabra está bastante otimista. Acredita mesmo que dificilmente conseguirão abater seu pensionista Honolulu. Ouvido por nossa reportagem, o preparador chileno declarou que Honolulu melhorou consideravelmente após sua derradeira apresentação. Gosta muito do páreo, achando que o líder dos três anos terá de correr muito para chegar próximo de seu pupilo.

PALMER, O MELHOR AZAR

Dos restantes, atribuímos a Palmer a condição de melhor azar da carreira. Vai com um pesinho camarada e deve produzir muito mais na relva. Seus responsáveis o têm em boa conta e esperam neste evento melhor desempenho do companheiro de Haras do líder da geração.

El Gaucho e Accordeon, muito embora ostentem ótima forma, não cremos em suas possibilidades de êxito. O segundo, por certo, poderá prestar grande auxílio ao seu companheiro de box.

VOZES DO TURF

Conforme antecipamos ontem, o nacional Maki não está em condições de competir domingo, no Grande Prêmio "Frederico Lundgren".

Além de ter trabalhado mal, o filho de Formasterus voltou a sentir de uma junta, o que o impedirá de participar de corridas.

Seu "forfait" já foi declarado e Maki entrará em cura, devendo reaparecer sòmente em 1952.

■

O cavalo Inicio vem de dois "forfaits" seguidos, em virtude da pista de grama.

O pensionista de Fernando Schneider anda como nunca e sábado deverá mostrar as qualidades, em confronto com Ramon Novarro, Pracinha, Marshall e outros menos votados.

Vão custar a agarrá-lo em 1.300 metros.

■

O tordilho Pardaillan não aparecerá mais em público esta temporada.

Celestino Gomez, seu treinador, resolveu descansá-lo três ou quatro meses antes recomeçar o seu treinamento.

PEÃO

Montarias e cotações - Sábado

1.º PAREO — 2.200 METROS — CR$ 35.000,00 — AS 14,30 HORAS. (COMPULSÓRIO).

		Ks	Cts
1—1	Giro, A. Ribas	55	40
2—2	C. Magno, E. Cardoso	58	35
3—3	Mavilis, O. Ulloa	58	30
4—4	Harem, J. Graça	58	40
5	F. Bravo, A. Dorneles	55	60

2.º PAREO — 1.200 METROS — CR$ 40.000,00 — AS 14,55 HORAS.

		Ks	Cts
1—1	Mor. Linda, P. Coelho	55	35
2—2	Titeia, U. Cunha	55	40
3—3	Dew Pearl, G. Costa	58	30
4—4	Ever Friend, Latorre	55	50
5	Bacabal, I. Pinheiro	55	40

3.º PAREO — 1.400 METROS — CR$ 45.000,00 — AS 15,20 HORAS.

		Ks	Cts
1—1	Nova Orleans, Ulloa	55	25
2—2	Pauda, D. Ferreira	55	30
3—3	Elida, O. Reichel	55	40
4	Elegal, D. Moreira	55	50
4—5	Clarinha, R. Filho	55	35
6	Indayá, J. Tinoco	55	50

4.º PAREO — 1.300 METROS — CR$ 35.000,00 — AS 15,45 HORAS.

		Ks	Cts
1—1	Inicio, D. Moreira	59	40
2—2	R. Novarro, Mesquita	58	35
3—3	Pracinha, S. Ferreira	52	40
4	Crato, J. Tinoco	49	50
4—5	Marshall, O. Ulloa	57	20
	El Campead., R. Filho	54	30

5.º PAREO — 1.300 METROS — CR$ 30.000,00 — AS 16,15 HORAS. Destinado a aprendizes de terceira categoria.

		Ks	Cts
1—1	Lôis, x.x.	56	25
2—2	Igino, P. Tavares	56	35
3	Dalmata, W. Meireles	54	50
3—4	Blaturi, R. Marins	52	40
5	Alpino, H. Oliveira	56	60
4—6	Livramento, J. Graça	56	27
7	T. Feio, A. Dorneles	55	50

6.º PAREO — 1.400 METROS — CR$ 50.000,00 — AS 16,40 HORAS.

		Ks	Cts
1—1	Bakelina, x.x.	61	40
2—2	Cupletista, J. Tinoco	48	50
3	Rifle, O. Reichel	63	60
3—4	Magana, R. Marins	45	35
5	La Pluma, P. Tavares	57	40
4—6	Espumoso, O. Ulloa	55	50
"	Saladito, S. Ferreira	56	30

7.º PAREO — 1.200 METROS — CR$ 40.000,00 — AS 17,10 HORAS. (BETTING).

		Ks	Cts
1—1	Coronet, O. Ulloa	55	25
2	Corony, D. Ferreira	55	40
2—3	El Gio, D. Moreira	55	25
4	Kaolin, J. Tinoco	55	40
3—5	Hastim, L. Leighton	55	50
6	Harubá, I. Pinheiro	55	60
4—7	Parnaso, R. Filho	55	30
8	Amarante, J. Portilho	55	40
9	Aimberê, S. Ferreira	55	65

8.º PAREO — 1.500 METROS — CR$ 50.000,00 — AS 17,40 HORAS. (BETTING).

		Ks	Cts
1—1	Taruman, D. Ferreira	54	35
"	Saraivada, R. Marins	50	35
"	Luetzow, J. Mesquita	56	35
2—2	Minguinho, I. Pinheiro	56	35
3	Estalo, D. Moreira	54	40
4	Haramun, U. Cunha	50	50
3—5	Jequitinhonha, Ulloa	54	40
6	Aquila, S. Câmara	48	50
7	Grisu, J. Marins	54	40
4—8	Intermezzo, E. Cardoso	50	30
9	Paramento, J. Portilho	54	40
10	Tapajó, x.x.	50	50
"	Intrépido, x.x.	55	50

9.º PAREO — 1.600 METROS — CR$ 35.000,00 — AS 18,10 HORAS. (BETTING).

		Ks	Cts
1—1	Maracajú, Latorre	55	30
2	Alvino, J. Tinoco	56	40
3	Landinho, J. Portilho	52	60
2—4	Hollywood, D. Moreira	55	27
5	Dehês, E. Cardoso	54	40
6	Foliador, x.x.	52	30
3—7	Aviador, C. Callieri	56	25
8	Itamoji, R. Filho	58	40
9	Grão Vizir, G. Costa	58	50
10	Darling, A. Ribas	54	60
4—11	Waldorf, A. Dorneles	56	40
12	Sulamita, O. Coutinho	56	50
13	Barcena, não corre	54	—
"	Stamina, S. Ferreira	56	50

TÊNIS DE MESA

Esta noite, a partir das 20,30 horas, na sede da União Ciclística do Encantado, será disputado o Torneio Relâmpago entre Hugo, Ivan e Wilson Severo, do Olímpico; Waldemar Duarte e Dagoberto Midosi, do Fluminense; e Batista Boderone e José Neves, do Vasco da Gama.

Titulos de Clubes

Jockey, Country, Gavea Golf e outros. Chamar: sr. Mário Carneiro na Deltec S.A. Tel.: 43-6178.

HORÁRIOS

PARTIDAS DO RIO

Dias úteis	Dom. e fer.	Sábados
7,20 16,55	7,20	7,20 14,00

CHEGADAS AO DESTINO

Dias úteis	Dom. e fer.	Sábados
10,20 19,55	10,20	10,20 17,00

PARTIDAS DE VASSOURAS

Dias úteis	Dom. e fer.	Sábados
9,30 16,00	17,00	5,30 16,00

CHEGADAS AO DESTINO

Dias úteis	Dom. e fer.	Sábados
8,30 19,00	20,00	8,30 19,00

SERVIÇO DE INFORMAÇÕES
Bar Império — Vassouras
Estação Rodoviária Mariano Procópio — Rio
43-9707

APRONTOS NA MANHÃ DE HOJE

De Mavilis, D. Pearl, Nova Orleans, Crato, Igino, Espumoso, Hastin, Haramun e Stamina, os melhores approntos para cada páreo da sabatina

1.ª CARREIRA:
CARLOS MAGNO — Cardoso — 800 em ... 54"
MAVILIS — O. Ulloa — 800 em ... 51"2/5

2.ª CARREIRA:
MORENA LINDA — Luis Coelho — 600 em ... 37"2/5
TITEIA — U. Cunha — 600 em ... 40"
DEW PEARL — G. Costa — 600 em ... 36"3/5

3.ª CARREIRA:
NOVA ORLEANS — O. Ulloa — 600 em ... 37"
ELIDA — O. Reichel — 360 em ... 23"
INDAYA — J. Tinoco — 600 em ... 37"

4.ª CARREIRA:
RAMON NOVARRO — J. Mesquita — 600 em ... 35"4/5
PRACINHA — S. Ferreira — 600 em ... 38"2/5
CRATO — J. Tinoco — 600 em ... 37"
MARSHALL — Rezza — 360 em ... 22"

5.ª CARREIRA:
LOTO — A. Portilho — 800 em ... 51"4/5
IGINO — P. Tavares — 700 em ... 45"
LIVRAMENTO — J. Graça — 600 em ... 40"
TEMPO FEIO — A. Dorneles — 600 em ... 35"2/5

6.ª CARREIRA:
CUPLETISTA — Tinoco — 600 em ... 37"
RIFLE — O. Reichel — 600 em ... 37"3/5
ESPUMOSO — O. Ulloa — 700 em ... 45"
SALADITO — Salomão — 600 em ... 38"2/5

7.ª CARREIRA:
CORONET — L. Coelho — 600 em ... 39"
COROMY — D. Ferreira — 600 em ... 37"3/5
HASTIM — L. Leiton — 360 em ... 23"
PARNASO — R. Filho — 600 em ... 38"
AIMBERÊ — Salomão — 360 em ... 23"3/5

8.ª CARREIRA:
TARUMAN — Domingos — 600 em ... 33"
SARAIVADA — Tinoco — 600 em ... 37"
LUETZOW — Mesquita — 600 em ... 38"
MINGUINHO — Pinheiro — 700 em ... 44"
ESTALO — D. Moreira — 600 em ... 39"
HARAMUN — U. Cunha — 600 em ... 36"3/5
JEQUITINHONHA — O. Ulloa — 700 em ... 44"
INTERMEZZO — Cardoso — 700 em ... 44"3/5

9.ª CARREIRA:
ALVINO — J. Tinoco — 600 em ... 35"2/5
LANDINHO — Portilho — 360 em ... 23"
DEHES — E. Cardoso — 600 em ... 39"4/5
DARLING — A. Ribas — 600 em ... 39"
STAMINA — Salomão — 600 em ... 37"

O Arbitral defenderá os cariocas das arbitragens paulistas

CONVOCAÇÃO PARA O DIA 10 FEITA PELO PRESIDENTE DA F. M. F.

O sr. Inocencio Pereira Leal, presidente da F.M.F. reunirá o Conselho Arbitral da entidade no próximo dia dez, a fim de colher opiniões e sugestões dos representantes dos clubes filiados sôbre as arbitragens do Torneio Rio-São Paulo. Nessa oportunidade ficará definida a posição dos clubes cariocas sôbre a questão, pois existe sério empenho dos clubes metropolitanos em elevar o nível das arbitragens do Torneio, mesmo sendo necessária a contratação de árbitros inglêses radicados na Argentina.

O líder faz ginástica e entra na "bola militar"

Todos os titulares contra os "cadetes"

Na manhã de hoje movimentou-se o plantel tricolor em intensa prática individual. Depois dos exercícios de ginástica a Direção Técnica deu cumprimento à movimentada disputa de futebol militar, com a participação de todos os titulares da equipe principal e de aspirantes.

AMANHÃ O ENCERRAMENTO DOS PREPARATIVOS

Com o apronto de amanhã de manhã, o Fluminense encerrará seus preparativos para o embate de domingo em Alvaro Chaves com o São Cristóvão. Pelo desenvolvimento do ensaio de ontem e de acôrdo com as condições físicas dos jogadores, o exercício em aprêço não deverá apresentar alterações e a equipe contra os "cadetes" terá a mesma formação que observou no seu último compromisso, ou seja, contra o Olaria.

O prolongamento

(Conclusão da 12.ª pág.)

Agora, porém, Josias já se encontra em vias de completo restabelecimento e Placido pensa poder contar com o seu concurso para a grande jornada internacional.

NÃO LEVARÁ REFORÇOS

Outro ponto que Placido faz questão de sublinhar: não levará reforços.

— "Nenhum jogador não vinculado ao Madureira acompanhará a delegação. Irão 20 ao todo, mas nenhum estranho. Justificava-se, em outras épocas, o lançar-se mão de jogadores de outros clubes. Hoje, porém, o Madureira tem um plantel capaz de atender às necessidades da temporada, dispensando, portanto, a apresentação de reforços".

PEDIDA AUTORIZAÇÃO

Ontem, o Madureira dirigiu-se à F.M.F. solicitando permissão para excursionar. Bogotá, Barranquilla, Medellin e Cali são as cidades a serem visitadas pelo Madureira. Em cada uma delas, serão disputados dois jogos, sendo promotora: da jornada na Colômbia o Atlético Juniors e o Sporting.

A delegação embarcará a 2 de janeiro, estreando a 6 contra o Atlético Juniors. Na chefia, seguirá o sr. Antonio Mascese (diretor de futebol, e Waldemar Silva). O técnico será Placido Monsores e massagista o veterano Apio. Será feito ainda um convite a um juiz da Federação Metropolitana de Futebol.

NOTAS TURFISTAS

Mustafá foi proibido de correr pela Comissão de Corridas paulista.

■

O cavalo Amarante foi vendido para a sra. Angelina Guzzi e já no sábado defenderá a nova jaqueta.

■

O treinador Valdemar Costa recebeu para treinar o potro Repentino, um 3 anos, filho de Apolo e Alcatéa, meio irmão de Never Looses.

■

A égua Helvita regressou ontem para São Paulo, onde continuará sua campanha.

■

O tordilho Mejor foi embarcado para o Paraná, onde ficará descansando num estabelecimento de criação de seus proprietários.

■

O pensionista de Pedro Gusso será curado da manqueira e depois regressará à Gávea.

■

Jabotia foi embarcado para um Haras, onde será aproveitado na reprodução.

■

O cavalo inglês Royal Mot já está na Gávea, alojado nas cocheiras de Alexandre Corrêa.

Royal Mot é de propriedade do sr. Augusto Maria Sisson.

Aristocilio Rocha seria indiciado

Irregular a súmula de aspirantes Fluminense x Bangu — Os indiciados desta semana

Comentava-se que o juiz Aristocilio Rocha, seria indiciado para o Tribunal de Justiça Desportiva, por irregularidades na súmula do jôgo Fluminense x Bangu, aspirantes.

OS INDICIADOS

Para esta semana, estão indiciados:

Chico, do Vasco; Manoelzinho, do Canto do Rio; e Larry, do Fluminense, todos por desrespeito ao árbitro. Argemiro, do Canto do Rio, por agressão. Alcides, do Canto do Rio, por tentativa de agressão. Francisco, do Canto do Rio, por tentativa de agressão e desrespeito ao juiz.

O Botafogo por atrazo de jôgo.

No Expediente da C.B.D. e da F.M.F.

O Canto do Rio comunicou à FMF que rescindiu — amigàvelmente — os contratos de Joel e Otacilio.

A regulamentação da profissão de atleta

O presidente da República exarou o seguinte despacho na exposição de motivos do ministro da Justiça, referente ao ante-projeto de lei que visa regular as relações de emprego e as questões delas decorrentes entre atletas profissionais de futebol e seus empregadores: "Ao Ministério do Trabalho para examinar o assunto, ouvindo também o Conselho Nacional de Desportos".

POLO AQUÁTICO

A segunda etapa do Campeonato Carioca, será realizada na tarde de sábado, com o encontro Fluminense x Botafogo, na piscina das Laranjeiras.

No domingo, jogarão Guanabara x Vasco da Gama, na piscina do grêmio do Mourisco.

REMO

As guarnições do Vasco da Gama, convocadas para as eliminatórias de janeiro, nesta capital, treinaram na manhã de hoje. Os vascaínos, como octa-campeões da cidade, deverão fornecer o maior contingente de remadores para a representação brasileira, no próximo sul-americano.

O RACING SAGROU-SE TRI-CAMPEAO ARGENTINO

Derrotado o Banfield por 1 x 0 na peleja decisiva disputada ontem — Outros detalhes

BUENOS AIRES, 6 (UP) — Reeditou-se ontem, no "match" de futebol que veio a ser decisivo entre o Racing e o Banfield, o mesmo clima reinante no encontro de sábado passado, em que houve uma verdadeira "frente popular" apoiando o Banfield contra o Racing — campeão de 1949 e 1950.

No segundo jôgo, ontem à tarde, no campo do San Lorenzo de Almagro, o Banfield viu-se alentado por três quartas partes da multidão que superlotou o Estádio dos "santos". Apesar disso, porém, o Racing mostrou mais fibra, mais equilíbrio, mais experiência.

O Racing viu-se desde o início prejudicado pelo fato de ter seu centro médio Inocencio Rastelli acusado visivelmente que se achava ressentido de uma lesão no tornozelo esquerdo, que até pela manhã havia sido conservado envolto em gêsso.

O primeiro período terminou empatado de 0x0, mas o Racing apareceu melhor como conjunto. O jôgo em si foi, porém, equilibrado, com ampla superioridade das defesas sôbre ataques.

No primeiro minuto do segundo período veio o lance decisivo, quando o artilheiro Mario Boye desferiu, da extrema direita, um dos seus tiros característicos, conquistando o "goal" que viria a ser o da vitória, garantindo para o Racing o campeonato de futebol profissional de 1951 e o título de tri-campeão argentino de futebol.

Os quadros formaram com:

RACING — Grisetti; H. Garcia e J. Garcia Perez; Gimenez, Rastelly e Gutierrez; M. Boye, Ameal, Bravo, Simes e Sued.

BANFIELD — Graneros; Ferretti e Bagnato; Caparelli, Mourino e Dangelo; Converti, Sanchez, Albella, Moreno e Tolosa.

A pequena localidade suburbana do Banfield ficou pràticamente deserta durante o jôgo, pois o comércio fechou às 13 horas e quase todos os moradores foram assistir ao jôgo.

No segundo tempo do jôgo houve um incidente sério, quando o arqueiro Grisetti, do Racing foi atingido por uma pedrada na cabeça, tendo sido socorrido no próprio campo.

Houve, também, um episódio curioso, quando a bola, num dos lances foi ter às tribunas populares. Um torcedor "fanático" destruiu-a para poder levar um pedaço do couro, como um troféu. Lançada outra bola, o Racing não a aceitou porque era branca. Uma outra foi rejeitada pelo Banfield, sob o pretexto de ser muito velha. Afinal, os funcionários do San Lorenzo conseguiram uma pelota que agradou a ambos os capitães, e o jôgo recomeçou depois de uma interrupção de dez minutos.

Logo depois da vitória, os dirigentes do Racing anunciaram que, para comemorar o feito, o clube ofereceria uma Taça de Ouro, de grande tamanho, à sra. Eva Perón.

Mais três contundidos no Botafogo

Oswaldo, Juvenal e Pirilo — Em Quitandinha — Carvalho Leite segue hoje — Paraguaio fora de cogitações

Oswaldo, Juvenal e Pirilo — além de Paraguaio — estão sob cuidados médicos, constituindo-se em dúvidas para o Botafogo.

O arqueiro está com o joelho inchado. O médio sofreu derrame, também num dos joelhos. O centro-avante voltou a sentir a antiga contusão.

EM QUITANDINHA

Ontem, após o treino de conjunto, os alvi-negros rumaram para Petrópolis, onde ficarão concentrados no Hotel Quitandinha.

SEGUE HOJE

Carvalho Leite, sòmente hoje seguirá para aquela cidade, uma vez que ontem, não pode acompanhar seus pupilos.

O extrema Paraguaio não seguiu, já que sua presença no jôgo com o Madureira está fora de cogitações.

Concentra-se o líder

Inicia-se hoje às 21 horas a concentração do Fluminense. Como de praxe o plantel tricolor ficará no "casarão" da rua Mário Porteia, aguardando o prélio com o S. Cristovão em Alvaro Chaves.

Não quer ser reeleito presidente do Bonsucesso

E não tem candidatos o sr. Crisman

O sr. José Crisman não aceitará a indicação de seu nome para a presidência do Bonsucesso. O atual estado de saúde do paredro leopoldinense não permite a sua continuação na investidura, e é seu pensamento ter um largo período de repouso.

REUNIÃO DO CONSELHO DELIBERATIVO

O Conselho Deliberativo do grêmio "rubro-anil" está convocado para o próximo dia 15, a fim de que se processem mudanças no atual estatuto. Nessa oportunidade, José Crisman, oficialmente, se manifestará contrário à indicação do seu nome e bem assim comunicará que a atual Diretoria não tem candidato algum a recomendar.

"DESCAMISARAM" O RACING

BUENOS AIRES, 6 (UP) — Ao terminar o encontro entre os quadros do Racing e do Banfield, em que o primeiro se sagrou campeão argentino de 1951, os torcedores invadiram o campo e "descamisaram" os jogadores campeões. Os "cracks" do Racing deixaram o campo sem suas camisas, já que estas foram arrancadas de seus corpos pelos torcedores fanáticos, que desejavam guardá-las em sua casa como recordação.



RECUSOU-SE O VASCO DA GAMA A DAR RESCISAO DE CONTRATO AO SEU PONTEIRO ESQUERDO DEJAIR

DEPENDE DOS RESULTADOS DOS ENCONTROS NA COLOMBIA O PROLONGAMENTO DA EXCURSÃO DO TIME DO MADUREIRA

DELIO QUER "CARTA BRANCA" PARA CONTINUAR NO AMERICA

AGUARDA O PRONUNCIAMENTO DO CLUBE PARA DECIDIR

DELIO NEVES LEVOU OS ABACAXIS PARA DESCASCAR EM SANTA BRANCA



Nem é preciso dizer que não houve pose. Aí está a surpresa retratada no rosto de Delio, quando se virou para atender quem o chamava. Estava longe de supor fôsse um fotógrafo — de máquina já regulada, pronta para a foto indiscreta: Delio Neves, técnico do América, leva "abacaxis" para descascar em Santa Branca. E, na verdade, nunca os teve tantos. Nunca, certamente, os teve em tão grande quantidade — principalmente daqueles que costumam ser aspeados nas notícias dos jornais. A êsses, porém, prometeu o repórter não fazer alusão, deixando de lado possíveis "simbolismos", quaisquer que fôssem. Quem parece, porém, estar lembrando coincidências e "abacaxis" (assim mesmo, aspeados) é o dr. Waldemar Areno (médico do clube), visto em segundo plano. Ri gostosamente da posição equívoca do treinador...

TRIBUNA DA IMPRENSA

ANO 3 — N.º 600 — QUINTA-FEIRA, 6 DE DEZEMBRO DE 1951



CIRO ARANHA E AMARAL OSÓRIO

Dois do "bate-papo" vascaino que continuam escolhendo nomes e vendo com muitas simpatias a candidatura J. S. Rocha

"Agora eu quero tirar umas férias," diz o treinador

Delio Neves ainda não decidiu se continuará ou não no América na próxima temporada. Depende a sua resolução, da proposta que lhe fôr apresentada para a permanência e — acima de tudo — da concessão ou não de plenos poderes, de "carta branca" para dirigir o time.

Esse, aliás, o ponto vital da questão. Delio insiste e faz questão de frisar que só continuará no América se permanecerem as facilidades para o seu trabalho — livre e desembaraçado de qualquer interferência, seja de quem fôr, em suas atividades.

AGUARDA A PALAVRA DA NOVA DIRETORIA

Delio lembra o seu ingresso no América — primeiro como chefe do departamento técnico, vindo do Madureira, depois, já a convite do senhor Fábio Horta, como treinador efetivo do quadro:

— "Tudo apenas mediante entendimentos verbais. Nada de contratos, nada de papéis escritos, apenas a minha palavra e a dêle. Já agora, porém, parece que tudo mudará. Virá nova diretoria — e eu não sei se os novos dirigentes irão assegurar-me as mesmas facilidades de trabalho que me foram concedidas de inicio. Com plenos poderes para orientar e escalar o time. Por isso, aguardo os acontecimentos, para, então, poder pronunciar-me definitivamente. Aguardo uma proposta concreta do clube, quando fôr a ocasião, para, então, manifestar-me de acôrdo com o que exigirem os meus interêsses".

Por agora, Délio só pensa em uma coisa: descansar.

— "Dar um pouco de repouso a essa cabeça que já vai sentindo os efeitos de tanto trabalho, de tanta agitação. Feito isto, creio que estarei em forma para decidir sôbre o meu destino, da forma que melhor me convier", finalizou Délio Neves.

PERU, MÉXICO, BOLÍVIA, CHILE, CUBA E COSTA RICA, NO ITINERÁRIO DO TRICOLOR SUBURBANO — LANÇAMENTO DE JOSIAS DURANTE A TEMPORADA



JOSIAS E O MEDICO

Ficará na dependência dos resultados que vier a obter em suas apresentações na Colombia, o prolongamento da excursão do time do Madureira até Cuba, México, Costa Rica, Peru, Bolivia e Chile.

Esse o resultado dos entendimentos que vinham sendo mantidos pelo clube carioca, já noticiados por TRIBUNA DA IMPRENSA. Um fracasso durante a jornada, poderá servir de motivo ao cancelamento do restante do programa: o sucesso repetido será uma garantia do cumprimento de tôdas as etapas, com jogos nos sete paises.

UMA NOVIDADE QUE PROMETE

Nessa temporada pelo exterior, Placido Monsores, treinador da equipe do Madureira, pensa apresentar uma novidade. Uma antiga aquisição do clube que ainda não foi possivel aproveitar. E' Josias, jogador baiano, que já se encontra em Conselheiro Galvão há meses e que não tem condições de jôgo presentemente.

Josias já veio para o Madureira com o braço esquerdo quebrado (fratura exposta) e, inclusive, com um aparelho ortopédico no membro atingido para evitar o atrofiamento muscular — de tal forma se manifestou sério o acidente.

(Conclui na 11.ª pág.)

A FRANÇA VAI ASSISTIR AO BONSUCESSO

Paris conhecerá o Bonsucesso.

Depois de exibições na Turquia e na Siria, o clube da Leopoldina atenderá a um convite que recebeu de clubes franceses, incluindo no seu mapa de viagem uma parada na "Cidade Luz".

O contrato da "tournée" do Bonsucesso será assinado dentro de quatro dias. O clube carioca será pago em moeda turca, e em cada um dos seis jogos que realizará, na Turquia, deverá receber Cr$ 45 mil.

A Siria e a França serão as últimas etapas da temporada internacional do próximo ano, a ser encetada pelo Bonsucesso.

REFÔRÇOS DO SUL

E o Bonsucesso não quer fazer má figura. O seu presidente acha que êle não comprometerá o renome do futebol nacional, se obtiver o refôrço de dois bons extremas sulinos.

BORRACHINHA

Um dos astros que o Bonsucesso levará a Paris

SALTOS ORNAMENTAIS

Na piscina das Laranjeiras, na manhã de domingo, será disputado o "3.º Concurso Oficial", dentro do qual disputar-se-á o Campeonato de Juniors.



FLAVIO COSTA

"Quem é Genuino?"

GENUINO, ILUSTRE DESCONHECIDO PARA O TÉCNICO DO FLAMENGO

Flavio Costa não conhece o Genuino, do Madureira.

Pelo menos como técnico do Flamengo êle não conhece o rapaz que está fazendo sucesso no comando do ataque do clube suburbano.

E assim "como poderia interessar-me pelo seu concurso?" — Flavio Costa pergunta.

"Como poderia recomendar ou alimentar qualquer pretensão de conquista de Genuino, com a diretoria do meu clube? São mais boatos... Podem crer" — Flavio desmentia a aquisição de Genuino pelo Flamengo para a temporada de 1952.

Bate-Bola

NAO E' DE MUITO ESFORÇO — Porque o campo do River fôra interditado, o América viu-se obrigado, em cima da hora, a transferir o seu treino matinal de ontem para a cancha do Madureira.

Tudo assim de improviso, sem forma e jeito de avisar todos os profissionais. Por isso, alguns foram mesmo ao River e, é lógico, deram com o nariz na porta... Entre estes, o Miguel e o Heleno. O primeiro, moço de bons hábitos e bons costumes, não se perturbou com o desvio e acabou mesmo em Madureira.

Já o "outro"... O "outro" não — pois que isso de andar em subúrbios não foi feito para êle que é de Copacabana e gastar os pesinhos só na areia, em manhã de sol. Por isso, deu as costas, sacudiu os ombros e... praia, pra que te quero!...

■

E HOUVE TRABALHO — Não se diga, sequer, que ir ao Madureira seria perder tempo. Seria coisa vã e sem proveito. Basta ver que até mudanças de táticas houve. Por exemplo: Ranulfo começando pela direita, com Maneco pela esquerda. Depois, trocaram de posições e, certo, voltando ao normal, mas nunca perdendo uma oportunidade de dar um "bordejo" pelo lado de lá, enquanto o companheiro vinha para o lado de cá... Está claro, não?

"ROCHINHA NÃO FOI QUEIMADO E' O CANDIDATO QUE ESTA' AFLORANDO"

UMA BAGATELA (CR$ 130 MIL) A TEMPORADA DO RACING

A temporada do Racing no Rio que será cumprida no periodo de 7 & 27 de janeiro de 1952 no Estádio Maracanã, e que prevê dois jogos (Vasco e Fluminense) e opção para mais um (Flamengo) será realizada por uma bagatela. Segundo apuramos os dois clubes patrocinadores da temporada gastarão apenas Cr$ 130.000,00 uma vez que nada desembolsarão com o transporte dos jogadores, pois essa despesa correrá por conta dos clubes colombianos que patrocinam, êste mês, uma série de jogos do tri-campeão argentino na Colômbia.

A MESA REDONDA SOBRE O "PASSE

Novas manifestações de solidariedade e apôio têm chegado à TRIBUNA DA IMPRENSA, para a realização da "Mesa Redonda do Passe", em data da próxima semana ainda a ser anunciada.

Hoje temos as manifestações de outros desportistas, figuras de prôa no cenário esportivo e de um professor e autoridade em legislação trabalhista:

O SR. INOCENCIO PEREIRA LEAL, presidente da Federação Metropolitana de Futebol, referindo-se à realização da Mesa Redonda, disse:

"De antemão, pela minha formação democrática, não poderia recusar um debate. Como advogado acostumado ao trato das leis trabalhistas, também não poderia ausentar-me. E, finalmente, como desportista, não posso deixar de louvar a iniciativa. Irei com um ponto de vista formado, naturalmente à procura de outros e da luz que trazem as discussões entre homens que pensam".

O professor Humberto Grande, procurador geral da Justiça do Trabalho, desportista desde a mocidade, interessando-se pela iniciativa deste jornal, ponderou: "Interessome vivamente pela matéria. E reputo magnifica a realização dêsses entendimentos. Creio que assim pensarão igualmente todos os homens que se interessam pelo esporte".

O coronel Otávio Menezes Pôvoa, presidente do Clube de Regatas Vasco da Gama, aceitando o nosso convite: "Aceito a convocação e a formula encontrada pela TRIBUNA DA IMPRENSA para provocar melhores esclarecimentos. O Vasco da Gama não deixará de se fazer representar".



INOCENCIO LEAL

A FMF estará presente

Declarações de Cyro Aranha — Inocêncio Pereira Leal tem ainda três obstáculos a remover, antes de dar o "sim"

"A candidatura José da Silva Rocha ainda não foi queimada. Continua aflorando. Poderemos vir a consumá-la e a oficializá-la numa futura reunião que teremos, quando explicaremos a nossa posição, na próxima quarta-feira", — definiu-se o sr. Ciro Aranha, lider da "Turma do Bate-Papo" no Vasco da Gama.

O NOME DE INOCENCIO

A vontade da Ala Independente (a de renovação) em lançar o nome do sr. Inocêncio Pereira Leal como sua bandeira no próximo presidencial de fevereiro no Vasco — foi assim comentada pelo sr. Ciro Aranha:

— "Não poderiamos deixar de respeitá-lo e prezá-lo. O dr. Inocêncio é um vascaino digno. A sua presença, entre os candidatos na eleição do Vasco, será mais uma demonstração da grandeza democrática do nosso clube. Uma eleição sem essa competição parece-me incompleta".

AS RAZÕES DAS DUVIDAS

O sr. Inocêncio Pereira Leal, por sua vez, explicou as razões que o estão impedindo de dar o "sim" oficial aos moços que querem vê-lo como presidente do Vasco.

Disse à TRIBUNA DA IMPRENSA o presidente da FMF:

"Não posso aceitar a minha candidatura sem antes procurar remover três óbices:

1 — Devo uma explicação, uma satisfação aos clubes que confiaram em mim e me fizeram presidente da FMF. Além do mais, pelos estatutos da casa, não posso acumular os dois postos. Teria que, fatalmente, optar por um. E se o fizesse em favor da minha candidatura no Vasco, seria obrigado a desincompatibilizar-me o quanto antes. E êste é o primeiro caso a estudar.

2 — Minha vida profissional. Minhas atividades extra-esportivas.

3 — Um compromisso que tenho com a senhora Inocêncio Pereira Leal, que espera, sòmente, o fim do meu mandato na FMF — para reconquistar o primeiro Inocêncio, que ela conheceu: aquêle que foi um homem de letras, que tinha uns poemetos a concluir".

Quatro desfalques no quadro do Madureira

As grandes dúvidas do técnico

O Madureira tem quatro problemas a resolver na semana botafoguense.

Antes de qualquer outra coisa, o técnico Plácido Monsores quer ter a palavra final do departamento médico sôbre o estado atlético de quatro dos seus titulares: Weber, Genuino, Betinho e Agnelo.

UM QUE VOLTA

Walter que esteve ausente dos recentes compromissos do Madureira voltará aos treinos. Se aprovar formará, com Agnelo de "center half", a intermediaria madureirense. Bitum, por isso, será deslocado para a zaga.

A MAIOR AMEAÇA

De todos os contundidos, Genuino (chefe de ataque) é o que requer maiores atenções e causa grandes preocupações. Se não melhorar, Alfredinho será lançado em seu lugar.



Ranulfo, Osni, Valter, Osvaldinho e Dimas (de chapéu) quando partiam para a concentração



Hilton Viana e Rubens disputarão a posição de "half-back" direito

Essa, a única dúvida na equipe do América que jogará com o Flamengo — Ivan, o único titular a não seguir para Santa Branca — Confirmado o reaparecimento de Walter na extrema-direita

Entre Hilton Viana e Rubens, será escolhido o médio direito do América para o jôgo de sábado com o Flamengo. Até ontem, quando seguiu a delegação para Santa Branca, Délio Neves, preparador da equipe rubra, não se tinha pronunciado sôbre a matéria, preferindo ainda aguardar alguns dias antes da decisão.

REAPARECERA WALTER

A única modificação definitivamente assentada no quadro do América, para sábado, é a inclusão de Walter. Jogará êste de extrema-direita, em substituição a Natalino. Na ponta canhota, será mantido Nivaldino e Dimas no comando, não se efetuando, assim, as anunciadas substituições.

Dos titulares escalados para o "match" com o Flamengo, apenas Ivan deixou de seguir. Além de dentista, com consultório no Rio, Ivan é também funcionário municipal, não lhe sendo possivel no momento permanecer em Santa Branca. Por isso, foi dispensado.

Por outro lado, os únicos suplentes a embarcar foram Hilton Viana (candidato ao pôsto de Rubens) e Natalino.

ESCALAÇAO DO QUADRO

A escalação prevista para o quadro do América que jogará domingo é a seguinte: Osny; Joel e Osmar; Hilton Viana (Rubens), Osvaldinho e Ivan; Walter, Maneco, Dimas, Ranulfo e Nivaldino.

O "CRACK" FORA DO GRAMADO

ALFREDO, O POLICIA ESPECIAL N.º 138 — GANHA POUCO, POR ISSO NÃO PODE AINDA DEIXAR O FUTEBOL — CAMPEÃO DE DAMAS DA CORPORAÇÃO

Reportagem de Araújo Júnior

O Policia Especial n. 138 é o Alfredo do Vasco. Fora do gramado Alfredo II exerce suas funções de policial, na corporação do Morro de Santo Antônio.

E' disciplinado, estimado por todos os companheiros. Não é arbitrário, e procura servir ao público com urbanidade, êsse mesmo público que o aplaude nos estádios e que o tem incentivado sempre em seus dias bons e maus do futebol.

GANHA POUCO

Alfredo ainda não pode deixar o futebol. Percebe ordenado modesto na P. E. mas aguarda promoção para breve. Por enquanto ainda não é graduado. O futebol é ainda o seu "forte" pois ganha 7 mil por mês. Guarda tudo para o enxoval pois pretende casar-se muito breve.

— "Vou fazer carreira na Policia. Enquanto o futebol estiver dando, vou jogando, mas as pernas da gente envelhecem primeiro que o resto e por isso estou preparando o futuro."

EXTREMA ESQUERDA TAMBEM

Alfredo que já é famoso pela eficiência em diversas posições num quadro de futebol, é o extrema esquerda da equipe do 3.º Grupo no campeonato interno da Policia Especial. Sua equipe está em segundo lugar e muitas pelejas já foram decididas por êle.

CAMPEÃO DE DAMAS



Nas horas de folga, dentro do plantão de 24 horas por 72 Alfredo dá preferência ao jôgo de damas. Normalmente não encontra adversário, pois todos o reputam como "campeão" da P.E.

E' que fora do serviço, Alfredo nada leva a sério e quando está perdendo uma partida, "distraidamente" vira o tabuleiro. Está invicto até agora.

MESA REDONDA DA REFORMA AGRÁRIA

Segundo caderno

TRIBUNA DA IMPRENSA

ANO 3 — N.º 600 — QUINTA-FEIRA, 6 DE DEZEMBRO DE 1961

DEFINIDO O QUE SEJA REFORMA AGRÁRIA — OBJETIVOS – O PROBLEMA DO EMPRÊGO – AS VÁRIAS REGIÕES DO PAÍS – O CAMPO NÃO ABSORVE E A CIDADE ATRAI – COOPERATIVAS E SINDICATOS

DEFINIÇÃO DA REFORMA AGRÁRIA

Os componentes da mesa redonda aprovaram o seguinte conceito de reforma agrária emitido pelo deputado Nestor Duarte

"Reforma Agrária é a revisão, por processos diversos, de relações jurídicas e econômicas dos que detêm e trabalham a propriedade rural, visando a modificação do domínio e posse da terra e a distribuição da renda líquida".

PARTICIPANTES DA MESA REDONDA

No debate sôbre a reforma agrária promovido pela TRIBUNA DA IMPRENSA, tomaram parte as seguintes pessoas:

MESA

General Juarez Távora, D. Geraldo Proença Sigaud, bispo de Jacarezinho, desembargador Seabra Fagundes, deputados Nestor Duarte, Alberto Deodato e Aloísio Campos; sr. Rômulo de Almeida, economista, oficial de gabinete da Presidência da República; sr. José Arthur Rios, sociólogo; prof. Nelson Romero, diretor do Departamento Nacional de Educação; sr. Valdiki Moura, técnico-cooperativista; sr. Hanns Ludwig Lippmann, professor da Universidade Católica; sr. J. Fernando Carneiro, médico; sr. José Irineu Cabral, do Ministério da Agricultura, representando o ministro João Cleofas; monsenhor Pascoal Gomes Librelotti; padre Roberto Paoletti, do Rio Grande do Sul.



Na redação da TRIBUNA DA IMPRENSA: inicia-se o debate

TRIBUNA DA IMPRENSA — Êste jornal se define por não ser apenas um jornal de oposição, e sim, um jornal de posição. A nossa pretensão, muito grande, na verdade, é de firmar posição sôbre os problemas fundamentais do nosso país, com a firme intenção de procurar a verdade e proclamá-la sempre que julgarmos tê-la encontrado.

O nosso encontro de hoje é dos mais significativos da vida dêste jornal, seja pela gravidade e importância do assunto, seja pela das pessoas que nos honram com sua presença.

25 a 50 projetos

O sr. Rômulo de Almeida, entregou-nos, antes de iniciada a reunião, uma coletânea dos projetos que visam uma contribuição à elaboração do Código Rural. Tivemos oportunidade de verificar que êsses projetos, referentes à parte geral, somam já no Congresso um total de 25. Os relativamente à assistência financeira ao campo são outros 25. Os concernentes à assistência social, outros seis. Portanto, em andamento — ou parados — no Congresso, encontram-se já 56 projetos, afora aquelas achegas ou contribuições que, evidentemente, têm de ser levados em linha de conta.

Êsse problema da reforma agrária, ao qual, como todos sabem, Joaquim Nabuco se referiu em seu tempo dizendo que, se fôsse feita naquela época, já o seria com um século de atraso, arrisca-se a se atrasar de outro século se os homens que têm a responsabilidade de encaminhar a opinião pública e os órgãos do govêrno, em nosso país, não se decidirem, como os senhores, hoje, a dar uma contribuição de esclarecimento recíproco. Os nossos encontros visam menos à conclusão dogmática do que ao esfôrço de esclarecimento. Pretendemos, por assim dizer, "depenar" o problema, tirar aquilo que é supérfluo ou acessório e reduzi-lo aos seus estreitos e precisos limites.

Assim é que, desde logo, para abrir a reunião — pois confesso estou numa dificuldade enorme para saber a quem me dirijo em primeiro lugar, pois a hierarquia nesta "Mesa Redonda" é, para mim, sumamente complicada — começaria perguntando: a que chamamos Reforma Agrária?

Temário

O SR. NESTOR DUARTE — Se me permite uma interrupção, proporia como Temário o seguinte:

1.º) O que se entende por Reforma Agrária.

2.º) Seus objetivos específicos e seus objetivos correlatos.

3.º) Oportunidade da reforma agrária.

4.º) Processos de reforma agrária.

5.º) Reforma agrária para o Brasil.

TRIBUNA — Creio que estamos todos de acôrdo quanto à seriação. Pediria, então, neste caso, ao deputado Nestor Duarte, que, entre outras coisas, tem um projeto que se reporta à reforma agrária, que começasse por dar a sua definição.

O SR. NESTOR DUARTE — Gostaria de ouvir primeiramente a opinião dos demais participantes, pois que estou certo, a melhor definição será a que resultar da discussão dos debates. Já, porém, que propus um roteiro, não é justo que fuja ao convite que me faz Carlos Lacerda.

A primeira dificuldade que enfrentamos é a do conceito de reforma agrária. O que é reforma agrária?

Inicialmente, devemos dizer que há uma diferença substancial entre reforma agrária e lei agrária. Tôda reforma agrária é uma lei agrária, mas nem tôda lei agrária é uma reforma agrária. Há, pois, algo de específico, de característico numa reforma agrária, que a torna uma lei singular entre as chamadas leis agrárias de um país.

O que é reforma agrária

A meu ver, tôda reforma agrária há de ser uma reforma de caráter jurídico e econômico, visando a revisão das relações jurídicas e econômicas dos que detêm trabalho na propriedade rural, com o fim de modificar ou alterar o domínio e a posse da terra e a distribuição da renda líquida. Em têrmos mais explícitos: é a revisão, por processos diversos, das relações jurídicas e econômicas dos que detêm e trabalham a propriedade rural, visando a modificação do domínio e posse da terra e a distribuição da renda líquida. Êsse o conceito que me parece o mais preciso do que se pode chamar ou conceituar uma reforma agrária.

Esta é, antes de tudo, a definição de quem apresenta o problema, de quem provoca a discussão e, naturalmente, a divergência dos ilustres companheiros presentes. Atendendo, porém, ao convite de Carlos Lacerda, dei como que um comêço, uma tentativa de conceito do que seja reforma agrária: é a revisão por processos diversos, porque há processos pacíficos e revolucionários, das relações jurídicas e econômicas dos que detêm e trabalham a propriedade rural, visando a modificação do domínio e posse da terra e a distribuição da renda líquida.

TRIBUNA — O general Juarez Távora, quando ministro da Agricultura e na Constituinte de 34 e, depois disso, na sua longa e profícua vida de homem público, tem sido um dos homens que mais se têm ocupado do problema. A tal ponto que é realmente um dos poucos homens públicos no Brasil aos quais já nos podemos referir dizendo que realmente contribuiu para o esclarecimento do problema, como com êste plano que tenho em mãos, de sua autoria, "Plano Geral de Organização e Defesa da Produção, à base Sindical-Cooperativa". Êsse o seu grande sonho quando ministro da Agricultura. E como êle continua, graças a Deus, sonhador, pediria que desse a sua contribuição a êsse primeiro ponto da Agenda: conceito de reforma agrária.

O SR. JUAREZ TÁVORA — Nada poderia acrescentar à definição dada pelo deputado Nestor Duarte porque ela abrange conceitos jurídicos e econômicos e, dentro dêste conceito econômico, abrange uma tal latitude no se processar a modificação das relações jurídicas e econômicas entre os proprietários e os dependentes da exploração da terra e da transformação da propriedade e dos lucros provenientes dessa exploração, que creio que não há outras palavras capazes de abranger de maneira mais completa o problema, encarado na sua complexidade total.

Concordo, pois, inteiramente com a definição dada pelo deputado Nestor Duarte do que se entende por reforma agrária, nela cabendo, a meu ver, o que foi exposto neste "Plano de Organização e Defesa da Produção".

TRIBUNA — Tenho uma dificuldade muito grande, como moderador dos debates — para melhor definir a minha função aqui — que é estar provocando um por um. Não esqueceria ninguém, mas não quero pedir a alguém que fale, deixando os demais calados. Peço, portanto, aos senhores presentes que dêem a sua contribuição sem esperar por uma provocação de minha parte.

Seria necessário, a meu ver, nesta fase de definição, ouvirmos a palavra de alguém que, de certa forma, representa aqui, embora sem credencial, o pensamento de uma instituição que tem contribuído, no mundo inteiro, para a solução do problema agrário e que, neste momento, no Brasil, através da Pastoral do Bispo de Amazonas, através do atual bispo do Maranhão e de outras manifestações coletivas e isoladas dos seus membros, tem feito um esfôrço real no sentido de conceituar o problema. Em suma, pediria a palavra do bispo de Jacarèzinho, para que exponha o seu conceito de reforma agrária.

Não é Serviço Social Rural

O SR. D. GERALDO DE PROENÇA SIGAUD — Em primeiro lugar, devo dizer que essa tentativa, êsse esfôrço de definir a reforma agrária é essencial para clareza dos debates e do assunto. Frequentemente, se vê uma certa confusão neste campo, quando se fala em reforma agrária e se quer falar em serviço social rural. Êsses dois conceitos têm de ser bem definidos e separados, porque há muita coisa que entra na assistência social rural e que não entra numa reforma agrária e a necessidade de uma reforma agrária não s. pode, também, cobrir com a necessidade de uma reforma em certas condições sociais do campo.

Já êste nosso esfôrço de separar as duas coisas é imensamente benéfico. Separados bem êsses dois campos — reforma agrária, pròpriamente dita, e assistência rural, assistência ao trabalhador do campo — creio que podemos aceitar essa definição da reforma agrária como sendo, de fato, a revisão das relações dos que detêm e trabalham a propriedade. Não é, porém, necessàriamente só isso, e nem é necessàriamente preciso que se faça só isso. Nem tôdas as relações precisam ser revistas. Haverá, em certos casos concretos, necessidade de uma revisão dessas relações concretas, porém, se tomarmos como definição universal de reforma agrária a de revisão das relações, poderemos dizer que, no Brasil, há necessidade de uma reforma e não há. Há necessidade, enquanto essas relações provocam situações sociais, que não são benéficas, são duras, que não são sadias. Não há necessidade dessa reforma se uma revisão dessas viesse tocar no próprio princípio da propriedade, que, creio, não é o sentido da palavra.

Revisão de relações

Reforma agrária, portanto, será a revisão de certas relações e não das relações totais, porque a base das mesmas creio ser intangível. Não generalizaria, porque, senão, estaríamos atacando tôdas as relações e nem tôdas necessitam de revisão.

O SR. NESTOR DUARTE — Depende. Há reformas mais radicais e menos radicais. Há umas que expropriam totalmente e outras que tocam, digamos, na posse, outras na distribuição da renda líquida.

Tôda e qualquer reforma agrária há de rever, em maior ou menor quantidade, as relações jurídicas e econômicas, porque é preciso dar um conceito universal a fim de incluir qualquer tipo de reforma que haja ocorrido no mundo.

O SR. D. GERALDO DE PROENÇA SIGAUD — A formulação "reforma agrária é uma revisão de relações" talvez atendesse melhor a essa elasticidade que o conceito deve ter. Do contrário, parece que ela vai atingir a tôdas as relações, quando isso não é necessário.

O SR. NESTOR DUARTE — Pode-se atingir, por exemplo, o domínio sem atingi-lo. A revisão de relações de domínio não implica na extinção do mesmo.

A reforma agrária, no meu modo de pensar, há de abranger essas duas relações: o domínio da posse e a distribuição da renda líquida. E' evidente que não faço uma afirmativa quanto ao grau e à intensidade da reforma.

Depois de 1918, nos países da Europa central, há reformas agrárias que são semelhantes àquela que a Itália pretende fazer, mas que atingem muito menos o vínculo da propriedade do que o domínio da posse, como a Rússia fez. Aliás, a Rússia não fez a reforma de uma só vez. Empreendeu várias reformas, até a fase final, em que procurou abolir, totalmente, a propriedade privada.

Reforma é retôrno

O SR. NELSON ROMERO — Peço licença para interrompê-lo a fim de fazer observações que me parecem necessárias e indispensáveis.

Aqui no Brasil temos uma situação de fato e queria, antes de entrar nessa situação, penetrar num conceito mais amplo, para que possamos entender a matéria. Reformar é dar nova forma ou voltar a uma forma antecedente reputada boa. E' sempre muito interessante partirmos da definição etimológica para cairmos na real. Ora, reformar é voltar a uma forma antiga. Haveria no Brasil, antigamente, alguma forma boa de trabalho agrário, de detenção do campo, de posse da terra para trabalhar e de trabalho desta terra? Primeira pergunta e primeiro obstáculo.

Tenho em mãos um livro da ONU que apresenta teses importantes a respeito.

Se não tínhamos essa situação, o sentido da reforma seria o de procurar qualquer coisa que nos sirva agora, a fim de sairmos da situação em que estamos para entrarmos noutra melhor. "E' deformate reformare para depois a reformate informare e depois ainda a informate confirmare". Deveríamos partir da matéria que temos em mãos para constatarmos a coisa, darmos precisão a esta coisa e, depois, entrarmos, em conjunto, na vida perfeita do campo ou dos trabalhadores do campo.

Vejo que a ONU, que trabalhou muito nesta parte, com ótimas soluções, apresentou idéias muito sérias na sua conclusão.

(Continua na 2.ª pág.)

DEFINIÇÃO DE POSIÇÕES

— "A mesa redonda sôbre Reforma Agrária, se encarássemos apenas êste seu aspecto, serviu como uma definição de posições" — declarou-nos o sr. José Arthur Rios, um dos participantes da mesa redonda.

OPINA NESTOR DUARTE

O deputado Nestor Duarte assim se expressou sôbre a Mesa Redonda:

"Foi uma iniciativa excelente. Primeiro, porque conseguimos definir, afinal, o que é Reforma Agrária; depois, porque estabelecemos as premissas de como será possível realizar essa Reforma no Brasil.

— "Conviremos, entretanto, que as horas de debate não conseguiram esgotar o assunto, pela sua amplitude e complexidade. Seria de tôda utilidade, portanto, que em futuro bem próximo, a TRIBUNA DA IMPRENSA prosseguisse na discussão do assunto".

Reforma Agrária
FALA ALBERTO DEODATO

Foi a seguinte a impressão do deputado Alberto Deodato:

"Achei sobremodo elogiável a iniciativa de um jornal da oposição — ou apenas de posição, conforme se tem intitulado a TRIBUNA DA IMPRENSA — promovendo um debate tão elevado como aquêle sôbre a Reforma Agrária.

— "Faço votos para que outras Mesas Redondas se realizem na TRIBUNA, focalizando todos os grandes problemas nacionais".



MESA REDONDA DA REFORMA AGRARIA

(Continuação da 1.ª pág.)

E' necessário, nos países como o Brasil, partirmos da observação do "stato quo", do estado em que se encontram as coisas que se devem trabalhar para estabelecermos o serviço social em geral e o serviço social no campo.

O sr. deputado Nestor Duarte falou de uma revisão das relações jurídicas e econômicas, porque partiu destas, tendo em vista a lei, não considerando a situação social do Brasil. No mundo, hoje, antes de mais nada, grita-se e brada-se pela verificação da situação social, a fim de se poder sustentá-la.

Uma sociedade agrária

O SR. NESTOR DUARTE — Pelo interêsse apenas de concretizar o assunto.

O SR. NELSON ROMERO — Temos uma sociedade agrária e devemos atender a ela.

O SR. NESTOR DUARTE — Tôda reforma agrária acabará sendo concretizada numa revisão legal.

O SR. NELSON ROMERO — Evidentemente. Mas teremos de trabalhar para isso.

Partiu a ONU do princípio de que todo trabalho nesse sentido se deve originar da idéia já experimentada de que são necessários vários anos para se obterem realizações que permitam o apoio firme, real, da construção que se deve e quer empreender. Em outras palavras: as minhas objeções visam dar a todos uma conceituação das necessidades reais do Brasil.

Para uma definição do que seja reforma agrária, devemos inicialmente verificar a situação real do Brasil para, vendo o que precisa o nosso país, dizermos: no Brasil, para uma reforma do trabalho no campo, se deve ter em vista tais e tais objetivos.

Aqui vim para aprender e ouvir o que se deve fazer. Mais tarde, evidentemente, depois dessa definição, vamos ver o que tentamos fazer. Todavia, vou sugerir algumas coisas.

Solução: escolha das necessidades que são indispensáveis verificar para se lhes dar remédio. Quais as necessidades do nosso trabalhador do campo, da nossa produção, da nossa situação com relação ao trabalhador no campo? Qual a industrialização do trabalho, qual o aproveitamento, o que possuímos para transporte? O que temos feito? Devemos partir daí.

Apenas estou dando uma sugestão para ser esclarecido pelo deputado Nestor Duarte.

O SR. NESTOR DUARTE — Não temos posição contrária nessa dialética de V. Excia.

O SR. NELSON ROMERO — V. Excia. deu uma definição muito interessante, mas que é geral. S. Excia. Revma. disse que devemos fugir do geral. Por isso, vou a um caso individualizado, que é o brasileiro. Temos necessidade premente de criar uma situação nova, quer espiritual, quer real.

Estávamos desejando criar alguns grupos em São Paulo, visando a educação do homem do campo. E o meu amigo dr. Artur Rios está fazendo coisas muito interessantes nesse sentido, naquele Estado. O dr. Alberto Pascale também está conseguindo coisas admiráveis, preparando homens que estavam sem poder trabalhar e que não eram capazes de fazer qualquer coisa antes. Ele procura transformá-los em criaturas aptas para o trabalho no campo, integrando-os na sociedade.

Essas minhas observações têm apenas por objetivo provocar esclarecimentos nesse sentido.

Ponto de vista jurídico

TRIBUNA — Seria interessante ouvirmos, então, a respeito, dois homens: um, que pode dar o ponto de vista jurídico, a conceituação da reforma agrária dentro dêsse ponto de vista e, outro, que pode dar — indo já para o caminho em que V. E. quer conduzir o debate — uma conceituação, por assim dizer, oficiosa.

Perguntaria ao desembargador Seabra Fagundes como definiria a reforma agrária, se a tivesse de fazer em lei.

O SR. SEABRA FAGUNDES — Não a definiria de maneira diferente daquela por que o fez o deputado Nestor Duarte.

Acharia difícil defini-la em lei, porque esta suporia a situação contingente e em face de tal situação é sempre mais difícil delinear o traçado de uma definição. Doutrinariamente não definiria a reforma agrária de forma diferente da do deputado Nestor Duarte.

Devo dizer que senti uma diversidade de pontos de vista entre S. Ex.ª e S. E. Revma. Talvez a definição do deputado Nestor Duarte fôsse a da reforma agrária no plano universal e a do bispo de Jacarezinho a da reforma agrária no Brasil, embora ainda em termos genéricos, como uma porta que se abre para a primeira penetração visando o exame do assunto. Este o meu ponto de vista.

O SR. D. GERALDO DE PROENÇA SIGAUD — Talvez a minha objeção parta de um hábito escolástico. Nós, em escolástica, quando usamos o artigo antes de uma palavra, entendemos a totalidade. "Reforma *das* relações" quer dizer de tôdas as relações.

A reforma agrária, penso, não precisa ser de tôdas as relações. E quando queremos dizer que uma reforma pode ser de tudo e pode ser de uma parte, devemos dizer "revisão *de* relações". Se temos, por exemplo, 20 relações e reformamos cinco, fazemos a reforma agrária.

O SR. NESTOR DUARTE — Quase coloquei, intercalada, a expressão "em maior ou menor escala". Procurando, no entanto, dar uma definição em termos mais sintéticos disse "é a revisão de relações". Havia, inclusive, na definição, a expressão "por processos não específicos", o que achei um pouco restrito para a compreensão do público, pois o meu desejo é dar uma definição para o leitor do jornal.

O SR. D. GERALDO DE PROENÇA SIGAUD — A minha observação tem uma finalidade quase psicológica, porque se apresentamos reforma agrária como reforma das relações, levantamos todo um mundo de objeções desnecessárias, como se o Brasil quisesse reformar tôdas as relações. Focalizando apenas, porém, a possibilidade de reforma de uma parte das relações, já não suscitamos essa celeuma.

Objetivos da reforma

TRIBUNA — Parece que em matéria de definição estamos mais ou menos encaminhados. Podemos, assim, passar à parte relativa a objetivos específicos e correlatos.

O homem indicado para nos introduzir nesse segundo item é precisamente aquêle que, segundo o segrêdo do Polichinelo, é o homem que o govêrno incumbiu de estudar o projeto de Código Rural.

O dr. Rômulo de Almeida creio que está em condições de intervir nos debates, dizendo o que significa, no seu entender, objetivos específicos e correlatos da reforma agrária, a fim de que tenhamos oportunidade de ouvir novamente o general Juarez Távora, bem como o deputado Alberto Deodato, o homem da imigração, o nosso Fernando Carneiro e o homem da cooperativa, dr. Valdiki Moura. Assim por diante, ouviremos a todos os outros, entrando justamente onde o prof. Nelson Romero desejava, isto é, na conceituação da reforma agrária, em função da realidade brasileira.

O SR. ROMULO DE ALMEIDA — Apenas faria um reparo inicial: o segrêdo de Polichinelo é uma surprêsa até para mim.

Antes de responder ao quesito específico que me foi formulado, me permitiria fazer uma ligeira observação a respeito do problema da definição de reforma agrária. No meu enteder, as contribuições trazidas aqui à Casa foram excelentes e eu não me aventuraria a propor uma nova definição ou uma definição qualquer. Apenas sugeriria que se examinasse a conveniência, talvez, de abranger o sentido do que fôsse uma reforma agrária, para comportar não apenas uma alteração substancial ou uma mudança no sistema jurídico e econômico das relações de trabalho no campo, mas que também considerasse a própria alteração das condições agrárias da estrutura agrária geral, independente de uma mudança na estrutura econômica e jurídica, tendo em vista simplesmente um ato já consagrado no sistema jurídico, como o da expropriação de terras para distribuição a agricultores. De tal sorte, a reforma agrária seria uma espécie de alteração estatística da estrutura agrária antes que jurídica.

Não sei se me fiz bem entendido nessas observações, nas quais não existe qualquer novidade. Algumas das chamadas reformas agrárias na verdade nada mais foram do que isso. Em muitos países elas consistiram quase que exclusivamente em utilizar a soberania do Estado, a faculdade de desapropriação por utilidade pública para, dessa forma, o Estado se apropriar das terras bem localizadas, das terras com capacidade econômica de produção como — dando um exemplo brasileiro — as terras que ficam à margem da rodovia Presidente Dutra, que hoje constituem reserva de grande valor em mãos de milionários, abandonadas improdutivamente. Dessa forma, o govêrno tornaria a terra acessível a um grande número, embora mantendo a mesma estrutura jurídica.

Não quero, com isso, fazer uma alteração substancial na definição do deputado Nestor Duarte. Na verdade, a meu ver, no estrito senso, uma reforma agrária é aquela que altera a própria estrutura do sistema jurídico e econômico. Esta a minha impressão. Admito, porém, que se possa entender, que se possa capitular, num senso mais geral, como reforma agrária, também, digamos, essa alteração estatística e não sòmente jurídica.

Crise agrária

A interpelação a mim feita foi a respeito dos objetivos de uma reforma agrária. Penso que uma reforma agrária existe porque se constata uma crise agrária. Como se verifica uma crise agrária? Se encararmos o problema brasileiro, a minha impressão pessoal é que o primeiro aspecto, o aspecto mais relevante da crise agrária, é a própria crise na produção agrícola, crise que a dona de casa sente, que as populações urbanas, acrescidas no último decênio de uma percentagem de cêrca de 45 por cento, sentem na sua própria despensa. Este o primeiro sintoma da crise agrária.

Segundo sintoma da crise agrária: o problema do emprêgo. Tal problema não foi jamais bem compreendido no Brasil, por um incidente histórico. E' que, em certa época, durante a guerra, se divulgou no Brasil a noção do hiper ou do super emprêgo veiculada pela mais alta personalidade do pensamento econômico brasileiro e, por mais paradoxal que pareça àqueles que não são muito familiarizados com os problemas econômicos, a verdade é que pode coexistir o super-emprêgo junto com o desemprêgo.

O super-emprêgo é o emprêgo acima do ponto ótimo, é quando todo mundo está empregado e o emprêgo a mais representa trabalho de horas extraordinárias, sem descanso. E quando as solicitações de emprêgo representam uma transferência de gente de uma atividade econômica para outra é que se dá o hiper-emprêgo. Por paradoxal que pareça, repito, pode coexistir com o que acabamos de ver o desemprêgo, também chamado pelos economistas de desemprêgo qualitativo, sub-emprêgo ou desemprêgo disfarçado. Quer dizer, o emprêgo não nas melhores condições econômicas, não nas melhores possibilidades de produção das pessoas, o emprêgo ainda sob uma outra interpretação, acima do nível mínimo de remuneração digna.

O problema do emprêgo

Esse problema do emprêgo no Brasil é da maior importância. Na verdade, se examinarmos as nossas estatísticas de emprêgo, verificaremos que a indústria ocupa apenas 1 milhão e 600 mil operários — se estou atual nesta cifra — e assim mesmo não sei se nesta cifra estão computados os trabalhadores nos escritórios das emprêsas industriais. Computando todos os trabalhadores urbanos, identificados como tal, trabalhadores securitários, nós não atingimos 3 milhões, mesmo incluindo os funcionários públicos. Temos, entretanto, uma população ativa que já orçava em 1940 pela cifra dos 12 milhões e que neste censo, provàvelmente, deverá alcançar a cifra dos 16 a 18 milhões. O que assistimos e verificamos, então, é que uma massa formidável de trabalhadores está no campo e é reputada como de trabalhadores agrícolas. Se verificarmos, porém, a produção "per capita" desta gente, veremos que ela não produz realmente o que poderíamos denominar o mínimo vital para atender a um padrão de vida digno.

E' verdade que as nossas estatísticas são feitas mais para os gêneros do comércio do que para os gêneros de alto consumo e que 3 quartas partes do nosso território econômico representam áreas que não entram na sua totalidade no mercado porque talvez a maioria da sua produção seja de alto consumo.

Tanto isso é verdade que se os nutricionistas aplicarem à produção "per capita" os coeficientes mínimos energéticos e protêicos, essenciais à sobrevivência humana, verificarão que em muitas áreas do Brasil, teòricamente, as populações não existem. Ora, apesar dêsse grande número que vegeta no campo, o fato formidável, alarmante, que assistimos é o do êxodo rural. Estou aqui com os números a respeito dos trabalhadores rurais que de Minas para o norte entraram em S. Paulo no último decênio. Tais números se referem apenas àqueles que foram registrados pela sua entrada através de estradas de ferro e de rodagem principais. São êsses números, em resumo, os seguintes: a Bahia, que é a maior produtora de braços para S. Paulo, contribuiu com 185 mil; Minas Gerais com cêrca de 150 mil; um pequeno Estado, como o de Sergipe, com quase 20 mil; o Estado de Pernambuco, com 20 mil; Alagoas com 43 mil; Ceará com 31 mil.

Cearenses e Amazônia

Na verdade, o Ceará não exportou apenas estes braços, porque uma grande massa de cearenses se fixou até mesmo na Bahia e em muitos outros Estados. Tais números se referem à entrada de trabalhadores em S. Paulo, excluindo a via marítima, que é, aliás, insignificante e excluindo, sobretudo, a transferência de trabalhadores pelas pequenas estradas de ferro intermunicipais, entre Minas Gerais e São Paulo. Se verificarmos os dados do censo, chegamos a algumas cifras bastante interessantes. Por exemplo, o fluxo imigratório do interior para o Distrito Federal, no último decênio, deve orçar em cêrca de 413 mil. O mesmo fluxo, para São Paulo, deve ter atingido a 580 mil trabalhadores. Para caracterizar ainda mais êsse problema, verificamos que um Estado como o Espírito Santo perdeu nada menos que 7% de sua população; o Estado de São Paulo 4%; Rio de Janeiro 6%; Alagoas 6%; Sergipe e Bahia 5%; Ceará apenas 2%, porém, isto graças ao seu prodigioso índice de natalidade, porque, apesar da sua perda de potencial, conseguiu o Ceará aumentar sua população numa cifra astronômica que parece ser um récorde mundial.

TRIBUNA — Parece-me, não estão aí computados os cearenses que foram para a Amazônia.

O SR. ROMULO DE ALMEIDA — Sim, estão aqui computados apenas os cearenses que foram para São Paulo e Distrito Federal. Os que emigraram para a Amazônia não atingem a uma cifra tão grande como se supõe. E' coisa que orça em aproximadamente 20 mil, durante o decênio.

O SR. ALBERTO DEODATO — Quando é a borracha que está dando dinheiro, vão êles para a Amazônia; quando é o café, dirigem-se para S. Paulo.

O SR. NESTOR DUARTE — Calculo a retirada do cearense em 60 mil, 31 mil que v. excia. acaba de indicar, para o Distrito Federal e São Paulo, e quase outro tanto para o norte do país, inclusive Bahia, que também recebe emigrantes cearenses.

TRIBUNA — Seria interessante voltarmos ao segundo ponto da agenda.

O campo não absorve

O SR. ROMULO DE ALMEIDA — Apenas gostaria de caracterizar um outro sintôma, um outro aspecto da crise agrária que se definiria assim: a incapacidade do campo brasileiro de absorver, nas presentes condições jurídicas e econômicas, o crescimento da população, incapacidade esta que se agrava em seus efeitos, pelo fato de que também as atividades urbanas não têm capacidade de absorver tal excedente.

Se quisermos caracterizar economicamente a gravidade deste fato, bastará que atentemos para o seguinte: calcula-se que o emprêgo de cada trabalhador em atividade produtiva, num sistema neo-capitalista moderno, deva orçar em cêrca de 80 mil cruzeiros por cabeça. Ora, se tomarmos o crescimento anual da população ativa no Brasil, população que espera emprêgo, que é um fator extremamente importante num país sub-desenvolvido como o nosso, veremos que sòmente para dar emprêgo, em condições modernas, a gente nova, precisaríamos de um capital novo invertido, da ordem de 20 bilhões de cruzeiros. Esse é que é medida de extrema importância, no meu entender, e que acentua ainda mais a gravidade da crise rural brasileira, porque a única solução para êsse estado de coisas é apenas o emprêgo na agricultura.

Estou abstraindo aí os méritos específicos do emprêgo na agricultura, da vida agrícola, etc., para só considerar um fato focalizado em economia, de que o emprêgo na agricultura requer menor contribuição "per capita". Esse o aspecto importantíssimo. Isso também torna importante no Brasil o emprêgo doméstico, isto é, o artesanato e o emprêgo doméstimo, exatamente porque êste tem o mérito de exigir menor contribuição "per capita", como também o emprêgo agrícola de criar maiores estímulos à pequena capitalização do trabalhador ou do pequeno empresário independente. Como se sabe, nas atividades urbanas, o operário, geralmente, não tem a preocupação de capitalizar, ao menos até que êle atinja o nível de vida considerável, enquanto que na vida rural e no trabalho doméstico êle se sente sempre necessitado de comprar uma pequena máquina, os seus instrumentos de trabalho, a sua lata de querosene, o seu tambor de gasolina para guardar o milho, a sua máquina de costura, tudo isso que representa uma pequena capitalização doméstica e que é muito importante num país pobre como o nosso.

A cidade atrai

Há ainda um outro aspecto importante, o da elevação nas aspirações de vida da nossa gente. Cada dia que o rádio faz uma nova penetração e que a televisão é anunciada nos grandes centros — eu apenas cito êste exemplo como mero símbolo dos confortos e das seduções da técnica moderna e da vida urbana moderna — mais se acende e recrudesce a aspiração do homem do interior por uma vida mais confortável e ao menos mais divertida. Poderíamos dizer que para êles — interpretando os sentimentos do pobre camponês — se na cidade não houver pão, ao menos haverá circo.

Um fato que sempre me feriu — como homem que sempre fui muito apaixonado da vida rural e sempre tive meus momentos mais felizes quando longe dos grandes centros — o fato que sempre me feriu, repito, foi o de que não encontrei quem quer que seja que, sendo criado na roça, não desejasse sair dela.

Um cunhado meu, entretanto, cometeu ato de delicioso romantismo, deixando o emprêgo na capital da República e dirigindo-se para a roça com um pequeno capital, que não é preciso dizer foi perdido integralmente. O fato é que muita gente, tendo estado na roça, de férias, se encanta por ela em virtude de haver passado ali momentos dos mais deliciosos de sua infância, cultivando sempre êsse desejo da volta. Fora disso, gente nascida e criada na roça — conheço todos os Estados do Brasil, apesar de ter apenas estado de passagem na maioria deles, mas havendo percorrido zonas muito diferenciadas como S. Paulo, Bahia e Acre, onde tenho demorado ou morado — aspira, em geral, passar para uma cidade, para uma zona melhor. Isso revela, portanto, um desequilíbrio tremendo e só faz agravar a imemorial atração urbana, que já era referida, segundo li em certa ocasião, pelos próprios cronistas de Babilônia. Estes, nos seus tijolos, já apontavam a sedução urbana e o êxodo rural como um grande problema social.

Justiça

Finalmente, há um problema de justiça e êste, no tratamento do trabalho rural, é apenas uma tradução dêsses outros aspectos que já abordamos, do mesmo problema.

Evidentemente, em grande parte, pela falta de um tratamento equitativo, é que há uma certa percentagem do êxodo. Haveria, portanto, lugar, do ponto de vista da aspiração da justiça social e da justiça cristã, para remediar esta situação, quando menos para equiparar os trabalhadores rurais aos trabalhadores urbanos. Neste ponto, entretanto, se situa um dos aspectos mais críticos do problema: é que, salvo algumas lavouras privilegiadas, ou salvo algumas terras de excepcional fertilidade, ou salvo alguns empresários agrícolas, de grande capacidade, o empresário agrícola também está em crise. A crise rural, dessa forma, solidariza o empregado e o empregador.

Aliás, quando tratamos dêsse problema, de falta de produção agrícola, deixamos realmente entrever a própria crise do empresário agrícola. Afinal, deveríamos considerar ligadas a êsse problema de justiça as conveniências sociais de uma vida mais distribuída em pequenas comunidades, atendendo ao objetivo de maior estabilidade social, de maior saúde, digamos, social, da pessoa humana.

Dessa maneira é que eu consigo, neste momento — sem pretensões evidentemente de ter capturado o problema, apenas como mera sugestão — dar uma impressão do como sinto a crise agrária.

Ora, em função do que acabei de expôr, poderemos considerar que o nosso problema agrário, a reforma agrária, comporta uma variedade de objetivos e que exatamente a sabedoria dos homens públicos do Brasil, ajudada naturalmente pela opinião pública, o que é essencial, estará em encontrar o elenco mais equilibrado e harmonioso de medidas. Em tal elenco de medidas se deverão, necessàriamente, eleger aquelas que, por sua natureza, são estratégicas, quer dizer, capazes de alterar a estrutura.

Medidas a tomar

Sugerida, assim, que a discussão fôsse feita partindo das medidas ou dos objetivos de uma política agrária que são, digamos, mais receptíveis pela opinião conservadora. Este é um método que adotei, por mim julgado mais pragmático, de focalizar o problema, mas que não implica em que eu não considere outros melhores.

O primeiro objetivo, então, seria o seguinte: a maior estabilidade dos preços e das rendas da emprêsa agrícola, porque a atividade agrícola é, por sua natureza, instável. O contrôle dos elementos é coisa muito primária, por mais que o dr. Jamil Pacheco se esteja a esforçar em todos os cantos do país. Na realidade, temos grande esperança.

Essa instabilidade fundamental, portanto, da economia agrícola, quando não tem outras condições gerais de prosperidade, é fulminante porque, se a economia agrícola está, digamos, na margem da sua sobrevivência — e poderíamos dizer que a maior parte dos empresários agrícolas não transfere os seus esforços e capitais para outras atividades — é simplesmente pelo fato de que êsses capitais e essas experiências específicas dêles são instransferíveis, pois se destinam exclusivamente à agricultura.

Nessas condições marginais da economia agrícola, o impacto da instabilidade natural da produção agrícola é mortal. De maneira que, realmente, a primeira medida estratégica para o problema da economia agrária no Brasil é, no meu entender, o da estabilidade dos preços e das rendas dos agricultores, ou, definindo de uma forma pouco menos imprecisa, o da menor instabilidade, o da redução da instabilidade dos preços e das rendas agrícolas. Isto implica sobretudo no programa conjugado das seguintes medidas: garantia de preços mínimos, de armazenagem e de seguro agrícola e, ainda mesmo, de esquemas de estabilização dos preços agrícolas, que são muito difíceis num país como o nosso. Poderíamos aqui conceituar exemplos de países escandinavos, onde os preços obedecem a esquemas de estabilização, usados durante anos seguidos. Num país como o nosso tal coisa seria extremamente difícil por várias razões que deixo de invocar para não avançar muito no tempo.

Em segundo lugar, precisaríamos apontar uma série de medidas de ordem econômica geral, como o sistema de transportes, a orientação da exploração de energia e outras orientações das despesas públicas e da administração, tendo em vista a consciência dêsse problema.

Reforma do direito agrário

Entrando, porém, pròpriamente no terreno específico do problema agrário, um outro aspecto decisivo que encontraríamos era o da reforma do direito agrário, o da alteração do sistema de normas jurídicas que disciplinam as relações econômicas no campo. Este é um ponto realmente fundamental que não precisarei abordar, porque me foge inteiramente experiência no assunto e por se encontrarem aqui pessoas mais categorizadas no "metier", como o próprio deputado Nestor Duarte.

Desejaria acentuar, em relação muito estreita com êste último ponto, um aspecto que é decisivo por excelência e que indica o objetivo primacial de uma reforma agrária, considerada no sentido geral. Este objetivo é o de evitar, o de combater, o de eliminar, digamos assim, se fôr possível, a posse especulativa da terra, corrigindo um sistema no qual a terra é guardada como reserva de valor e não como patrimônio produtivo.

Um cidadão já fêz com que um dos economistas mais argutos que visitaram o Brasil, autoridade inglêsa que está nas Nações Unidas, tenha encontrado aqui um paradoxo: a terra, que é o bem menos fungível, o mais infungível ou infungível por excelência, tinha-se transformado no Brasil numa espécie de moeda de ouro entesourada. Isso significa que o nosso problema principalmente, é coibir os preços especulativos das terras, porque, se bem analisarmos, verificaremos que isto está na própria encruzilhada do problema, é a pedra no meio do caminho, mas uma pedra gigantesca, uma pedra que daria muito mais angústias ao poeta Carlos Drummond. Este, porém, é o problema fundamental, pela simples razão de que, ao atual preço da terra, a exploração agrícola só excepcionalmente amortiza o capital empregado em terras.

Ora, êste preço é derivado das condições inflacionárias em que tem vivido o Brasil memorialmente e que, naturalmente, levou todos os particulares a fazerem as suas reservas de valor em terras. E evidentemente, entretanto, manifestação que reputo ilegítima do direito de propriedade.

Neste ponto, portanto, estou plenamente de acôrdo com o sr. deputado Nestor Duarte em que o requisito de legitimidade para a posse da terra é a sua produtividade, o que seria o objetivo fundamental da reforma. Ao apontarmos tal objetivo estamos tocando no problema da alteração das relações jurídicas e também no problema da intervenção do Estado no sentido de tornar acessível a terra ao grande número, de dar emprêgo, de possibilitar que o pequeno empregador agrícola possa produzir com resultados satisfatórios. Não é possível, não é praticável a intervenção do Estado presentemente, a não ser numa escala experimental, numa escala sem qualquer significado econômico e social, aos preços atuais da terra. E não

(Continua na 3.ª pág.)

GRUPO GERADOR DIESEL C. A.
TRIFÁSICO, 15 KVA, com radiador
AV. ERASMO BRAGA, 277 — Sala 1.006

OLIVER
O MELHOR EM MÁQUINAS AGRÍCOLAS
Os afamados tratores e implementos "OLIVER" constituem uma escôlha criteriosa e acertada para tôdas as necessidades da moderna agricultura, porque sòmente "OLIVER" apresenta, para cada tarefa, um equipamento adequado... e sempre
O MELHOR EM MÁQUINAS AGRÍCOLAS.
MESBLA
RUA EVARISTO DA VEIGA, 67 — RIO

ADUBE SUAS TERRAS com SALITRE DO CHILE e assegure proveitosas colheitas!
A experiência de muitos anos tem comprovado a inegável superioridade do Salitre do Chile como fertilizante. Para as terras pobres ou "cansadas", o uso do Salitre do Chile se impõe como o vitalizante insubstituível, proporcionando safras compensadoras, colheitas abundantes.
O Departamento Agronômico da "Cadal" dispõe de técnicos especializados em solos e adubação e conta com perfeito aparelhamento de laboratório, para atender, nesse setor, *gratuitamente*, a consultas, pedidos de exame de terras e perguntas sôbre agricultura, feitas pelos senhores lavradores.
SALITRE DO CHILE multiplica as colheitas
AGENTES EXCLUSIVOS
para o Distrito Federal, e Estados do Rio de Janeiro e Espírito Santo:
CADAL
CIA. INDUSTRIAL DE SABÃO E ADUBOS
Escritório Central: Av. Pres. Vargas, 149, 6.º and. - Tel. 43-7092
Fábrica: Av. Automóvel Clube, 4260 - Acari - Rio de Janeiro

Rações Balanceadas PIRATININGA
(Fabricadas desde 1930)
PRONTA ENTREGA
para AVES PORCOS e VACAS
Entregas a domicílio, mínimo de 1 saco
Em qualquer bairro do Rio de Janeiro.
Convidamos os Srs. criadores para assistirem à manipulação das rações, na Fábrica, à R. Lavradio 17
PARA FACILITAR AO PÚBLICO
POSTOS DE VENDA
Sòmente em sacos
Rua do Lavradio, 17 - Tel. 22-7999
A quilos e em sacos
Av. Marechal Floriano, esq. Andradas, 96-A - Tel. 43-7813
VENDAS A VAREJO
SCAL-RIO S. A.
DEPARTAMENTO DE FORRAGENS
Av. Marechal Floriano, esq. Andradas, 96-A - Tel.: 43-7813 Rio

MESA REDONDA DA REFORMA AGRARIA

(Continuação da 2.ª pág.)

sòmente aos preços atuais da terra direi também, no atual regime de desapropriação da Constituição de 1946. Esta, nesse ponto, pela minha impressão pessoal, impede uma reforma agrária no Brasil, ao menos no limite em que seja necessária a intervenção do Estado para desapropriar áreas improdutivas e torná-las acessíveis ao grande número. Devo frisar, mais uma vez, que êste é um ponto de vista particular e que, para confirmá-lo ou não, tenho solicitado a pessoas entendidas o exame acurado do assunto.

Naturalmente não vou aqui apontar a maneira de solucionar êsses vários subproblemas, de atingir a êsses vários objetivos de uma reforma agrária.

Recursos naturais

Antes de terminar, porém, gostaria de apontar dois aspectos importantes, embora não sejam decisivos: um, é o da preservação dos recursos naturais. E' indisfarçável a situação de gravidade a que atingiu no Brasil a destruição do patrimônio natural. Há dois anos, disse-me um grande amigo, profundamente conhecedor do país, dr. Glycon de Paiva, que um geólogo americano, atravessando no mês de junho ou julho o Brasil, durante o dia, na rota do Tocantins, ficou alarmado e lhe declarou: "seu país está ardendo de ponta a ponta". Essa é realmente a situação durante os meses de estio, situação pré-colombiana. A gravidade do problema está apenas em que êle atingiu a um ponto de saturação, seja pela devastação anterior, seja pela maior densidade demográfica. A questão tem reflexos tremendos sôbre o próprio sistema de transportes, o que daria pano para muitas mangas. Haveria outros aspectos a explorar e até a própria capacidade do país, de gerir bem os poucos recursos de que dispõe para o seu desenvolvimento. Isso anarquisa, por assim dizer, a distribuição do território demográfico nacional.

O último censo revela uma espantosa mobilidade rural no Estado de São Paulo, que está quadriculado de municípios que receberam gente e de outros que extravazaram gente. O Estado de São Paulo é exatamente a fronteira dessa destruição catastrófica dos recursos naturais do Brasil.

Outro objetivo importante do problema rural, que revela uma crise, é precisamente a falta de um consenso rural dos homens do campo, a falta de um sentido de solidariedade, objetivo subsidiário da reforma. Deveriam ser criadas, nessas comunidades, núcleos de consenso rural, núcleos de formulação e defesa dos interêsses, de encaminhamento dos mesmos junto ao crédito agrícola, junto à previdência social.

Discutindo com o deputado Aluísio Alves o problema da extinção do seguro agrícola, lembro-me bem de uma observação muito aguda dêste jovem parlamentar que tanto já tem conquistado o respeito público neste país. Disse êle que era impossível, porque as despesas de administração cobririam as próprias receitas da previdência e, então, o problema só poderia ser resolvido no momento em que houvesse uma organização rural efetiva, uma associação rural oficiosa, de maneira que as próprias organizações rurais pudessem ser capazes de administrar tanto a cobrança como a prestação dos serviços do seguro social. O mesmo se poderia aplicar à assistência social e outras atividades. Este é também objetivo subsidiário do problema.

Não sei se consegui dar uma idéia, mas foi o que me ocorreu.

A Constituição permite

TRIBUNA — V. s. ficou como uma espécie de relator do segundo ponto. Entre os vários problemas brilhantemente abordados, há um para o qual podemos ter resposta imediata, se é que há resposta: é o de saber se a Constituição permite ou não uma reforma agrária.

Creio que, antes de passar a palavra ao dr. José Arthur Rios seria interessante ouvirmos a palavra do desembargador Seabra Fagundes e do deputado Alberto Deodato, a respeito.

O SR. RÔMULO DE ALMEIDA — Pus em dúvida apenas a Constituição, no ponto em que a reforma agrária depende de uma desapropriação maciça.

O SR. ALBERTO DEODATO — Pertenço à Comissão de Economia, que nomeou uma outra de reforma agrária. Como todos sabem, transitam pela Câmara vários projetos de reforma agrária: um do deputado Nestor Duarte, outro do deputado Silvio Schmidt, chamado Código Rural, outro do hoje deputado Daniel de Carvalho, antes ministro da Agricultura. Esses três projetos estão agora transitando pela Comissão de Economia. Resolveu, então, o presidente da mesma nomear uma subcomissão de estudos, de que faço parte. Devido, porém, ao acumulo de serviço ainda não pudemos tratar da matéria.

Incontestàvelmente, como deputado por Minas Gerais, sei que o problema é sério, complicado e profundo, já tendo eu percorrido, em minhas campanhas políticas, todo o interior, e sentido o horror que todos têm pela expressão reforma agrária. Minas Gerais, tradicionalmente conservadora, acha que reforma agrária é mais ou menos isso: reforma para que se tire a terra de quem tem e se dê a quem não tem.

Não podemos ter uma reforma, quando não temos uma forma agrária. Somos um país em que as condições agrárias são diferentes de um Estado para outro.

Fêz muito bem, portanto, o ilustre deputado Nestor Duarte quando a definiu como sendo apenas uma revisão dos processos. Não é uma reforma agrária, mas uma revisão dos processos objetivos, sem leis que regulam o que existe hoje em matéria agrária.

O difícil na reforma não é, incontestàvelmente, adaptá-la à Constituição, porque esta nada proíbe, de vez que a propriedade é uma instituição social. Baseados no artigo 146 da Constituição podemos fazer tôdas essas reformas, dando o sentido de intervenção no domínio econômico, desde que sejam respeitados os direitos da propriedade individual, o que pode ser em espécie ou em dinheiro. O que acho difícil, repito, é uma lei federal para todos os Estados do Brasil. Na primeira reunião da subcomissão propus que, em matéria de lei agrária no Brasil, fôssemos uma espécie de Vila Lobos dos costumes do folclore brasileiro.

Reforma do homem

A reforma de distribuição de terras, como quer o deputado Manuel Peixoto, de dar terras ao trabalhador, não é tão séria como a do homem rural. Este é que é o essencial, a terra é coisa secundária. O Brasil tem milhares e milhares de hectares de terra que pertencem ao govêrno.

O SR. NESTOR DUARTE — Essas terras não prestam.

O SR. ALBERTO DEODATO — As do Vale do Rio Doce são férteis.

O SR. NESTOR DUARTE — Tôda terra, por mais fértil que seja, desde que se encontre longe dos meios de transporte e dos mercados de consumo, é econômica e socialmente imprestável.

O SR. ALBERTO DEODATO — Falo nas terras do Vale do Rio Doce, que é hoje atravessado pela estrada Rio-Bahia. Costumo dizer que houve duas descobertas em Minas: uma feita pelo bandeirante de São Paulo e outra pela estrada Rio-Bahia.

O SR. D. GERALDO DE PROENÇA SIGAUD — Apoio o deputado Alberto Deodato e posso adiantar que no Paraná há muitas terras devolutas em ótimas condições.

O SR. ALBERTO DEODATO — Desejo declarar ao deputado Nestor Duarte — meu grande amigo, que enche a Câmara com a sua inteligência e o brilho da sua palavra — que sou contrário à sua reforma, incontestàvelmente baseada na reforma mexicana, na reforma de um país onde as situações são inteiramente diversas da do Brasil. Nessa questão de reforma agrária não devemos ter figurinos, pois ela deve ser profundamente brasileira e preparada por um Vila Lobos da questão agrária.

O SR. NELSON CARNEIRO — Sem a imaginação dêle e com o realismo dos homens que vivem e trabalham nos campos brasileiros.

TRIBUNA — Por falar em realismo, ficaremos realistas se definirmos melhor o fato da terra não ser fundamental e sim o homem rural, focalizado pelo deputado Alberto Deodato. Pediria a s. exa. maiores esclarecimentos a respeito.

O SR. ALBERTO DEODATO — O problema do homem é que é fundamental. Temos milhares e milhares de hectares de terra em que o proprietário dá a terra, dá de graça a semente e até o transporte, principalmente no Vale do Rio Doce, e não encontra trabalhador rural. O problema, é, portanto, do homem. E se o proprietário não o encontra, é porque o campo não tem atrativos, não tem coisa alguma, nem condições de vida, como disse o dr. Rômulo, que traçou o quadro da atração que o homem do interior tem pela cidade. O problema é, pois, fixar êste homem no campo, não sòmente lhe dando a terra, como o transporte e melhores condições de vida.

O SR. NELSON ROMERO — E' preparar êsse homem para que êle possa trabalhar e ser o produtor da sua felicidade.

Êxodo rural

O SR. ALBERTO DEODATO — O dr. Rômulo falou num problema profundamente brasileiro: o da retirada. Temos três centros de atração: a Amazônia, devido à borracha; São Paulo, devido ao café, e a Bahia, devido ao cacau.

O SR. NESTOR DUARTE — O problema é universal. Existe também na Itália.

O SR. ALBERTO DEODATO — Na Itália não existe o problema interno, mas, sim, o internacional, pois os italianos vão para a França na safra do vinho.

No Brasil, porém, é o nordestino saindo para qualquer lugar quando a chuva falta e quando esta não falta saindo para a Amazônia, pela atração da riqueza da borracha, para Ilheus, quando o cacau está dando dinheiro, para São Paulo, quando o café proporciona lucro. Está aí um material esplêndido para centralizarmos a imigração interna no Brasil.

Outro problema é o do têrço da vaquejada em que o homem do campo tem um bezerro de cada três que nascem. Não só êste problema como o da meia e o da quarta são todos nacionais.

O SR. NESTOR DUARTE — Ignorados pela lei civil brasileira.

O SR. ALBERTO DEODATO — E o que desejo é que a lei civil não ignore tais fatos.

Acho que o problema da terra é secundário, no Brasil, gravíssimo é o do homem. Por isso, envidemos todos os esforços para resolvê-lo.

O SR. NELSON VELOSO BORGES — O problema no Brasil é fundamentalmente o da terra. Diria até que o do homem é secundário.

O SR. ALBERTO DEODATO — Pontos de vista.

O SR. NELSON VELOSO BORGES — V. excia. acaba de falar em imigração, mas o homem imigra porque não tem onde trabalhar, porque não tem a terra para trabalhar, porque a terra onde trabalha não é dêle. A questão dos pagamentos, focalizada por v. excia., através das têrças, quartas e meias, é um absurdo, é uma monstruosidade, que só num meio atrasado como o nosso é permitido.

O SR. ALBERTO DEODATO — Na Itália existe o problema da meia também. Não é só entre nós.

O SR. NELSON VELOSO BORGES — E' ignobil.

O SR. ALBERTO DEODATO — E' ignobil porque não está legalizado. Conheço o Vale do Rio Doce e sei que o problema legalizado é bom. Existe porém a exploração e esta é que precisa ser extinta.

Exploração

O SR. NELSON VELOSO BORGES — Tenho uma nota edificante, relativamente a Minas Gerais. Nesse Estado, no município de Piquiri, o próprio homem que trabalha a terra no fim de três anos já produziu o suficiente para pagá-la e, no entanto, continua sem nada. Acresce uma circunstância: no Brasil inteiro, o dono da terra dá-se ao luxo de ser ao mesmo tempo capitalista, comerciante, tudo, enfim, a sugar a economia do homem que trabalha a terra.

O SR. NELSON ROMERO — Logo, o homem é que está errado, é que deve ser corrigido, reformado, preparado.

O SR. ALBERTO DEODATO — O que v. s. diz é uma realidade. A causa de tudo não é a têrça nem a meia, mas a exploração.

O SR. NELSON VELOSO BORGES — O homem precisa de capital e êste é fornecido pelo dono da terra. E quanto se paga, em Minas, por isso? 30%.

O SR. ALBERTO DEODATO — Afora a exploração, que existe em tôda parte e não só no município de Piquiri, o fazendeiro dá a terra com tôdas as garantias, dá a semente, dá o instrumento, o arado e, depois, na produção, fica com a têrça e êle fica com 2/3. Isto quando se age honestamente, pois há sempre o contrato. Agora, quando não é cumprido o contrato, o fazendeiro, ao ver a plantação brotando, põe para fora o desgraçado do Trabalhador. E' preciso uma lei para coibir êsse abuso.

TRIBUNA — Desejava firmar um ponto de vista para esclarecimento do debate. Pergunto ao desembargador Seabra Fagundes se, no seu entender, a Constituição de 1946 dá margem a que se resolva o problema jurídico da terra a que aludiu o dr. Rômulo.

Regime a modificar

O SR. SEABRA FAGUNDES — Eu me permitiria uma breve divagação em atenção ao que disse o deputado Alberto Deodato. O que existe é um regime, a lei da natureza, que é preciso modificar. Seria a primeira forma legal do regime da propriedade agrária no Brasil. Já existe a lei da natureza, com a separação do homem do campo, pelo empresário, pelo dono da terra.

Tenho a impressão de que a Constituição permite a reforma, desde que trabalhada por um legislador que tenha realmente o objetivo de dela tirar tudo que ela pode dar. E permite uma reforma agrária substancial, profunda, com a repartição da riqueza territorial. A Constituição até ensina a fazer isto, porque fala em expropriação para redistribuição da propriedade. Teve ela em vista, portanto, ensinar ao legislador esse processo. O obstáculo que poderia haver — e acredito fôsse neste sentido a objeção do dr. Rômulo de Almeida — seria a dificuldade econômica de enfrentar o problema da desapropriação, por ter o Estado de inverter somas vultosas numa vastíssima extensão territorial, pois que o problema não seria resolvido num Estado apenas, mas em todos, ainda que progressivamente, uma vez que a valorização de imóveis no Brasil, mais a urbana naturalmente, tem sido imensa nestes últimos 10 anos.

Parece-me, porém, que essa dificuldade, mesmo de ordem econômica, a lei poderia contornar, porque uma lei que se destinasse a permitir a expropriação de terras para melhor distribuição da riqueza territorial e, consequentemente, fundamentação de uma reforma agrária, ou para acentuar uma das fases de tal reforma, poderia, evidentemente, nos seus objetivos, instituir regras sôbre a avaliação dessas terras, para efeito de desapropriação, regras na quais procuraria tornar inferior o valor das terras que não estivessem devidamente cultivadas e exploradas. Assim, pela definição que o legislador desse na lei às terras em geral, o juiz que a tivesse de aplicar daria naturalmente um valor reduzido às terras em abandono, para efeito de indenização futura. Dessa forma, o possuidor de grandes terras, que não as vem explorando, encontraria a primeira atitude do Estado realmente drástica contra êsse seu modo de proceder.

TRIBUNA — Num estudo publicado em 1933, se não me engano, do prof. Rui Silva e Lima, de Pôrto Alegre, estudo histórico sôbre as terras devolutas do Brasil, há uma contribuição que corrobora o que o senhor está dizendo, ao se demonstrar que as doações de terra, no regime colonial do Brasil, foram sempre feitas com a condição da sua exploração, o que de certo modo vincula a propriedade da terra ao seu uso e não à função especulativa.

Sem reformar a Constituição

O SR. SEABRA FAGUNDES — Nesse ponto regredimos, porque as terras, quando concedidas pelo regime de sesmarias, eram condicionadas à sua exploração agrícola e a outras servidões, em favor da coletividade. Hoje, tais concessões têm de ser feitas através do processo de indenização, embora a contribuição de melhoria, que ainda é uma hipótese, traga a contra-partida disso.

Tenho a impressão de que a Constituição bem trabalhada e dentro do seu espírito, abriria caminho para a distribuição das terras, inclusive dentro de um plano econômico razoável que o Estado poderia enfrentar. E' verdade que a Constituição poderia ter ido mais longe. Sob certos aspectos, porém, creio que ela já foi muito longe, mas sucedida por um poder legislativo ordinário, com a devida vênia, que não se mostra à altura do espírito reformador nela revelado.

O SR. NESTOR DUARTE — O Poder Legislativo ordinário não está correspondendo às grandes linhas e caminhos traçados pela Constituição. Nenhuma das leis de reforma prometidas pela Constituição foi, até êste momento, discutida pelo legislador.

O SR. SEABRA FAGUNDES — A Constituição armou o legislador para fazer as reformas de substância. E êsses instrumentos não foram até hoje utilizados. Chego mesmo a pensar, tal a proximidade do tempo entre a Assembléia Constituinte e o Congresso, que o que ocorreu na Assembléia Constituinte foi mais o resultado da estupefação de um regime de 10 anos sem a devida liberdade para o debate dos grandes problemas nacionais, sucedidos por uma volta vertical à estrutura democrática, cooperando com tudo isto um certo temor que havia no momento da influência do Partido Comunista, com muitas reivindicações, intimidando de certa forma a burguesia, não disposta a contemporizar, mas de algum modo atemorizada com o ambiente que se criava. Assim, a Assembléia, avançou demasiado, para que se possa admitir que realmente ela foi consciente de tôdas as consequências dêsse avanço.

Quando se debateu o problema da desapropriação na Assembléia Constituinte, o deputado Hermes Lima ofereceu uma emenda que solucionaria o problema, determinando que as desapropriações de grande vulto, que excedessem a 20 milhões de cruzeiros, pudessem ser indenizadas a longo prazo, através da emissão de bônus. Essa emenda caiu. Não é essa circunstância, porém, que priva o poder público de dar elementos hábeis para permitir a desapropriação, numa base justa, tendo em vista que a valorização artificial daquele que retém a terra apenas com êsse objetivo não seja computada para efeito de indenização pelo Estado.

O SR. NELSON ROMERO — Admirei profundamente a sua oração e faço apenas uma pequena observação.

Pôsto o ponto de vista de v. excia. da perfectibilidade da profissão real do homem que venha a tomar conta da terra, imediatamente para trabalhá-la, tudo sairá às mil maravilhas. Parece-me, porém, que, antes de mais nada, deve-se esclarecer se o Brasil está em condições para entrar logo em atividade.

No princípio da minha vida comecei lecionando em São Paulo e verifiquei êste fato interessantíssimo: perto do Salto de Itu, o proprietário de uma fazenda teve necessidade de arrendar parte da mesma a alguns imigrantes italianos. Em pouco tempo aquelas famílias tinham beneficiado imensamente as terras. A mesma coisa aconteceu com a colônia helvética, que recebeu oito ou nove famílias e, em menos de 10 anos, é uma cidade próspera, que fornece às grandes cidades de São Paulo queijo, manteiga e outros produtos, devido à qualidade do homem que ali foi trabalhar.

Creio, porém, que o legislador brasileiro não conta com o material humano para fazer isso, necessitando pois de quem se dedique a preparar homens para o campo.

Agora mesmo, um tenente-coronel de polícia, em Minas Gerais, está, apostolarmente, modificando homens. Começou êle em 1948 a lecionar e em pouquíssimo tempo já está podendo fornecer, pelo seu artesanato, homens que vão servir às zonas vizinhas, ensinando aos outros como se aproveitar a terra.

A posse da terra

O SR. NELSON VELOSO BORGES — Se bem entendi, o senhor acha que não se pode dar a terra ao homem porque êle não é capaz de trabalhá-la.

Devo dizer, entretanto, que o homem que está trabalhando a terra e que produz sob as várias formas de arrendamento conhecidas, como a têrça, a meia e o aforamento, é capaz de explorá-la com mais vantagem para êle e para o país, sendo ela de sua propriedade.

O SR. NESTOR DUARTE — E' uma aspiração do homem ter a sua terra própria.

O SR. D. GERALDO DE PROENÇA SIGAUD — A tendência que devemos seguir é essa: na medida do possível, facilitar a posse da terra ao homem que a trabalha.

Há muitos elementos no Brasil que não estão ainda em condições de elevar a sua agricultura autonomamente. Para êsses, o problema é duplo: da formação do homem e da terra. Para outros será o da terra, uma vez que êles já estão formados.

Creio que não devemos excluir essas várias modalidades e procurar incluir o Brasil numa espécie de condição única, porque elas são diversas. No Paraná, por exemplo, a meação, numa fazenda de café, às vêzes dá mais lucro ao colono do que ao fazendeiro. Dessa forma, onde a meação é desfavorável àquele que trabalha a terra, devemos procurar dar-lhe situação melhor. Tomar, no entanto, um esquema geral e meter o Brasil dentro dele não seria prático, porque estamos tratando da vida e a vida apresenta várias facetas. Há exemplos mesmo de pessoas que quando dirigidas por outra produzem bem e deixam de fazê-lo quando não mais são orientadas.

TRIBUNA — A idéia de uma reforma agrária em que todos se tornassem proprietários equivalerá a uma supremacia absoluta do Estado, que seria na realidade o único dono da terra, da qual os outros seriam meros depositários. Esse o perigo, portanto, da intervenção do Estado.

Creio que não estou intervindo nos debates, mas, apenas, encaminhando-os.

O projeto da intervenção do Estado, reconhecido por todos como indispensável, por sua função legiferante, consistiria na busca da utopia, estava na transformação agrícola de um país numa produção baseada exclusivamente na pequena propriedade, que traria um exército proletário e ficará realmente todo êle na mão do Estado.

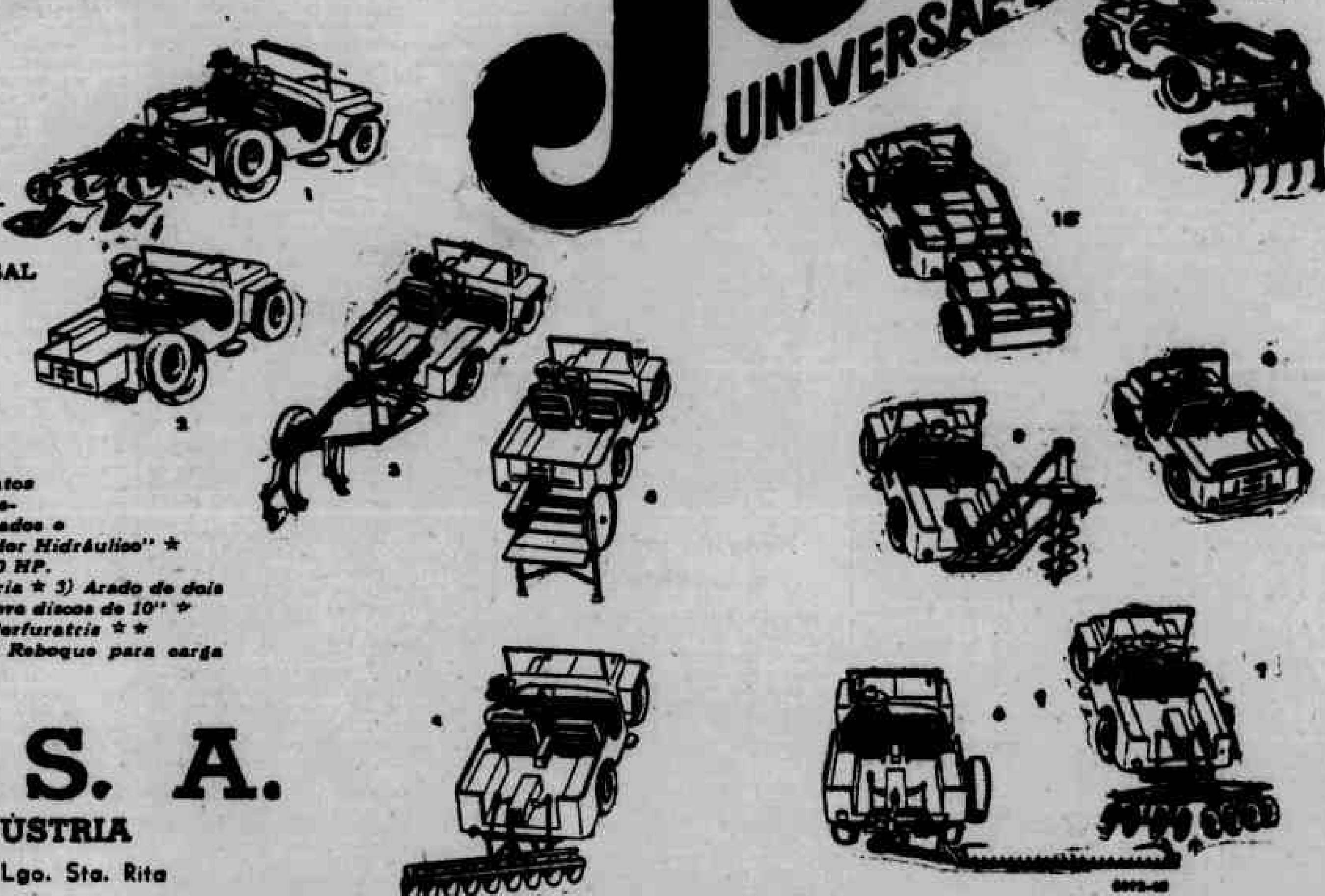
No Brasil, até hoje, no meu modesto entender, quem mais de frente abordou êsse problema a que quase todos se têm referido, com diferentes pontos de vista, o problema digamos, do ovo e da galinha, isto é, de saber por onde começar a reforma agrária, se pela terra ou pelo homem, foi, sem dúvida, pelas condições de

(Continua na 4.ª pág.)

O deputado Nestor Duarte (ao fundo) falando. O deputado Alberto Deodato, o general Juarez Távora, padre Roberto Paoletti, do Rio Grande do Sul e o desembargador Seabra Fagundes, do Rio Grande do Norte

UTILIDADE MULTIPLICADA!...

Em todos os setores das atividades agrícolas e industriais há lugar para o JEEP UNIVERSAL, agora apresentado pela WILLYS OVERLAND MOTORS. Inc. em novo modêlo, CJ-3A. Arando, semeando, colhendo, utilisado como carro de passeio, trator ou caminhão, movimentando serras circulares, compressores, pulverizadores, o JEEP UNIVERSAL presta serviços inestimáveis aos que lutam nos campos da produção. Por tudo isso é que se diz do JEEP UNIVERSAL: "Com efeito! Este é o carro mais útil do mundo!"



Nas ilustrações ao lado vemos alguns dos implementos especialmente fabricados por "Newgreen" para serem usados com o JEEP UNIVERSAL, transportados e controlados em suas várias tarefas pelo "Levantador Hidráulico" ★ ou pela "Tomada de Força", ★ que os aciona até 30 HP.
1) Arado de duas aivecas ★ 2) Extensão de carrosseria ★ 3) Arado de dois discos de 26" ★ - 4) Serra circular ★ 5) Arado de nove discos de 10" ★ 6) Ceifadeira dentada ★ ★ 7) Grade de discos ★ 8) Perfuratriz ★ ★ 9) Transporte seguro em qualquer estrada ★ 10) Reboque para carga até 3 mil quilos 11) Grade dentada ★

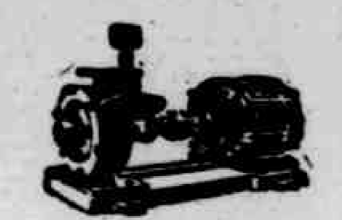
GASTAL S. A.
COMÉRCIO E INDÚSTRIA
Rua Mairink Veiga, 31 - Esq. Lgo. Sta. Rita

MAQUINAS DE CORTAR GRAMA



MODÊLO "ATCO 14 POL."
DISTRIBUIDORES.
HENRY ROGERS & CIA. LIMITADA
RUA FLORENCIO DE ABREU, 380 SAO PAULO — RUA DA PALMA, 413 RECIFE
RUA VISCONDE INHAUMA, 85
RIO DE JANEIRO

BOMBAS ELÉTRICAS
"TAURUS"



RUA PEDRO ALVES, 51

SIMETAL S. A.
OFERECE PARA IMPORTAÇÃO:
CHAPA PRETA
OLEADA, LAMINADA A QUENTE
N.º 18, 20, 22, 24, 26.
EMBARQUE: JANEIRO DE [illegible] — JAPAO
AV. GRAÇA ARANHA, 182 — 4.º AND. TEL.: [illegible]
End.: Tel.: "CIMETALLIC"

TRIBUNA DA IMPRENSA
ANO 3 — N.º 660 — QUINTA-FEIRA, 6 DE DEZEMBRO DE 1951

MESA REDONDA DA REFORMA AGRARIA

(Continuação da 3.ª pág.)

sua vida pública, pelas oportunidades que teve, o general Juarez Távora, cujo Plano tive oportunidade de conhecer e que permanece, a meu ver, como a mais preciosa contribuição já feita no Brasil para a conceituação de um programa de reforma agrária. Foi tal Plano que o general teve a amabilidade de trazer aqui hoje.

De sorte que eu não deixaria o general Juarez Távora se retirar sem nos dar o seu depoimento nêsse sentido. Depois, ouviremos aqueles que, embora calados até agora, muita coisa interessante tenham a dizer.

Um plano para a reforma

O SR. JUAREZ TÁVORA — Não posso dizer que o que está esboçado nêsse Plano seja uma reforma agrária. Penso que o problema fundamental na atividade agrária do Brasil é a organização. Antes de tudo, o homem precisa trabalhar dentro do ambiente em que o seu esfôrço seja realmente produtivo e bem pago.

De sorte que, pensar-se que o govêrno poderá resolver sòzinho o problema, desapropriando terras, no sentido de dar a cada um pequena propriedade, é inteiramente impraticável. Temos cerca de 85% de brasileiros que não trabalham no campo. Quer dizer, pouco menos de 15% exercem atividades rurais. Tendo-se em vista a população do Brasil, teremos mais ou menos 8 milhões de brasileiros nos campos e o govêrno não tem recursos para atender a tôda essa gente. O problema é, pois, de organização da vida rural, de maneira que ela seja compensadora para aqueles que se dedicam à atividade agrária e a minha impressão é que o govêrno não pode, sòzinho, assumir a responsabilidade de solucionar a questão, nem tão pouco cada um, pela sua situação econômica e social, é capaz de resolver o seu problema.

Só vejo uma solução: é que êsses homens se unam, visando a solução dos seus problemas e dêem uma base para que o govêrno lhes possa ajudar a resolvê-los. O essencial da solução proposta pelo Ministério da Agricultura, em 1934, é uma organização sindical cooperativa. Fundamentalmente, em cada célula da nossa organização administrativa, no município, os agentes das atividades rurais, sem distinção entre empregados e empregadores, portanto, uma sindicalização vertical, se grupariam, sem nenhuma responsabilidade financeira, simplesmente se grupariam, e o govêrno os auxiliaria para que êles se pudessem entender, discutir os seus problemas e transmitir ao govêrno, como entidade agrária, um pensamento comum. Só dentro dêsse pensamento, enviado por aquelas agências, o govêrno ficaria em condições de, se quisesse e pudesse, dar um auxílio eficiente para a solução do problema. Fundamentalmente, essa era a organização inicial. Uma vez, porém, que ela estivesse organizada em sete municípios no mínimo, se formaria, depois, na Capital do Estado uma federação.

Cooperativas e Banco Rural

O SR. VALDIKI MOURA — O Plano de V. Excia. não seria uma organização compulsória?

O SR. JUAREZ TÁVORA — Não.

O SR. VALDIKI MOURA — As cooperativas ficariam sem autonomia.

O SR. JUAREZ TÁVORA — Não ficariam. Tôda esta questão deve ser posta nos devidos têrmos. O principal é isto: a organização rural em consórcios profissionais, cooperativas, numa primeira entidade que não tenha qualquer responsabilidade financeira e que se podia federar na capital do Estado e, por sua vez, havendo sete federações estaduais, se formaria uma confederação na capital da República.

Formadas essas comunidades rurais, ao mesmo tempo conscientes das suas responsabilidades e dos seus direitos, elas poderiam começar então a formação das cooperativas, iniciando pela de consumo, para o que, receberiam o auxílio do Banco Rural. O banco só daria empréstimo a pessoas que, naturalmente, estivessem em condições, no município, de assumir uma primeira responsabilidade e, desde que sete pessoas no município a assumissem, era obrigatória a formação de uma cooperativa de crédito. Nessa parte, a formação seria sempre compulsória. Daí por diante, o banco não emprestaria a mais ninguém, senão por intermédio dessa cooperativa.

O SR. VALDIKI MOURA — Pergunto se, pelo regime dessa legislação que foi revogada, era lícito a qualquer produtor associar-se a tal cooperativa sem antes se sindicalizar. Neste caso, a cooperativa deixaria de ser livre.

O SR. JUAREZ TÁVORA — O principal requisito de sindicalização para se poder entrar na cooperativa era apenas o seguinte: o indivíduo ser profissional. Haveria, entretanto, uma outra cooperativa, chamada social, na qua lnão se exigiria fôsse o interessado profissional. Para evitar, porém, o abuso que tem havido em todo o Brasil, da não especialização dos agentes que vão ser beneficiados pelas cooperativas é que se estabeleceu só se conceder empréstimo aos profissionais ligados às de crédito.

Cooperativas de crédito

Organizar-se-iam, pois, nos municípios, essas entidades que congregassem todos os agentes das atividades rurais, sem distinção de qualquer espécie, constituindo o consórcio. Sete consórcios formariam a federação no Estado e sete federações formariam a confederação na Capital da República. Entraria, então, em função, o Banco Rural, que passaria a emprestar dinheiro aos agentes das atividades rurais nos municípios. Desde que sete tivessem tomado dinheiro emprestado, teriam de formar uma cooperativa de crédito e esta só poderia solicitar empréstimo para associados, para profissionais, a fim de impedir que se monopolizasse o crédito, o que invariavelmente se dá.

Uma vez formada a confederação, o Banco Rural não emprestaria dinheiro a ninguém a não ser por intermédio das cooperativas. Diretamente ou através de seus representantes, das suas filiais, nos Estados, o Banco Rural faria empréstimos às federações e estas, então, distribuiriam o dinheiro às cooperativas que, por seu turno, o encaminhariam aos agentes das atividades rurais.

Não haveria necessidade daquilo que chamamos cadastro rural porque, se a cooperativa é de responsabilidade solidária, os membros da mesma não iriam conceder créditos superiores à possibilidades de cada um.

O SR. VALDIKI MOURA — Desapareceriam, portanto, as cooperativas locais de crédito.

O SR. JUAREZ TÁVORA — Ninguém obrigaria a que elas desaparecessem.

O SR. VALDIKI MOURA — Mas elas não seriam financiadas.

O SR. JUAREZ TÁVORA — Não seriam cooperativas organizadas dentro do espírito profissional. Poderiam existir porque existe a cooperação social ao lado da rural. Simplesmente o que fôsse cooperação profissional não poderia ter participação estranha à atividade rural.

O govêrno, diretamente pelo Ministério da Agricultura, por intermédio do Banco Rural, concederia créditos a tais cooperativas, crédito êsse que não seria político, que não seria privilegiado, mas consentâneo com as necessidades de cada um, o que, a meu ver, constituiria a única solução para o problema, pois, de outra forma, não vejo como o Brasil pudesse resolvê-lo.

Estive um ano e seis meses no Ministério da Agricultura e não creio que o govêrno possa atender diretamente às necessidades de quem quer que seja, no interior do Brasil. Enquanto o govêrno não entender ser necessário fomentar as entidades locais, não resolveremos o problema.

De um modo geral, penso que a cooperativa de produção, que seria a cúpola da organização agrária, atenuaria o problema. Havendo a terra, o banco entrava com o capital e, na sua exploração, todos aqueles que pertencessem à cooperativa receberiam dinheiro correspondente à sua atividade, inclusive o dono da terra, isto é, cada um receberia, na partilha dos lucros, uma parcela proporcional à sua atividade. De sorte que o problema da terra seria aliatório. O próprio dono da terra, convencendo-se de que o seu lucro não daria para cobrir as dívidas, alienaria uma parte, desde que êle não pudesse explorá-la.

Não me quero alongar mais. O problema está inteiramente exposto no folheto.

Cooperativas e sindicatos

O SR. VALDIKI MOURA — V. Excia. não desconhece que, na vigência desta lei de Silvio Raposo, o movimento cooperativo paralisou, até regrediu, o que mostrou a impraticabilidade da lei, porque é um processo compulsório.

O SR. JUAREZ TÁVORA — A lei não era praticável. Tôdas essas alegações estão expostas neste fascículo. A exploração não era compulsória.

O SR. VALDIKI MOURA — As cooperativas sustentavam os sindicatos.

O SR. JUAREZ TÁVORA — Houve uma consulta sôbre se era lícito ou não formar uma cooperativa. Luiz Amaral interpretou não ser possível.

Mas a resposta era rigorosamente esta: é possível e nada impede que se forme uma associação cooperativa, o que é até conveniente sob certos aspectos. Estou convencido, porém, de que no Brasil não existe o espírito de associação, o espírito de solidariedade, não existe a confiança recíproca, a sociabilidade no interior. E, ou se criam essas associações para permitir a existência dêsses fatores, a fim de que o govêrno possa ter uma noção do que é necessário ao campo, para ajudá-lo, ou teremos eternamente procuradores a falar em nome dos homens que têm atividade agrária. Não era compulsória.

O SR. VALDIKI MOURA — Mas êles teriam de se sindicalizar.

O SR. JUAREZ TÁVORA — Se não se entrosarem, se não se organizarem, o govêrno pode atender a todos êsses homens?

O SR. VALDIKI MOURA — Êle tem outros meios.

O SR. JUAREZ TÁVORA — A solução, sem essas organizações, é muito mais deficiente. E estou certo de que, uma vez organizadas essas associações e dispondo elas de meios mais rápidos para conseguir empréstimos, todos entrariam para elas.

A finalidade principal do consórcio era a de educar o homem, dar-lhe assistência social. A cooperativa tem organização econômica idêntica à dos sindicatos, são os mesmos homens que a compõem, só não fazendo parte dela os que não pertencem ao sindicato, quer dizer, os comerciantes, os agiotas, etc.

Peço desculpas a todos por ter de me retirar, mas, tendo de levantar às 5 horas, a fim de preparar um trabalho a ser apresentado às 8,30 na Escola Superior de Guerra, sinto não poder permanecer por mais tempo, nesta "Mesa Redonda".

TRIBUNA — Creio que é chegado o momento de ouvirmos o sr. José Arthur Rios.

Nada de reformar a Constituição

O SR. ALOISIO CAMPOS — Parece-me ser um ponto fundamental da questão saber-se se a solução do problema agrário deve ou não ser procurada dentro da Constituição. Há ou não necessidade de se reformar a Constituição para a solução que se pretende dar a essa reforma agrária? A Constituição previu distribuição da propriedade e aqueles legisladores constituintes que tencionaram fazer predominar um espírito socializante, tiveram, de certo modo, a sua ação contrariada pela parte final dos dispositivos sôbre a matéria, porque, afinal de contas, a distribuição fica dependendo da prévia e justa indenização em dinheiro.

Àquela emenda do deputado Hermes Lima que visava a possibilidade de indenizar a desapropriação em longo prazo e parceladamente, possibilitaria uma solução de equilíbrio econômico porque o govêrno, cedendo terras desapropriadas, por êsse processo, a quem não as possuía, poderia indenizá-las através das próprias contribuições do novo adquirente. De maneira que se o problema agrário deve ser enquadrado dentro da sistemática da Constituição tem de ter os seus limites em extensão muito menos revolucionária do que essa reforma seria revolucionária reformando a Constituição. Acho que as condições atuais do Brasil não requerem uma reforma constitucional para a solução imediata da reforma agrária.

Como disse o desembargador Seabra Fagundes há pouco, pode uma lei ordinária contornar essa dificuldade de ordem constitucional por meios indiretos. Por exemplo, uma tributação progressiva sôbre o excedente não cultivado da propriedade, que teria áreas prèviamente determinadas na lei, até que, com a obrigação compulsória prevista em lei, dentro de certo prazo êsses proprietários vendessem os excedentes. Se êles, porventura, no têrmo dêsse período, não tivessem efetuado a venda, então a lei poderia fixar a maneira de desapropriar, o que seria naturalmente oneroso para o poder público, mas uma espécie de sanção para aqueles que deixassem de cumprir a lei.

A intervenção do Estado nos valores econômicos é um pouco difícil de se obter, sobretudo num regime capitalista como, de qualquer modo, é o vigente. A intervenção do poder público procurando desvalorizar o prêço de um determinado bem é, de certa forma, difícil de ser conseguida, mas, com a prática decorrente da aplicação legal, poderia ser atendido êsse objetivo.

O Estado e a propriedade

A impressão que desejaria colher é a seguinte: a reforma agrária deve ser elaborada dentro dos limites constitucionais? Essa a tese fundamental. A solução deve ou não ser procurada dentro da Constituição? Porque dentro da atual sòmente a propriedade é garantida e só há um meio do govêrno intervir no uso da propriedade: desapropriá-la e pagá-la prèviamente. Essa a dificuldade de ordem constitucional criada para a intervenção mais direta do Estado. O problema agrário, no meu entender, depende de três etapas: distribuição da terra segundo o uso da propriedade, p o r q u e não adianta distribuir se a propriedade continua mal utilizada. Se ela é distribuída e os novos adquirentes não souberem produzir, se não tiverem condições para tal, não adianta a subdivisão da terra. Os limites da grande propriedade só se podem acabar acabando com o grande proprietário. O que é economicamente condenável não é a grande propriedade em si porque ela, bem explorada e com sua produção bem distribuída, concorrerá para a melhoria de vida da coletividade. Necessário é acabar com a exploração do grande proprietário. É preciso impedir que êste seja detentor de um poder econômico que êle afora em prejuízo do maior número e do trabalhador, que êle suga, que remunera mal.

O terceiro problema, sem dúvida, é o do homem. Diz-se que êste não produz, é deficiente, portanto, precisaremos melhorá-lo. Estou de acôrdo em que estamos, infelizmente, num país onde a grande massa de trabalhadores rurais é de péssima qualidade. A culpa é das condições econômicas desfavoráveis em que êles vêm vivendo, trabalhando e produzindo.

O SR. NESTOR DUARTE — Um dos objetivos da reforma agrária será melhorar a situação do agricultor.

Ao problema da agricultura está ligada, verticalmente, a questão da terra. A separação me parece até um vício de método, de colocação do problema.

Latifúndio

O SR. ALOISIO CAMPOS — O problema é complexo e todos são elementos de u'a mesma máquina. Se pretendemos combater a grande propriedade, que é inconveniente à economia da coletividade, devemos saber até que ponto é ela inconveniente. Estabeleça, então, a lei, os limites dessa inconveniência e regule até quando a grande propriedade pode ser utilizada pessoalmente ou quando o grande proprietário deve ser destituído da grande posse.

No meu Estado, na Paraíba, as melhores terras estão no poder de uma só família. Isto constitui um poderio econômico contrário aos interêsses da maior parte.

A família Ribeiro Coutinho é detentora das terras dos cinco municípios mais produtivos de cana de açúcar do Estado e controla êsse poder econômico contra os interêsses de uma grande coletividade que, caso contrário, teria outro "standard" de vida, na área de sua ocupação.

A reforma agrária deve ser orientada dentro da Constituição. Se quisermos fazer, em vez de reforma, uma revolução agrária, só a poderemos fazer reformando a Constituição.

A Constituição vigente, que deve ser mantida com a ajuda de Deus, para não trazer maiores perigos, deve permitir, por certo, a reforma agrária.

O SR. NESTOR DUARTE — A Constituição atual autoriza até uma reforma agrária, claro que em tôdas as terras. Ainda há pouco, ao darmos a definição de reforma agrária, falamos que ela poderia ser em maior ou menor escala.

O SR. ALOISIO CAMPOS — V. excia. acaba de ponderar ser possível a reforma agrária dentro da atual Constituição. Esta, em dois dispositivos, permite a desapropriação, porém, mediante justa e prévia indenização em dinheiro. Qual a solução? Acho que essa disposição constitucional impede uma reforma agrária. O Estado por si, financeiramente, é impotente para fazer uma desapropriação em massa, a fim de possibilitar uma revolução agrária.

O SR. NESTOR DUARTE — Não podemos fazer uma reforma agrária de golpe. Passo como autor de uma reforma, ao que sempre me opus, pois apresentei apenas ao Congresso um projeto de lei preliminar à reforma, preparando o ambiente, inclusive os precedentes jurídicos para uma reforma um pouco mais profunda daí a 5 ou 10 anos, conforme as possibilidades do país, as resistências da população proprietária e as possibilidades da população que não possui terras. Acredito que nos têrmos atuais da Constituição é possível, inclusive econômica e financeiramente, uma reforma agrária, visando a revisão das relações jurídicas e econômicas. Devo, porém, dizer, que muito mais importante do que o texto da Constituição — e o desembargador Seabra Fagundes frisou muito bem — é a mentalidade do legislador e dos que vão aplicar, aceitar e receber essa revisão legal da legislação agrária no Brasil.

Indenizações

O texto da Constituição é eminentemente elástico e permite que se faça a prévia indenização com o pagamento a prazo.

O SR. ALOISIO CAMPOS — Então não é prévio.

O SR. NESTOR DUARTE — O pagamento pode ser posterior. O que é importante é que haja uma indenização na base do justo e em dinheiro, firmou a Assembléia Constituinte, contra a opinião de vários. Mas, desde que se estabeleça processo prévio de avaliar a terra e de pagá-la, não é necessário que se faça o pagamento parceladamente, por meio de prestações. Não vejo inconvenientes, pois, pode-se estabelecer um acôrdo entre duas partes, pelo qual fique combinado ser o pagamento feito em prestações.

O SR. ALOISIO CAMPOS — É uma sutileza de v. excia. que poderia ser, naturalmente, controvertida pela parte contrária, que poderia vencer no Judiciário, desde que êsse interpretasse a matéria diferentemente de v. excia.

Folgo em ponderar o seguinte: não há uma divergência entre o meu ponto de vista e o de v. excia.

O que é preciso deixar bem claro é que, no meu modesto e insignificante entender, devemos tentar uma reforma agrária dentro das limitações constitucionais, fazendo o possível para que o legislador ordinário contorne no máximo tôdas as dificuldades criadas por tais limitações, a fim de atender, tanto quanto possível, às necessidades da coletividade rural, sobretudo do homem desprovido de propriedade agrícola.

TRIBUNA — O dr. Fernando Carneiro, autor do que me parece, pessoalmente, a mais lúcida contribuição ao estudo da problema da imigração no Brasil, deixou declarado que o dr. Arthur Rios representa a sua opinião sôbre a matéria em discussão. Pediria, portanto, ao sr. José Arthur Rios para relatar o penúltimo ponto da nossa agenda.

Estruturas em choque

O SR. JOSÉ ARTHUR RIOS — Tenho a impressão de que o debate avançou muito, com o diagnóstico feito pelo dr. Rômulo de Almeida dos sintomas da crise. Permita o dr. Rômulo, entretanto, que considere todos os sintomas mencionados e suas correspondentes medidas como elementos de um planejamento agrário e não pròpriamente de uma reforma agrária. Parece-me que o ponto fundamental da crise agrária brasileira se encontra no âmbito do capitalismo, do sistema capitalista com estruturas de caráter feudal, que evidencia a nossa sociedade rural. Parece-me que êsse desnível na estrutura capitalista urbana, industrial, das cidades, pensando em têrmos de produção, exige um determinado tipo de trabalho, da mão de obra que utiliza. Tal sociedade agrária repousa sôbre uma tradição patriarcal, feudal e êsse o ponto crítico da crise brasileira.

Perdoe-me o dr. Rômulo se encaro o problema sob êste ramo mais sociológico do que humano. O sociólogo tem êsse vezo profissional de encarar os problemas humanos mais do ponto de vista dos grupos, das mentalidades.

Sempre há um momento nessas Mesas Redondas em que se conta uma anedota, por isso, narrarei aqui um pequeno fato que me parece representativo dêsse conflito de mentalidades, que é, a meu ver, o dilaceramento da sociedade brasileira, ocorrido, durante a guerra, no Maranhão.

Como todos sabem, os americanos procuraram incrementar a produção, o plantio e a colheita do babaçu, no Maranhão, que tinha uma importância estratégica para as suas indústrias. O americano, raciocinando em têrmos de mercado e de uma economia característica e integralmente capitalista, achou que uma forma fácil, imediata e direta de aumentar a produção do babaçu seria fazer uma oferta maior, elevar o preço por saco. Com grande surprêsa, a produção diminuiu; o caboclo, ao invés de trazer mais coisa, trabalho menos.

O americano disse:

— Você está louco. Quando você pode ganhar mais, trabalha menos.

— O senhor é que está louco, porque podendo ganhar a mesma coisa, trabalha menos.

Vemos aí exatamente um conflito absolutamente característico dêsse desencanto, dêsse choque de mentalidades.

Ora, tôdas as medidas propostas pelo dr. Rômulo de Almeida, como sejam, a estabilização de preços etc., me parece que se enquadram melhor num planejamento agrário, ou mesmo numa política agrária, não exatamente numa reforma agrária.

O monopólio da terra

A reforma é, no meu entender — e lamento voltar ao problema da definição — um remédio específico para um mal específico. É nesse ponto estou de acôrdo com o dr. Néstor Duarte: o mal específico é o monopólio da terra. A reforma agrária é necessàriamente a forma de redistribuir a terra, de alterar as relações entre o proprietário da terra e o trabalhador. Êste me parece um problema fundamental.

A pergunta inicial que devemos formular é a seguinte: existe no Brasil monopólio da terra? Se não existe, não vamos falar em reforma, mas, sim, em política rural, em serviço social.

Em tôda parte do mundo, tanto na Polônia como no Paraguai, a expressão reforma agrária significa apenas essa distribuição da terra, essa redistribuição da terra. Não tem outro sentido.

O SR. NESTOR DUARTE — Quando coloquei no temário o item referente a objetivos específicos e correlatos o fiz para mostrar a necessária distinção entre o que é pròpriamente fundamental na reforma e o que não é. A educação do homem, por exemplo, é um objetivo profissional, mas não é de uma reforma agrária. Seria um objetivo correlato. Isso é importante no Brasil porque poucos sabem o que é reforma agrária.

O SR. JOSÉ ARTHUR RIOS — Não acredito, inicialmente, que se possa resolver o problema agrário brasileiro só com créditos rurais, que são medidas complementares, que são peças de uma engrenagem que vamos chamar de plano ou política agrária. A peça essencial dessa política deve ser, entretanto, uma reforma.

A meu ver, há um monopólio da terra no Brasil. Então, senhores, num país onde 2,7% apenas retêm os meios de produção, onde 35% da população agrícola é constituída de pequenos proprietários, de assalariados, de meeiros, onde, portanto, encontramos 70% da população agrícola que não possui terras, onde encontramos — se tomarmos a área das propriedades e o número das mesmas — propriedades de 200 a 1.000 hectares, que constituem cêrca de 7% do número total de propriedades, abrangendo uma área de cêrca de 70% da superfície cultivável brasileira — lamento usar êsses dados estatísticos que vêm esmagar o auditório, o que não é pròpriamente covardia, pois esclarecem êles profundamente o problema — estamos diante de um fato brutal, de um monopólio da terra, de apropriação da terra por u'a minoria. Não se pense que isso começa em Mato Grosso. Isto começa no Distrito Federal, na sua população agrícola. 75% não possui a terra. Dos homens que trabalham no sertão carioca, dos pequenos proprietários que têm sua horta, sua chácara, 75% são meeiros, arrendatários, mas não proprietários.

O SR. VALDIKI MOURA — Na Suécia, 1/5 das propriedades rurais é explorado sob a forma de arrendamento.

O SR. JOSÉ ARTHUR RIOS — O senhor não pode comparar o Brasil com a Suécia, onde há outros aparelhos de defesa do homem, bastando citar a organização de cooperativas. A verdade é que na Suécia há outros mecanismos.

O SR. VALDIKI MOURA — Os rendeiros estão defendidos e organizados em cooperativas.

TRIBUNA — A observação do sr. Valdiki tem muita procedência. Isso se dá, de certo modo no mundo inteiro: uma pequena minoria é que dispõe da terra; não é só problema brasileiro. — Não se daria o caso de que isto é da própria natureza do trabalho agrícola, que na sua maior parte exige uma cultura extensa, incompatível, de certa forma, com o sistema de parcelamento da terra?

Sem terra, por gerações

O SR. JOSÉ ARTHUR RIOS — Não creio que a existência de uma percentagem tão alta de homens sem terra no Brasil seja absolutamente necessária ao progresso agrícola brasileiro. Ao contrário, porque o que impressiona no Brasil não é a existência dessa alta percentagem de assalariados, mas, sim, a continuidade, através de gerações, dêsse estado de não propriedade. Quer dizer, êsses homens não têm esperança sequer de ver o seu filho ou neto proprietário da terra. Isso é que é realmente monstruoso.

TRIBUNA — Felicito-me pela pergunta, porque, a meu ver, a resposta recolocou a sua exposição no ponto em que ia, porque ela estava se arriscando a cair num ponto um pouco demagógico. Porque a simples estatística de que uma pequena minoria é que tem a posse da terra, por si só não quer dizer nada.

O SR. D. GERALDO DE PROENÇA SIGAUD — O importante é esta falta de progresso que varia de região em região.

Em São Paulo, a instituição do colono é realmente um trampolim para a propriedade privada. Dos colonos italianos que vieram para São Paulo, mais ou menos 1 milhão e 500 mil, resta u'a mínima quantidade como tais, pois quase todos são hoje proprietários. Dos colonos que moram e dos empreiteiros, na zona do norte do Paraná, que chegam como assalariados, depois de 5 ou 6 anos, quase todos têm o necessário capital para comprar a sua propriedade.

Quer-me parecer que mais de 50% de proprietários a agricultura não comporta, porque requer empregados e a família sòzinha não pode desenvolver a agricultura. O pai pode dispor de seu tempo, mas necessita de empregados, dois ou três, para suprir a falta das crianças, enquanto são pequenas, e da mãe das mesmas que tem de olhar por elas.

Penso, pois, que 75% de assalariados e 25% de proprietários não é proporção tão desfavorável como parece.

Trabalho na minha Diocese para convencer os colonos de que devem amealhar dinheiro e, na medida do possível, adquirir propriedades, pois noto que nas paróquias em que a pequena propriedade predomina, o bem estar geral é evidente, e, nas paróquias onde predominam as grandes fazendas, o nível é muito baixo. Não resta dúvida de que a grande fazenda, no Paraná e em S. Paulo, é, em geral, o canal por onde o indigente chega ao capital e passa a proprietário. Não sou autoridade em todos os assuntos, mas na zona do café a realidade é esta.

No norte do Paraná, não digo em café, mas em cereais, o trabalhador que não tem um tostão no bôlso, depois de cinco anos, tem dinheiro para comprar o seu próprio sítio. É a zona do colonato, embora êste seja por vêzes degradante. Em outros Estados pode não acontecer isto, mas, na zona do café, que conheço, 75% de assalariados, que correspondem a 25% de proprietários, não me parece uma proporção tão desfavorável.

Exceção para o Sul

O SR. JOSÉ ARTHUR RIOS — Abro uma exceção para o sul do Brasil, onde a situação é realmente diferente da do resto do país.

O SR. NESTOR DUARTE — São Paulo, sobretudo.

O SR. SEABRA FAGUNDES — No meu Estado, por exemplo, o Rio Grande do Norte, o que há não é uma estagnação, mas uma regressão. A tendência é desaparecer a propriedade do pequeno morador em favor do poderoso, que o absorve não só pela compra, mas, também, pela ocorrência de grande riqueza mineral, cuja exploração não é fácil ao pequeno proprietário, que fica desamparado, rendido ao poder do vizinho. Isso leva não só à apropriação pela via da compra, nem sempre voluntária, porque feita sob a pressão do poder econômico, como também a uma verdadeira expropriação. O grande proprietário dispõe de meios para ir a Juízo com documentos imprecisos, como são os títulos de terras, em que consta apenas que na data tal, no ano de mil setecentos e tanto, coube trezentas réis de terra a Fulano, assim como tem elementos para designar agrimensores e tomar medidas armando um processo legal contra o seu vizinho e lhe tomando pràticamente a terra.

Eu, como juiz, tive ocasião, infelizmente, de consumar, com a minha chancela, para seguir a lei, algumas dessas injustiças contra pequenos proprietários, espoliados por seus vizinhos. Êste é um depoimento da realidade que, durante 15 anos, passou pelas minhas mãos.

O SR. D. GERALDO DE PROENÇA SIGAUD — No Paraná existe êsse problema. O fazendeiro compra o sítio para arredondar bicos e depois compra sítios para criar bicos. (Risos)

TRIBUNA — Êsses depoimentos, que interromperam, creio que com utilidade, a exposição do dr. Rios, servem para mostrar a diversidade do problema no Brasil. Só houve a exceção no Sul, que, diga-se de passagem, não é pequena, pois o Sul é muito grande.

O SR. NESTOR DUARTE — A exceção é pequena. Quando consultamos a estatística, sentimos uma tendência para a divisão da grande propriedade em São Paulo e notamos que tal ten-

(Conclui na 4.ª, do 1.º caderno)

Informações da C.S.N. sôbre Volta Redonda

CRESCE A CIDADE DE AÇO

Mais oitocentas casas serão construídas para os trabalhadores da usina de V. Redonda

No recenseamento de 1940, Volta Redonda ocupa lugar dos mais modestos. Dez anos depois, o pequeno lugarejo próximo a Barra Mansa não progrediu muito, mas onde antes havia apenas a Fazenda Santa Cecília surgiu uma cidade nova. Ali, os recenseadores contaram cêrca de 35.000 habitantes. É a Volta Redonda ligada à grande usina siderúrgica, a que cresceu e se desenvolveu como uma conseqüência natural da vida renascida naquele ponto do Rio Paraíba, por fôrça da fundação do importante centro industrial.

Crescendo sempre, Volta Redonda passou de um acampamento de trabalhadores a uma verdadeira cidade. A Companhia Siderúrgica Nacional informa que teve de construir não só uma usina siderúrgica mas um moderno centro urbano. E hoje Volta Redonda é das mais interessantes cidades de seu tipo, e, certamente, a melhor cidade operária do país.

Os fenômenos econômicos e sociais consequentes a Volta Redonda são variados. Dentre êles a carência de habitações.

Foi compreendendo êste problema, em relação a seus trabalhadores e suas famílias, que a direção da Companhia Siderúrgica Nacional, segundo suas informações, tomou recentemente uma providência da maior importância.

A cidade de Volta Redonda, construída pela C.S.N., é uma das realizações de maior vulto em todo o país no campo da assistência social, considera a Companhia, que possui cêrca de três mil casas para engenheiros, mestres, técnicos e operários, além de dois hotéis, lojas, escolas, cinema, restaurantes, praças e logradouros públicos, hospital, etc. Agora, Volta Redonda vai crescer mais ainda, pois em virtude do inquérito que o general Sylvio Raulino de Oliveira mandou proceder, e depois de ouvir pessoalmente os trabalhadores, sôbre suas necessidades, a C.S.N. determinou a imediata construção de oitocentas casas, das quais quinhentas estarão prontas em breve.

Trata-se de um plano de grande envergadura, no qual serão aplicados pelo menos cinquenta milhões de cruzeiros.

Ao mesmo tempo, realizam-se trabalhos de urbanização em Volta Redonda. Na Praça Brasil, que é o ponto central da cidade, completa-se o ajardinamento e instalação de uma fonte luminosa.

E um Recreio do Trabalhador será construído na Rua 21, constituindo-se de um parque para os empregados da C.S.N. e suas famílias.

Na sede do Recreio haverá um auditório com capacidade para 2.000 pessoas, biblioteca, sala de leitura, salão de baile, sala de jogos, etc., além de duas piscinas, uma tipo olímpico e outra infantil, play-ground e campos de jogos.

A cidade do aço está, assim, experimentando um grande progresso, pelo que informa a Companhia.

SUPERANDO-SE A SI MESMAS...
as RAÇÕES BALANCEADAS "ABC"
impõem-se definitivamente como a
PROTEÇÃO PERFEITA DA SUA CRIAÇÃO!
PENICILINA POLIMIXINA
ESTREPTOMICINA CLOROMICETINA
TERRAMICINA AUREOMICINA
POLIMIXINA SUBTILINA
PENICILINA TERRAMICINA
VITAMINA B-12 TERRAMICINA
ESTREPTOMICINA VITAMINA B-12
FÓRMULAS ESPECIAIS
PARA AVES (INICIAL-CRESCIMENTO E POSTURA) e PALMÍPEDES e COELHOS e SUÍNOS e CABRAS E VACAS
O "APF" (Fator Protéinico Animal) é a última palavra da ciência norte-americana na defesa da saúde animal. Conjugando, proporcionadamente, a Vitamina B-12 (que assegura o perfeito crescimento e as boas condições de reprodução) com a penicilina, a estreptomicina, a cloromicetina, a aureomicina, a terramicina, a subtilina e a polimixina (que matam os germes nocivos e os micróbios das doenças) o novo "APF" é agora administrado às RAÇÕES BALANCEADAS "ABC", que, portanto, ainda mais se recomendam à preferência que sempre mereceram.
RAÇÕES BALANCEADAS "ABC"
FAÇA-NOS JÁ O SEU PEDIDO DAS novas RAÇÕES BALANCEADAS "ABC" — Enriquecidas com o "APF" (Fator Protéinico Animal)
FABRICANTE E DISTRIBUIDOR:
ABC do AVICULTOR
AV. MAL. FLORIANO, 136 — TEL. 23-3250
R. VISC. INHAÚMA, 113 — TEL. 43-7141
FAB.: R. D. ZULMIRA, 88 — TEL. 48-1505
RIO DE JANEIRO

CALDEIRAS
NOSSA MARCA THOMÉ UMA GARANTIA
Há 30 anos, um Símbolo de Perfeição e Alta Qualidade
CALDEIRA TIPO "FOCO-MULTITUBULAR"
chama de duas passagens própria para queimar óleo 25 e 100 m2 superfície de aquecimento
Da nossa linha de fabricação:
CALDEIRAS MULTITUBULARES
Horizontais, tipo "USINA" até 200 m2
Verticais, tipo "THOMÉ" até 30 m2
Autoclaves, Cozinhadores, Cristalizadores, Ventiladores de qualquer tipo.
Fabricamos aparelhos sob desenho.
Peçam orçamentos à
MECÂNICA THOMÉ DOS SANTOS LTDA.
RUA PEDRO ALVES, 157 — TELEFONE 43-5567
RIO DE JANEIRO